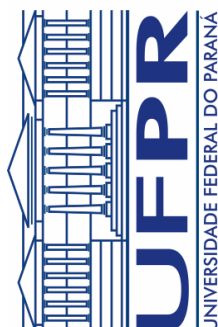


**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

**O ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE E SUAS
RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.



**CURITIBA
2006**

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

**O ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE E SUAS RELAÇÕES
COM O PODER PÚBLICO**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado as pessoas que deram todas as condições para que este trabalho fosse concluído e que me mostraram quanto a educação é importante na vida de uma pessoa. A minha mãe Leonelia Chued e ao meu pai Nicolau Starepravo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a tudo e a todos que conspiraram a favor da conclusão deste trabalho. São amigos, colegas de trabalho, professores, familiares, amores...

Primeiramente a minha família, mãe Leonelia, pai Nicolau, irmãs Cristiane e Milena. A todos os amigos que deram força e que “seguraram as pontas” nos momentos mais difíceis, sempre com uma palavra de estímulo e amizade. Destaque especial aos irmãos, senão de sangue, de coração Leoncio José de Almeida Reis e Carlos Eduardo Pijak Júnior (Tiazinha). Outros grandes amigos que acompanharam a trajetória: Evaldo José Ribeiro Júnior (Belém), Paulo César Inostroza Romero, Daniel Tourinho Sentone, Luciano Silva (Peco), Renato Afonso Zatta (Manolo) e Wagner Fragozo Ferreira.

Aos amigos mais recentes, porém não menos importantes: Jonnes Alves Santos, Mabeli Lisboa, Mariana Navarro, Luisiana Guimarães e Thalita Alves (todos estes presentes na fatídica ida a Faxinal do Céu); Robson Reis Privado, Daniel Basso, Priscila Marconsin e Aline Barato.

Aos colegas da segunda turma de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, em especial a Alexandre Domingues, Tais Glauce de Lima Pastre, Elen Cristina Dalquano. Também aos colegas Gisele Pereira da Silva, Marlise Mônica Araújo, Camile Luciane da Silva e Thiago Pimenta (mestrado em sociologia e impagáveis divertidas aulas de Matrizes Sociológicas do Lazer).

Aos professores do programa de pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, em especial aos professores Wagner de Campo (meu primeiro orientador na área de pesquisa científica), Fernando Renato Cavichioli (grande amigo e incentivador) e Wanderley Marchi Júnior.

Aos professores Ademir Gebara, Cristina de Medeiros, Ruth Eugenia Cidade, Letícia Godoy, Rosecler Vendrusculo e André Mendes Capraro pela leitura prévia do texto e sugestões. Ao professor Wagner Wey Moreira da Universidade Metodista de Piracicaba pela disponibilidade, leitura do texto e presença na banca.

Agradecimento especial ao professor Ademir Piovesan, exemplo de pessoa, amigo e incentivador. Meu técnico de futebol inesquecível, em quem sempre me espelhei e me espelho.

Ao Secretário Municipal de Cultura e Esporte de Piraquara, Fernando César Borges, meu chefe e amigo. Aos professores, colegas de trabalho na Paraná Esporte, Luiz Carlos Prestes, Maria Zuleica Lopes Koritiak, Oscar Perin e Neto pela compreensão, incentivo e amizade.

Finalmente agradeço aos entrevistados Luis Orlando Borges Albuquerque e Douglas Julio Toppel Reinaldim pela presente disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu amigo, professor e orientador Fernando Marinho Mezzadri. Alguém que nunca mediu esforços para ajudar as pessoas e que tem um entusiasmo e uma iniciativa invejáveis. Nunca vou esquecer da pessoa que quando eu, ainda calouro, no ano de 2000, apareci na sua mesa sem conhecê-lo e pedi uma oportunidade, me deu esta oportunidade. E hoje aqui está o resultado, a dissertação pronta e entregue. Devo isso muito a você Mezzadri.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
INTRODUÇÃO	01
 CAPÍTULO 1 – O ESPORTE MODERNO E ALGUMAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE	14
1.1. ALGUNS CONCEITOS BOURDIANOS PERTINENTES A DISCUSSÃO DO ESPORTE	18
 CAPÍTULO 2 – LEGISLAÇÃO SOBRE O ESPORTE NO BRASIL	30
2.1. AS PRIMEIRAS REGULAMENTAÇÕES DO ESPORTE NO BRASIL E O ESPORTE UNIVERSITÁRIO	31
2.2. AS NOVAS REGULAMENTAÇÕES DO ESPORTE NO BRASIL	45
 CAPÍTULO 3 – O ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE DE 1982 A 2004	57
3.1. A FPDU NO TRIÊNIO 1982/84	57
3.2. A FPDU NO TRIÊNIO 1985/87	84
3.3. A FPDU NO TRIÊNIO 1988/90	97
3.4. OS ANOS DE 1991 E 1992	104
3.5. A FPDU PÓS 1993	108
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS	131
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO	132
APÊNDICE 3 – TEXTO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM EX-MEMBROS DA DIRETORIA DA FPDU	134

LISTA DE SIGLAS

AAAs – Associações Atléticas Acadêmicas.
AMETUR – Autarquia Municipal de Esporte e Turismo (de Londrina).
Banestado – Banco do Estado do Paraná.
CBA – Confederação Brasileira de Automobilismo.
CBB – Confederação Brasileira de Basquetebol.
CBCT – Confederação Brasileira de Caça e Tiro.
CBM – Confederação Brasileira de Motociclismo.
CBD – Confederação Brasileira de Desportos.
CBE – Confederação Brasileira de Esgrima.
CBG – Confederação Brasileira de Golfe.
CBH – Confederação Brasileira de Hipismo.
CBJ – Confederação Brasileira de Judô.
CBP – Confederação Brasileira de Pugilismo.
CBT – Confederação Brasileira de Tênis.
CBTA – Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo.
CBV – Confederação Brasileira de Voleibol.
CBVM – Confederação Brasileira de Vela e Motor.
CBX – Confederação Brasileira de Xadrez.
CBDU – Confederação Brasileira de Desportos Universitários.
CDDB – Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro.
CEFET – Centro de Educação Tecnológica.
CND – Conselho Nacional de Desportos.
CRD – Conselho Regional de Desportos.
CRE – Conselho Regional de Esportes.
FACEL – Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras.
FACEPAL – Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas.
FAE – Federação Atlética de Estudantes.
FADA – Fundação de Assistência ao Desporto Amador do Paraná.
FADU – Federação Alagoana de Desportos Universitários.
FAE – Faculdade de Administração e Economia Católica.
Fafig – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.
FAME – Federação Maranhense de Esportes Universitários.
FAME – Federação Mineira
FAPE – Federação Pernambucana
FDP – Federação Desportiva Paranaense.
FEPAR – Faculdade Evangélica do Paraná.
FESP – Fundação de Estudos Sociais do Paraná.
FEURJ – Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro.
FFALM – Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel.
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Esporte.
FPDU – Federação Paranaense de Desportos Universitários.

FUBE – Federação Baiana de Desportos Universitários.
FUGE – Federação Gaúcha Desportos Universitários.
Fundepar – Fundação Educacional do Paraná.
FUPE – Federação Universitária Paulista de Esportes.
GAB – Gabinete.
IES – Instituições de Ensino Superior.
INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.
JAPs – Jogos Abertos do Paraná.
JUCAM's – Jogos Universitários de Calouros Abertos Metropolitanos.
JUCNP – Jogos Universitários Centro Norte do Paraná.
JUBs – Jogos Universitários Brasileiros.
JUPs – Jogos Universitários Paranaenses.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MG – Minas Gerais.
PA – Pará.
PE – Pernambuco.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PR – Paraná.
PUC – Pontifícia Universidade Católica.
RJ – Rio de Janeiro.
RN – Rio Grande do Norte.
SECE – Secretaria Estadual de Cultura e Esporte.
SEE – Secretaria Especial de Esportes.
SEED – Secretaria de Estado da Educação.
SC – Santa Catarina.
STJDU – Tribunal Superior de Justiça Desportiva Universitária.
UEL – Universidade Estadual de Londrina.
UEM – Universidade Estadual de Maringá.
UFAL – Universidade Federal de Alagoas.
UFPR – Universidade Federal do Paraná.
Uniandrade - Centro Universitário Campos de Andrade.
Unicentro – Universidade Estadual do Centro-Oeste.
UNIPAR – Universidade Paranaense.
UPE – União Paranaense dos Estudantes.
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná.

RESUMO

A relação entre o poder público e o esporte universitário foi o tema e ponto de partida deste trabalho. O estudo foi direcionado a compreender esta relação via o financiamento público do esporte universitário, entre os anos de 1982 e 2004, tendo como fontes de pesquisa documentos do arquivo da Federação Paranaense de Desportos Universitários (FDPU) e entrevistas aos agentes que fizeram parte da diretoria da FPDU no período mencionado. A partir de análise sociológica dos dados levantados, procuramos identificar se houve mudanças na relação entre o esporte universitário paranaense e o poder público, levando em conta os diferentes agentes envolvidos nesta relação, no que diz respeito ao financiamento para o esporte. Nossas principais conclusões são que houve mudanças na relação entre o poder público e o esporte universitário paranaense, via financiamento público para o esporte, entre 1982 e 2004, fruto das transformações ocorridas na estrutura do subcampo, representada principalmente pelas mudanças conceituais e legais, e às posições ocupadas por cada um dos agentes envolvidos, seu capital social, e a rede de relações constituída pelos agentes; o Estado foi o grande financiador do esporte universitário paranaense no período, mantendo com este uma relação quase paternalista, que foi se alterando com o decorrer dos anos e de acordo com a tomada de decisão dos agentes inseridos no campo da administração pública; o subcampo do esporte universitário, apesar de ter sua lógica própria e estar inserido no campo esportivo, adquire características e leis de funcionamento próprias dos campos político e da administração pública, que, no limite, vão determinar as ações dos agentes no interior do subcampo; o capital dos agentes inseridos no subcampo do esporte universitário paranaense foram fundamentais para determinar as redes de relação e para a manutenção das posições, e os lucros decorrentes delas.

Palavras Chave: Esporte; Esporte universitário; Políticas públicas; Federação Paranaense de Desportos Universitários; agentes.

ABSTRACT

The relation between the public power and the university sport was the subject and starting point of this work. The study it was directed to understand this relation it saw the financing public of the university sport, enters the years of 1982 and 2004, having as research sources documents of the archive of the Federacy Paranaense of University Sports (FDPU) and interviews to the agents who had been part of the direction of the FPDU in the mentioned period. From sociological analysis of the raised data, we look for to identify if it had changes in the relation between the paranaense university sport and the public power, taking in account the different involved agents in this relation, in that it says respect to the financing for the sport. Our main conclusions are that it had changes in the relation between the public power and the paranaense university sport, saw public financing for the sport, between 1982 and 2004, fruit of the occurred transformations in the structure of the subcarrier, represented mainly for the conceptual and legal changes, and to the per item busy positions of the involved agents, its capital stock, and the net of relations constituted by the agents; the State was the great financier of the paranaense university sport in the period, keeping with this an almost paternal relation, that was if modifying with elapsing of the years and in accordance with the taking of decision of the inserted agents in the field of the public administration; the subcarrier of the university sport, although to have its proper logic and to be inserted in the sport field, acquires characteristics and proper laws of functioning of the fields politician and the public administration, that, in the limit, go to determine the actions of the agents in the interior of the subcarrier; the capital of the inserted agents in the subcarrier of the paranaense university sport had been basic to determine the nets of relation and for the decurrent maintenance of the positions, and profits of them.

Words Key: Sport; University sport; Public politics; Federacy Paranaense of University Sports; agents.

INTRODUÇÃO

Um fato relevante quando da opção pelo objeto de estudo é o envolvimento com o mesmo. Durante o período que freqüentamos o curso de Licenciatura em Educação Física (2000 – 2003) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tivemos experiências que aproximaram-nos do esporte universitário. Num primeiro momento como atleta da modalidade de futebol; depois auxiliando na organização dos Jogos Universitários Metropolitanos (JUM) de Curitiba; e posteriormente como árbitro das disputas de atletismo durante os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) em 2003. Nestas três ocasiões percebemos situações no mínimo instigantes.

Quanto à participação como atleta, uma situação curiosa era o fato de disputarmos campeonatos contra clubes, uma vez que não havia outras equipes qualificadas e organizadas no meio universitário¹. A equipe de futebol de campo da UFPR acabava disputando o campeonato metropolitano contra clubes do futebol amador da cidade de Curitiba.

Além disso, participávamos de algumas competições universitárias pontuais. No ano de 2002, porém, não participamos dos Jogos Universitários Paranaenses (JUPs), uma vez que a nossa Instituição – Universidade Federal do Paraná – tinha tomado a decisão de não participar das competições promovidas pela Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU). A justificativa era de que as competições organizadas pela FPDU mostravam-se desorganizadas e inviáveis à Instituição, uma vez que as taxas de participação eram exorbitantes.

Naquele mesmo ano, os Jogos Universitários Metropolitanos foram organizados pelo conjunto de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) da região de Curitiba e não pela FPDU. Os citados Jogos chamavam a atenção pela tentativa de aproximação com a iniciativa privada, com a presença de patrocinadores e divulgação na mídia, além de eventos correlatos, como shows e festas.

¹ Há de se ressaltar que o esporte universitário no interior da UFPR também não estava desenvolvido como um todo. O futebol de campo se destacava principalmente devido a esforços individuais de pessoas, que dispunham de seu tempo e dinheiro em prol do esporte universitário, em especial o professor Ademir Piovesan.

Já nos Jogos Universitários Brasileiros de 2003, realizado em Curitiba, agora como árbitro da modalidade de atletismo, percebíamos uma certa falta de organização, pois havia atrasos nos horários dos jogos, problemas com transporte interno das delegações e ameaça de greve por parte dos árbitros. E, diferentemente dos JUM, houve uma aproximação com o Estado, já que o governo estadual foi um dos grandes financiadores dos JUBs².

Tudo isso nos levou a querer investigar com mais profundidade o esporte universitário brasileiro. Isso se iniciou no segundo semestre de 2003. E o quadro levantado não foi muito animador. Para aqueles que não acompanham a situação do esporte universitário brasileiro, é interessante que pontuemos alguns aspectos e fatos que caracterizam o modelo de gestão encontrado. Buscaremos sintetizar nossos argumentos frente ao quadro do esporte universitário brasileiro no final do ano de 2003 através das palavras do jornalista Renato Marques:

O ano de 2003, em especial, foi um claro exemplo de que as coisas não andavam bem... Ao mesmo tempo em que diversos torneios regionais, e mesmo nacionais, como a Taça Brasil de Futsal, eram cancelados dias antes da abertura, o esporte universitário brasileiro viu todas as modalidades coletivas ficarem de fora da *Universíade*³ por falta de recursos. A situação se agravou bastante durante o mês de julho, em que se realizou a 51ª edição do JUBs (Jogos Universitários Brasileiros). Os graves problemas vividos na organização resultaram no abandono de diversos atletas, quase levando a competição ao fracasso.⁴

Pelas palavras do jornalista podemos verificar que o ano de 2003 foi um ano em que as ações da CBDU (Confederação Brasileira de Esportes Universitários) mostraram-se desorganizadas e confusas, com o cancelamento de torneios, as modalidades coletivas representativas do Brasil estiveram fora da *Universíade*, além da falta de organização nos JUBs realizados em Curitiba, já citado anteriormente. Situação semelhante provavelmente vivia a maioria das federações estaduais de esporte

² O governo do Estado do Paraná e a prefeitura de Curitiba foram os grandes parceiros da FPDU e da Confederação Brasileira de Desporto Universitário na realização dos JUBs 2003, com o fornecimento de recursos para cobrir despesas com hospedagem e alimentação dos atletas e árbitros, além de transporte interno das delegações e disposição de pessoal de apoio.

³ A *Universíade*, que vem do termo “Universidad” e “Olimpíada”, é organizada pela FISU - *International University Sports Federation*, sendo realizada a cada dois anos em cidades diferentes e é considerada o maior evento esportivo universitário do mundo, ficando atrás apenas dos Jogos Olímpicos.

⁴ MARQUES, R. *Após ano com sérios problemas, Governo Federal articula nos bastidores e reestrutura esporte universitário para reagir em 2004*. Publicado em 26/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

universitário, que passavam por crises financeiras graves, problemas institucionais e administrativos.

Em meio a toda esta crise surge um elemento novo no Governo Federal. A eleição do presidente da república Luis Inácio Lula da Silva trouxe algumas importantes mudanças para o esporte brasileiro. Pela primeira vez na história, o esporte alcançou status de Ministério⁵. Dentro do recém criado Ministério dos Esportes, por sua vez, foi criada a divisão do Esporte Universitário, com a finalidade de gerenciar esta manifestação esportiva, sob a direção do Sr. Ricardo Capelli.

A política adotada pelo governo federal foi a de intervir nas instituições, a fim de buscar reorganizar o esporte universitário brasileiro. Segundo Renato Marques, “em dezembro (de 2003), graças a uma intervenção 'branca' do ministério, a eleição da CBDU registrou a vitória de uma chapa única, de consenso, apontando para o fim dos conflitos na entidade”.⁶ Essa intervenção branca se deu no sentido de que representantes do Ministério dos Esportes estiveram intervindo junto às Federações Estaduais de Esporte Universitário, que tem direito a voto na eleição para diretoria da CBDU. Com isso, o governo conseguiu que houvesse a eleição de uma chapa de consenso, buscando diminuir o nível de tensão interna da CBDU.

Segundo Capelli, a crise de credibilidade vivida pelo esporte universitário brasileiro foi o maior problema encontrado na construção de uma política pública para o setor. Por isso, a intervenção na CBDU serviria como um “recado” a todos os envolvidos na organização. “Na nossa opinião, porém, conseguindo dar um choque de credibilidade, revitalizar a Confederação, a entidade passa a ter a capacidade para reorganizar o setor como um todo”⁷. Esta postura do governo federal frente ao esporte universitário faz transparecer um modelo de Estado mais presente, intervindo diretamente nas Instituições e na organização do esporte. Cabe verificar até que ponto

⁵ Medida provisória 103, de 1º de janeiro de 2003.

⁶ MARQUES, R. *Após ano com sérios problemas, Governo Federal articula nos bastidores e reestrutura esporte universitário para reagir em 2004*. Publicado em 26/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

⁷ Ricardo Capelli citado por MARQUES, R. *Governo toma a frente e coordena reforma do esporte universitário brasileiro. Mudanças animam setor para 2004*. Publicado em 31/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

a intervenção do Estado é válida em uma manifestação esportiva dita de alto nível, onde uma pequena parcela dos universitários tem acesso por serem atletas.

Faz-se necessário explicar aqui o olhar sobre o esporte universitário enquanto uma manifestação esportiva de alto nível. Compreendamos o esporte universitário no decorrer do trabalho como a manifestação competitiva sob tutela da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) e das Federações Estaduais. Isso porque o esporte universitário pode ser tratado sob várias perspectivas, dentre elas os Jogos Intercursos promovidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES); a prática recreativa que ocorre dentro das IES no tempo livre dos acadêmicos e funcionários; os Jogos entre os mesmos cursos de IES diferentes⁸. Mas estes não serão casos discutidos. Quando nos referirmos ao esporte universitário no decorrer do trabalho, estaremos falando da prática esportiva entre IES, que formam suas seleções para disputa de jogos regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Sob esta perspectiva, podemos presumir que os atletas participantes deste esporte são os mais habilidosos e melhores preparados, e este seria o mais alto nível de esporte no âmbito universitário.

Esta caracterização do esporte universitário, enquanto esporte-performance, não é uma definição nossa, mas da legislação específica do esporte universitário no Brasil. Segundo a Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987, que define normas para o desporto universitário:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A organização e o funcionamento do Desporto Universitário obedecerão ao disposto na Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, no Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, nesta portaria e nas resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos e na Legislação educacional universitária.

Parágrafo único – o Desporto Universitário tem seu campo de atuação adstrito à manifestação esporte-performance no âmbito do Sistema Desportivo Nacional, vedada qualquer interferência nas duas outras manifestações (esporte-educação e esporte-participação) definidos na Recomendação 01/86 do CND.⁹

Ou seja, esta determinação pelo esporte-performance tem por trás o aparato da Legislação Brasileira, que assim o determina. Como veremos na sequência do texto esta questão conceitual é relativamente recente. O esporte universitário já esteve

⁸ São exemplos os Jogos entre os cursos de Economia (Economiade) e os Jogos entre os cursos de Biologia (Interbio).

⁹ BRASIL. Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987 (grifos nossos).

atrelado ao esporte-educação, bem como ao esporte-performance, gerando as mais diversas interpretações com relação à identidade do esporte universitário, bem como os responsáveis pelo seu financiamento.

Retomando a discussão sobre o quadro que se encontrava o esporte universitário em 2003, voltamos nossa atenção ao Estado do Paraná, uma vez que este será nosso objeto de estudo. Ao estudar o caso do esporte universitário paranaense e suas relações com o âmbito federal, acreditamos que poderemos compreender melhor este fenômeno esportivo no Estado do Paraná, na busca do entendimento do esporte universitário brasileiro como um todo.

Assim como houve uma intervenção do Ministério dos Esportes na CBDU, também na FPDU (Federação Paranaense de Desporto Universitário) houve interferência do governo do Estado do Paraná. No final do ano de 2003, uma nova diretoria assumiu a direção da FPDU, fruto de um aparente acordo envolvendo as Instituições de Ensino Superior (IES) de Curitiba¹⁰ e o governo do Estado do Paraná, através de sua autarquia Paraná Esporte¹¹. Essa aproximação entre o Governo Estadual e a FPDU pode ser constatada pela presença do então diretor de lazer da Paraná Esporte¹² na composição da chapa que assumiu a FPDU, como diretor de esportes.

Além disso, no ano de 2004, a Paraná Esporte, conjuntamente com a FPDU, assumiu a direção dos Jogos Universitários Paranaenses (JUPs), organizando-o. O governo estadual mostrou-se disposto a apoiar e financiar o esporte universitário no Estado do Paraná. Este apoio, porém, se limitava às competições universitárias pontuais, no caso os JUPs e JUM. Esta disposição em organizar os Jogos Universitários Paranaenses mostrava-se em sintonia com a proposta do governo estadual para o esporte, que ao assumir seu mandato, em 2003, colocou como uma das prioridades a retomada da realização dos Jogos Escolares e Universitários¹³.

¹⁰ Que vinham organizando os Jogos Metropolitanos Universitários nos últimos anos.

¹¹ Autarquia do Governo estadual para o desenvolvimento do esporte e lazer do Estado do Paraná.

¹² Sr. João Arruda.

¹³ "Com grande satisfação que apresentamos os Jogos Universitários Paranaenses. O Governo do Estado, através da Paraná Esporte resolveu contribuir para com o esporte universitário a partir de 2004, estabelecendo novamente a parceria com a Federação Paranaense do Desporto Universitário (FPDU).

Surge aí uma situação que nos chamou a atenção. Por um lado o esporte universitário é considerado como uma prática de alto nível; por outro, em 2003, mostra uma forte relação com o Estado, através do financiamento, do apoio técnico, bem como pela intervenção na Federação Paranaense e na Confederação Brasileira de Desportos Universitários. Esse descompasso se dá na medida em que a Legislação brasileira aponta a prioridade de recursos para o esporte educacional¹⁴. Por outro lado, o esporte de rendimento poderá ser apoiado pelo Estado, mas prioritariamente pela iniciativa privada, já que se constitui enquanto uma mercadoria.

Cabe aqui discorrer sobre o esporte de alto nível enquanto mercadoria e sua relação com o Estado. Hoje, o esporte de alto nível está sendo compreendido na relação entre mercadoria e consumo esportivo e/ou ofertas e demandas esportivas.

Na correlação de forças deste jogo, busca-se demarcar e entender os limites entre o poder público e a iniciativa privada, o amador e o profissional. Enquanto algumas modalidades esportivas apresentam fortes traços que representam estas

Será também de grande valia o apoio da União Paranaense dos Estudantes (UPE), da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, do Ministério do Esporte, do Comitê Olímpico Brasileiro e da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

O projeto tem a finalidade de impulsionar a competição e transformá-la na principal vitrine para os atletas paranaenses. Entendemos também que é através do esporte que milhares de universitários terão a oportunidade de ter uma maior integração acadêmica e até mesmo social. Nosso objetivo é integrar os jovens ao esporte de uma maneira muito mais eficiente e duradoura, tanto para a sociedade quanto para o Estado.

A atual política esportiva é acompanhar o desenvolvimento esportivo do jovem em toda sua vida estudantil, do ensino fundamental até o ensino superior. Os Jogos Universitários Paranaenses culminam no esforço de várias correntes na reestruturação dos jogos em todo o Brasil, nos moldes do que aconteceu com o sucesso da retomada dos Jogos Colegiais no Paraná.

O dirigente do segmento de esporte universitário no Ministério do Esporte, Ricardo Capelli, diz que a CBDU e o Governo Federal têm como principal objetivo organizar uma política de reestruturação do esporte universitário em todo o país, e o Paraná deu o primeiro passo para chegar ao patamar de entidade de referência.

Contamos com a presença de toda comunidade esportiva do Estado neste evento e a Paraná Esporte e a FPDU desejam a todos os participantes, sucesso.” Apresentação dos JUPs 2005, assinado pelo presidente da Paraná Esporte, Ricardo Gomyde.

¹⁴ “Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observando:

- I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;” BRASIL. Constituição Federal de 1988.

mudanças¹⁵, outras manifestações esportivas ainda são marcadas pelo amadorismo e pela dependência financeira do Estado.

Neste sentido, uma das maiores dificuldades na compreensão da relação entre esporte, poder público e iniciativa privada é delimitar até que ponto cada um destes agentes devem intervir no desenvolvimento do campo esportivo¹⁶.

As relações entre o Estado e o esporte no Brasil começam a se delinear durante o Estado Novo, através do Decreto-Lei nº 3.199/41, que regulamenta pela primeira vez as práticas esportivas no país. Neste momento também o esporte universitário, que vinha se desenvolvendo sem uma interferência maior do Estado passa a ser regulamentado¹⁷.

Com o passar dos anos, a relação entre o Estado e o esporte cresce substancialmente em sua complexidade, marcado por transformações na política, no campo esportivo e na estruturação do Estado.

As ditas transformações no campo esportivo se dão principalmente quando, a partir da década de 1960, o esporte passa gradativamente a se tornar uma das atividades mais lucrativas no mundo dos negócios, efetivando-se enquanto mercadoria. O campo esportivo torna-se cada vez mais complexo, principalmente com a inclusão de agentes financeiros na formação do campo¹⁸.

Com o passar do tempo e a partir de mudanças mais amplas¹⁹ na sociedade, o esporte passa a ser tratado de maneira profissional, transformado em espetáculo e entendido enquanto mercadoria que gera bilhões de dólares por ano. Há uma tendência

¹⁵ Mudanças estas principalmente relacionadas à presença de agentes econômicos no campo esportivo, a espetacularização e mercantilização do esporte. Estas transformações, no Brasil, estão presentes principalmente nos esportes massificados mais tradicionais como o futebol e o voleibol. Sobre o assunto consultar MARCHI JR., 2001 e PRONI, 1998.

¹⁶ O termo campo é uma categoria de análise de Pierre Bourdieu, definida como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”, neste caso a área esportiva. O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – de elite – e popular – de massa – etc.

¹⁷ Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941, estabelece as bases de organização dos desportos universitários.

¹⁸ MEZZADRI, 2000, p. 116.

¹⁹ São exemplos destas mudanças: a expansão dos meios de comunicação de massa, o aumento do tempo livre dos indivíduos e a introdução de profissionais de áreas como administração e marketing no campo esportivo. Mais informações sobre este assunto consultar PRONI (1998).

de que, na maioria dos países, esta transformação seja marcada pela passagem da estrutura esportiva da dominação pública para a privada. A partir do momento que o esporte apresenta-se enquanto mercadoria, com o potencial de gerar lucro, gradativamente a iniciativa privada passa a investir no esporte, seja de forma direta ou na forma de patrocínio. Com isso, o papel do Estado passa a ser periférico, normalmente apenas regulamentando as práticas. Esta mudança do público para o privado vai se efetivando em ritmos variados, de acordo com o nível de desenvolvimento econômico de cada país e da própria lógica de disputas dos agentes que compõe o campo.

Frente a estas transformações, a relação entre Estado e esporte vem se desenvolvendo de forma não-linear, tendo o Estado uma presença maior em alguns momentos e um papel periférico em outros, de acordo com o nível de desenvolvimento econômico e esportivo dos países.

O esporte universitário, tema deste estudo, historicamente teve uma estreita relação com o Estado. Como veremos no decorrer do texto, a legislação brasileira e as pessoas que administram o esporte universitário vêem no Estado o grande responsável pelo seu fomento. A legislação da década de 1940²⁰, que regulamentou pela primeira vez as práticas esportivas, centralizou o esporte universitário nas mãos do Estado, tanto a nível gerencial como de financiamento.

Apesar de passados mais de sessenta anos, esta situação, via de regra, não se alterou. Ainda hoje o Estado busca gerenciar o esporte universitário e financiá-lo, visto as intervenções efetivadas no ano de 2003 na CBDU e na FPDU. O que mudou neste período foi a forma do Estado se relacionar com o esporte universitário, tendo uma presença mais efetiva em alguns momentos e uma participação mais tímida em outros.

Esta contradição entre público e privado, amador e profissional, levou-nos a buscar as fontes para entender como se deu a relação entre o esporte universitário paranaense e o Estado. Recorremos então aos documentos que fazem parte do arquivo da FPDU. Por conta das limitações que qualquer pesquisa encontra e diante da

²⁰ Decreto-Lei nº 3.199/41 e Decreto-Lei n. 3.617/41.

impossibilidade de dar conta de todos os documentos ali presentes, determinamos, num primeiro momento, como espaço temporal da pesquisa, o período compreendido entre 1982 e 2004.

Iniciar a pesquisa no início da década de 1980 nos parece pertinente, pois, invocando a lógica específica deste sub-campo, temos um momento em que um número considerável de faculdades e universidades, notadamente as particulares, são criadas ou se instalam no Estado do Paraná²¹. Com isso, cresce o número de Instituições filiadas à FPDU e aumenta a importância das disputas esportivas entre estas Instituições, uma vez que as Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) não eram mais representativas dos cursos e sim das Instituições²².

Além disso, este período foi escolhido uma vez que foi marcado por importantes transformações no âmbito político e social²³ da sociedade brasileira, bem como por mudanças no campo esportivo no Brasil²⁴. Tínhamos em 1982 um regime militar instaurado que governava o país de forma autoritária. Neste momento, o Estado estava mais presente na vida dos indivíduos e Instituições. Ao nos reportarmos a 1982 tínhamos a idéia inicial de que poderíamos encontrar semelhanças entre aquele período e a mudança ocorrida entre os anos de 2003 e 2004, intercalado com a década de 1990, onde a política dos governos federal e estadual tinham um caráter de Estado menos presente e mais eficaz.

Ao acessar os documentos (que fazem parte do arquivo da FPDU, entre 1982 e 2004), constatamos que os mesmos relacionam-se a duas situações distintas: ou eram relatórios das competições como JUPs e JUBs, ou estavam relacionados ao

²¹ Segundo dados Estatísticos Educacionais da Fundepar, em 1982, o Estado do Paraná contava com 49 Instituições de Ensino Superior, com cerca de 80.000 alunos matriculados, 6.400 professores, e 7.000 técnicos administrativos.

²² “Art. 134. Em cada instituição de ensino superior haverá uma Associação Atlética Acadêmica, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por alunos e professores, destinada à prática do desporto e à realização de competições desportivas, e que será filiada à Federação Desportiva Universitária dirigente do desporto, no respectivo Estado, Distrito Federal ou Território”. BRASIL. Decreto-Lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977.

²³ São exemplos destas transformações: a queda do regime militar que governava o Brasil em 1985; a elaboração da Constituição Federal de 1988; a abertura econômica do país no início da década de 1990; e a eleição de um representante de um partido trabalhista de esquerda para a presidência da república em 2002, através de Luiz Inácio Lula da Silva.

²⁴ Constituição Federal de 1998; Lei Zico, Lei Pelé, Lei Agnelo-Piva, bem como a modernização e profissionalização de modalidades como o voleibol.

financiamento do esporte universitário paranaense. Por isso, no decorrer do texto, nosso viés de análise da relação entre o Estado e o esporte universitário se dará pelo financiamento, uma vez que as fontes nos mostram ser este o grande ponto de aproximação entre o Estado e o esporte universitário paranaense.

O acesso aos documentos também nos trouxe outras conclusões preliminares. Primeiro, que existe uma ruptura no final da década de 1980 e início da década de 1990 no que diz respeito ao financiamento e ao conceito de esporte presente na sociedade. Esta primeira constatação nos auxiliou a levantar a problemática central do trabalho: Houve mudanças na relação entre o esporte universitário paranaense e o poder público, levando em conta os diferentes agentes envolvidos nesta relação, no que diz respeito ao financiamento para o esporte, tendo como base o período compreendido entre 1982 e 2004?

Para tentar responder a esta questão, visualizamos como objetivos do trabalho: levantar quem foram os agentes que fizeram parte do esporte universitário paranaense entre 1982 e 2004; verificar como se deu a relação entre a FPDU e o poder público neste período, especialmente com relação ao financiamento; verificar a influência da legislação brasileira para o esporte nesta relação; e levantar alguns dados complementares (organização e participação em Jogos) da FPDU no período de 1982 a 2004.

Temos como hipótese inicial que houve mudanças na relação entre o poder público e o esporte universitário paranaense entre 1982 e 2004, fruto das mudanças ocorridas na estrutura do subcampo, representada principalmente pelas mudanças conceituais e legais, e às posições ocupadas por cada um dos agentes envolvidos, seu capital social, e a rede de relações constituída pelos agentes.

A condução do texto será realizada através de uma análise sociológica e histórica das fontes, buscando compreender o fenômeno esportivo e sua interdependência com o contexto social e, especialmente com o poder público.

Para a interpretação do processo de desenvolvimento do esporte universitário paranaense no período de 1982 a 2004 e sua relação com o poder público, visualizamos em Pierre Bourdieu um referencial que permite a interpretação dos fatos

sociais que apresentaremos na seqüência do texto. Para ele, as manifestações que compõe o fenômeno esportivo ocupam um espaço de práticas sociais chamado de campo, no qual atribuem-se posições compatíveis com o capital social, econômico e cultural de cada um dos componentes. No interior desse espaço, existem formas de disputas, lutas e concorrência na busca pela hegemonia de determinadas práticas, além da distinção social entre as pessoas envolvidas, conforme o ser potencial de poder simbólico²⁵. Buscando tentar desvendar quem são os agentes e como se dão as relações e disputas no interior do subcampo do esporte universitário, utilizaremos como instrumentos de pesquisa a análise documental e o uso de entrevistas.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos²⁶. Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e em longo prazo, constituindo leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem, descrevem relações e lugares²⁷.

Neste trabalho foram utilizados documentos que pertencem ao arquivo da FPDU que datam dos anos de 1982 a 2004. São ofícios e documentos expedidos e recebidos pela Instituição.

Além disso, utilizamos como ferramenta metodológica de coleta de dados a entrevista a alguns agentes que participaram como membros da diretoria da FPDU de 1982 a 2004. Neste sentido, elegemos, a partir dos documentos, alguns dirigentes que estiveram nas diferentes diretorias da FPDU neste período. Estes responderam perguntas específicas sobre o período em que estiveram envolvidos com a FPDU. Foram perguntas pontuais, com caráter semi-aberto, sobre situações ou acontecimentos nos quais tiveram participação. As entrevistas constituem documentos, que somados aos documentos da FPDU, formam nosso corpo documental da pesquisa.

²⁵ MARCHI JR., 2001, p. 25.

²⁶ LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 174.

²⁷ MAY, 2004, p. 205.

Nas entrevistas adotamos a técnica não estruturada focalizada²⁸, ou seja, desenvolvida a partir de um roteiro de tópicos e questões balizadoras, previamente conhecidas pelos entrevistados e apresentadas no ato da entrevista, mas com liberdade de ampliação da discussão.

Cada entrevistado foi previamente consultado sobre a entrevista, para posteriormente agendá-la e efetivá-la. Quando da realização da entrevista foram apresentados alguns documentos: “Carta de apresentação para a entrevista”²⁹, expondo a intenção em relação ao contato; “Termo de Consentimento”³⁰, dando total liberdade ao entrevistado em não responder qualquer pergunta, comunicando que a entrevista poderia derivar para outro sentido de acordo com a própria conversação, bem como solicitando autorização para gravar a conversa e transcrever partes das entrevistas no relatório final da dissertação, citando as fontes.

O registro da entrevista foi feito com o uso de gravador, que *a posteriori*, foi transcrito pelo próprio entrevistador-pesquisador, utilizando as mesmas palavras dos entrevistados, sem resumo, mas considerando, para a redação do texto final da dissertação, exclusivamente partes da entrevista que possam ser exploradas em relação ao conteúdo do trabalho. Para efeito de registro, disponibilizamos em anexo ao trabalho, o texto integral das entrevistas³¹.

Levando em consideração que o estudo que propomos leva em conta a interpretação e conexão de determinados acontecimentos, adotamos a técnica de amostragem não-probalística intencional, que segundo MARCONI e LAKATOS (1986, p. 92) nos dá a possibilidade de obter opiniões, ações e intenções de determinados elementos da população.

Frente aos apontamentos iniciais e a fim de dar conta dos objetivos propostos, desenvolvemos o trabalho seguindo uma divisão em capítulos. No primeiro capítulo iremos discutir alguns conceitos que ajudarão na interpretação da realidade do esporte universitário paranaense. No segundo capítulo falaremos sobre as primeiras

²⁸ MARCONI; LAKATOS, 1986, p. 71.

²⁹ Apêndice I.

³⁰ Apêndice II.

³¹ Apêndice III.

manifestações do esporte universitário brasileiro e paranaense, bem como sobre o início da intervenção do Estado na organização esportiva. Além disso, discutiremos as mudanças na legislação esportiva referente ao esporte, e de que forma estas mudanças afetaram a organização do esporte universitário. Essas informações contidas no capítulo dois determinam a estrutura de desenvolvimento do esporte em nosso país. No terceiro capítulo passaremos a descrever a trajetória do esporte universitário paranaense no período de 1982 a 2004 a partir dos dados empíricos, coletados junto ao arquivo da FPDU (ofícios e documentos enviados e recebidos pela instituição), e aos entrevistados (envolvidos na direção da FPDU no período mencionado), articulando com os conceitos propostos no primeiro capítulo. E finalmente nas considerações finais trataremos as conclusões e as perspectivas futuras do esporte universitário brasileiro.

CAPÍTULO 1 – O ESPORTE MODERNO E ALGUMAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Na história dos esportes, podemos destacar momentos em que os mesmos foram identificados como ferramenta política, elemento desmobilizador das massas, elitizador, diferenciador social, com ideário amador e, finalmente, enquanto uma mercadoria. Neste sentido, o esporte pode refletir as relações das estruturas econômica, política e ideológica da sociedade³², constituindo um objeto de estudo a ser investigado em articulação com todo o contexto social.

Com origem na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX, o conceito de esporte moderno se difere das atividades físicas até então praticadas, chamadas de passatempos. As principais diferenças entre passatempos e o esporte moderno são a introdução de regras, institucionalização e universalização das práticas³³.

Se compararmos os jogos populares realizados com bola nos finais da Idade Média com o futebol e o *rugby*, os dois ramos do futebol inglês que emergiram no século XIX, pode notar-se que existe um aumento da sensibilidade em relação à violência. A mesma mudança de orientação pode ser verificada no boxe. As formas mais antigas de pugilismo não eram totalmente desprovidas de regras. Porém, os punhos eram desprotegidos e muitas vezes as pernas eram utilizadas nas lutas. A luta assumiu as características de desporto pela primeira vez na Inglaterra com a introdução de regras que limitavam os danos físicos aos adversários, eliminando o uso das pernas nos combates. Além disso, o aumento da sensibilidade foi verificado com a introdução das luvas e, com o tempo, pelo acolchoamento destas, para amenizar os danos físicos aos adversários.

No decurso do século XIX, e em alguns casos, na segunda metade do século XVIII, tendo a Inglaterra como exemplo, algumas atividades de lazer adquiriram características de desporto também em outros países. São características dos esportes modernos: regras escritas; sanções intrajogo bem definidas; presença de árbitros para conduzir as disputas; órgão centralizador de elaboração e fiscalização das regras.

³² MARCHI JR., 2001, p. 05.

³³ ELIAS, N.; DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Lisboa: DIFEL, 1987.

O quadro de regras, incluindo aquelas que eram orientadas pelos ideais de justiça, de igualdade de oportunidades de êxito para todos os participantes, tornou-se mais rígido. As regras passaram a ser mais rigorosas, mais explícitas e mais diferenciadas. Em outras palavras, sob a forma de desportos, os confrontos atingiram um nível de ordem e autodisciplina nunca alcançadas até então. Além disso, as competições integraram um conjunto de regras que asseguravam o equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão na luta e uma razoável proteção contra os ferimentos físicos.

O aumento das restrições quanto à aplicação da força física e, em especial ao ato de matar, podem ser observados como sintomas de um impulso de civilização³⁴ em muitas outras esferas da atividade humana. Todos estão relacionados com movimento no sentido da maior pacificação de um país, em ligação com o crescimento ou com a crescente eficácia da monopolização da força física por representantes das Instituições centrais do Estado. Além disso, estão relacionados com um dos aspectos mais cruciais da pacificação interna e da civilização de um país – a exclusão do uso da violência das lutas periódicas pelo controle destas instituições centrais, com a correspondente formação da consciência.

Estas mudanças facilitaram com que as práticas corporais, agora com características de esporte moderno, se difundissem para outros países como um novo padrão de divertimento.

As práticas corporais com características de esporte moderno chegaram ao Brasil no último quarto do século XIX, se estruturando de forma autônoma na sociedade, dentro dos clubes³⁵. No início do século XX, os esportes iniciaram um processo de popularização e massificação. O que antes estava restrito a uma camada específica da sociedade, que tinha acesso aos clubes, rapidamente foi incorporado por grande parte da sociedade, em seus diversos extratos sociais. Esta expansão se consolidou nas décadas seguintes, tendo o esporte cada vez mais adeptos em suas diversas modalidades.

³⁴ Mais informações sobre a relação entre o Processo Civilizador e a desportivização dos passatempos consultar ELIAS, N.; DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Lisboa: DIFEL, 1987.

³⁵ Conferir MEZZADRI, 2000 e LUCENA, 2001.

Somente no início da década de 1940 o Estado brasileiro começa a interferir mais efetivamente no desenvolvimento esportivo, através de dispositivos legais. Este é um marco importante no desenvolvimento do esporte no Brasil, já que há uma transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 1920, para o modelo centralizador, interferindo diretamente na vida dos indivíduos e das Instituições, como os clubes. Esta característica não é exclusividade dos esportes, já que o governo como um todo caminhava nesta direção através da Ditadura do então presidente Getúlio Vargas³⁶.

Nas décadas seguintes o esporte passou a se desenvolver a partir da tutela estatal. O Estado previa como prioridade para o esporte, entre as décadas de 1940 e 1960, o desenvolvimento do esporte escolar e o apoio a competições esportivas pontuais. Na década de 1970 uma nova legislação esportiva foi formulada. Porém, em síntese, esta legislação esteve muito próxima conceitualmente a legislação da década de 1940. Com isso, o modelo para o esporte continuou o mesmo, com apoio ao esporte escolar, às competições, e com forte marca de centralização do poder por parte do Estado.

Esta centralização do poder esteve presente como elemento principal do desenvolvimento esportivo brasileiro até a década de 1980, quando, acompanhando um movimento global de desenvolvimento do esporte, efetivou-se no Brasil a profissionalização dos atletas e uma maior aproximação do esporte com o mundo dos negócios. Esta mudança esteve presente principalmente em esportes massificados mais tradicionais, como o futebol e o voleibol³⁷.

Também nesta época, o esporte começa a galgar seu espaço enquanto objeto de estudo de relevância dentro das Ciências Sociais. O entendimento de que o esporte é um fenômeno social em processo de constituição, que reflete continuidades e rupturas que caracterizam a expansão de suas fronteiras, fez dele um objeto de estudo passível de interpretação a luz de diferentes teorias e propostas metodológicas. Importantes sociólogos e historiadores viram no esporte uma possibilidade de análise vinculada ao contexto social amplo.

³⁶ MEZZADRI, 2000, p. 38.

³⁷ Sobre o assunto conferir MARCHI JR., 2001 e PRONI, 1998.

Dentre os cientistas sociais que se preocuparam em estudar o esporte, destacamos o sociólogo Pierre Bourdieu, que preconiza uma forma particular de entender o esporte moderno.

Segundo sua interpretação, o esporte é um produto que respeita e reflete as estratégias mercadológicas das sociedades modernas. Para entendermos o desenvolvimento do esporte, temos que visualizá-lo no processo de mercantilização e espetacularização que, via de regra, determinam as estruturas constituintes e as relações que são estabelecidas no interior do campo.

Para Bourdieu, a análise dos esportes requer uma leitura histórica estrutural das modalidades, além de um olhar sobre a constituição do campo esportivo, sua evolução, rupturas e transformações. Tudo isso tendo como pressuposto que os esportes modernos são detentores de especificidades mercantis, convergentes com o modelo estrutural de sociedade de consumo.

Neste sentido, os esportes modernos são praticas institucionais construídas para agentes sociais com variado e distintivo potencial de consumo, que é manifestado pelas demandas no interior do campo³⁸.

Bourdieu, porém, não foi um sociólogo que se preocupou exclusivamente com o esporte. Propôs uma maneira própria de interpretar a sociedade, suas relações e as diferentes manifestações nela presentes, como, por exemplo, o esporte.

Como Bourdieu desenvolveu um modelo de análise que possibilita a discussão sobre o esporte moderno, assim como sobre as Instituições que compõe o campo, optamos em aprofundar nossos estudos neste autor, que dará uma direção no sentido de compreendermos o esporte moderno, assim como as relações estruturais que ocorreram e ocorrem dentro da Instituição que propomos a estudar, a Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) no período de 1982 a 2004.

³⁸ MARCHI JR., 2001, p. 26.

1.1. ALGUNS CONCEITOS BOURDIANOS PERTINENTES A DISCUSSÃO DO ESPORTE

Para a interpretação do processo de desenvolvimento do esporte universitário paranaense a partir da década de 1980, visualizamos em Bourdieu um referencial que permite a interpretação dos fatos sociais que apresentaremos na sequência do texto.

Porém, antes da exposição de alguns conceitos e categorias de análise propostas pelo autor, iremos situar alguns aspectos da vida e obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Nascido em 1930 e considerado um rebelde da elite intelectual, primou em suas primeiras publicações de impacto³⁹ pela construção de objetos de investigação e, substancialmente, destacou-se pela fecundidade e originalidade de seus métodos de análise e de seus conceitos operacionais, destinados ao conhecimento dos processos de produção e consumo cultural.⁴⁰

Bourdieu, neste período, se concentrou no combate às correntes teóricas que perpetuavam verdades sobre as qualidades de bens simbólicos capazes de interpretar seus respectivos contextos. Propõe novos caminhos metodológicos a serem seguidos, explorando novos temas e procedimentos. Sugeriu que fontes e temas até então praticamente inexploradas fossem aproveitados para a compreensão do contexto em que estão inseridos. Isto passa pela utilização de fotos e materiais publicitários como fontes, e o estudo das mais diversas frentes de conhecimento da sociedade, como a televisão, o jornalismo, a alta-costura e o esporte.

Na nota de apresentação do Livro “O poder simbólico”⁴¹, os coordenadores afirmam que:

A obra de Pierre Bourdieu tem-se afirmado, ao longo dos últimos trinta anos, como uma das mais estimulantes e inovadoras na área das ciências sociais, influenciando numerosas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas em todo o mundo. A novidade encontra-se na escolha dos objectos de análise (sociedades tribais, sistemas de ensino, processos de reprodução, critérios de classificação e lógicas de distinção), na reorientação do olhar (atento aos fenômenos de percepção social, da produção simbólica e das relações informais de

³⁹ *Os argelinos*, 1962; *Os herdeiros*, 1964; *Uma arte média*, 1965; *O amor da arte*, 1966; *A reprodução*, 1970; *Esboço de uma teoria da prática*, 1972; *A distinção*, 1979.

⁴⁰ MICELI, 1999, citado por MARCHI JR., 2001, p. 28.

⁴¹ BOURDIEU, P. *O poder simbólico* / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

poder), na formulação de noções operatórias (*habitus*, reprodução, poder simbólico, capital, distinção, campo, etc.) e do constante recurso à sociologia do conhecimento (onde a posição do investigador é questionada como forma de controle do seu trabalho de produção de sentido).⁴²

Como Bourdieu entende que toda relação pressupõe necessariamente uma série dos mais diversos interesses, e que não são possíveis discursos essencialmente românticos e desinteressados, sua teoria nos parece coerente com os objetivos desse trabalho. Nossa aproximação com o autor se dá principalmente pela escolha de objetos de análise não tradicionais, no caso o esporte, e pela apropriação de conceitos e operações propostos por Bourdieu.

Bourdieu nos fornece a possibilidade de apropriação de alguns conceitos como noções operatórias da análise. Neste caso destacamos os conceitos de campo, poder simbólico, estruturas, agentes e formas de capital.

Cabe ao pesquisador, segundo Bourdieu, estudar a constituição e os mecanismos que perpetuam as formas de dominação das desigualdades sociais, e torná-los mais transparentes e de fácil compreensão por parte das pessoas. Daí o papel das Ciências Sociais em efetivar a análise das posições relativas e das relações objetivas na sociedade. Posições e relações estas que se estabelecem a partir de relações simbólicas de manutenção e de reconhecimento das distâncias sociais, as quais são determinadas pela concorrência e apropriação de bens através do acúmulo de capital econômico, social e cultural.

Bourdieu inscreve seus pressupostos teóricos em um modelo de análise que envolve agentes sociais, estruturas e disposições. Seu modelo nos oferece categorias interpretativas da realidade, desenvolvidas em outras áreas de conhecimento, que são cabíveis para análise das questões que permeiam a discussão do esporte⁴³.

Segundo Bourdieu, para compreendermos realmente o sentido e funcionamento do espaço social⁴⁴ (em nosso caso o esporte universitário paranaense) é necessário entender as relações entre as posições ocupadas por aqueles que podem

⁴² Nota de apresentação da obra *O poder simbólico*/Pierre Bourdieu – 7ª edição – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004, p. 01.

⁴³ MARCHI JR., 2001, p. 34.

⁴⁴ Campo ou sub-campo.

produzir, utilizar e reproduzir um determinado *habitus* que emana das estruturas e é internalizado pelos agentes.

Espaço social este, que para Bourdieu assume a forma específica de um campo. A caracterização do campo se dá através da definição do espaço social onde encontram-se fixadas as posições, e os agentes sociais movimentam-se objetivando conquistas. Outra característica do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos. Em outras palavras, o campo é definido como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”.⁴⁵ Além disso, para a existência do campo, devem existir, em seu interior, além dos objetos de interesse e disputa, pessoas (agentes) dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes ao jogo⁴⁶.

A conceito de *habitus* não será utilizado na discussão do texto. Porém, entender o conceito de *habitus* é essencial para que possamos entender a lógica de funcionamento dos campos. Entendamos *habitus* aqui como “Um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim”⁴⁷. Ou seja, constitui uma segunda natureza humana que emana das estruturas. *Habitus* é algo adquirido, ligado a história individual e a um capital adquirido.

O modelo de análise bourdiano tem como objetivo identificar os mecanismos sociais que determinam e prescrevem leis de reprodução social, além de evidenciar fundamentos de dominação oculta⁴⁸. Ambas as situações estão relacionados à constituição do *habitus* referente àquele espaço social.

Nos parece coerente aproximar os conceitos de Bourdieu a análise do esporte universitário paranaense, uma vez que existe um espaço social, que envolve a FPDU e

⁴⁵ ORTIZ, 1994, p. 19.

⁴⁶ MARCHI JR., 2001, p. 47.

⁴⁷ BOURDIEU, 1983d, p. 94.

⁴⁸ MARCHI JR., 2001, p. 32.

sua relação com o Estado, e neste interior existem agentes sociais dotados de *habitus* e capital social, objetivando interesses, posições e um determinado objeto de disputa.

É necessário visualizar que são as disposições de pensar e ver o mundo social, representadas nas estruturas e no seu poder simbólico as principais responsáveis pela arquitetura dos conceitos em Bourdieu⁴⁹.

Pinto (2000), ao se referir à reflexão teórica de Bourdieu, afirma que grande parte do trabalho do autor foi dedicado à constituição do simbólico como objeto dotado de autonomia e ponto central de análise. O simbolismo é peça fundamental do dispositivo teórico utilizado, uma aposta em interligar três redes conceituais distintas:

De fato, o termo “simbólico” se define num triplo sistema de oposições: simbólico é entendido primeiramente como atividade de construção cognitiva (sentido) por oposição à ação política de transformação ou conservação do real (força); depois, como subjetivo (representação) por oposição a objetivo (estrutura); e, finalmente, como modo de excelência (humana, pessoal) por oposição a valor de mercado (economia).⁵⁰

É preciso avançar na análise para além do objetivismo, do real⁵¹ e das relações estritamente econômicas, buscando aprofundar a apreciação sobre o estudo dos signos, dos agentes, das relações de força e das relações sociais. Tudo isso permeado pela discussão do simbólico e da experiência subjetiva:

No trabalho empírico, tais aspectos se acham estreitamente imbricados: os sistemas de signos remetem a várias ordens – informação, valor, relações de força –, razão pela qual a ação de determinadas práticas levam a estudar os signos, as classificações, os agentes que classificam e são classificados (pelas classificações dos outros e pelas próprias classificações), as relações sociais que se estabelecem por intermédio de atos simbólicos etc., tudo isso sem jamais deixar de esclarecer a distância que existe entre a facticidade bruta das estruturas objetivas e a experiência subjetiva.⁵²

Neste sentido, um conceito fundamental para a análise do campo é o conceito de poder simbólico. É ele que determina a distinção social entre as pessoas envolvidas e as posições de cada agente e Instituição no interior das disputas. No que diz respeito ao poder simbólico, Bourdieu (2004, p.07-8) observa que,

⁴⁹ Id. *ibid*, p. 33.

⁵⁰ PINTO, 2000, p. 127.

⁵¹ Real enquanto aquilo que é objetivamente mostrado ou que se deixa mostrar, por ser aquilo que pode ser mostrado e aquilo que pode ser visto.

⁵² PINTO, 2000, p. 127.

Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de <círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma> – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos os mesmos que o exercem.

É a esse poder invisível que Bourdieu se remete, colocando a necessidade de deixar mais visível os fundamentos ocultos de dominação, que garantem a manutenção das posições no interior do campo. O poder simbólico, para Bourdieu é determinante para a manutenção das posições e das relações.

Esta situação, porém, não se configura enquanto algo estático e pré-determinado. Os agentes e Instituições estão constantemente envolvidos numa luta propriamente simbólica na busca da imposição de seus interesses. A luta se concentra na imposição e manutenção de sistemas simbólicos, que acabam cumprindo a função política de dominação, expressa através da violência simbólica.

Quando tratamos neste texto do esporte universitário, estamos falando de um grupo que está estrategicamente localizado no topo da estrutura social. Os que tem acesso a Universidade no Brasil podem ser tratados como uma minoria. Já os que são atletas universitários constituem uma minoria mais restritiva ainda. Ou seja, há que se considerar, quando da análise dos fatos, que esta minoria está numa posição privilegiada, de onde pode-se utilizar de todo seu potencial de poder simbólico para a manutenção desta posição, e os lucros decorrentes dela.

Neste sentido Bourdieu (2004, p. 11) afirma que, “As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”.

Pode-se levantar uma hipótese de que os agentes envolvidos com o esporte universitário utilizavam-se do poder simbólico e do capital social a eles conferidos, a fim de manter sua posição e suas práticas no interior do campo.

A noção de capital social transcende o conjunto das propriedades individuais dos agentes. Ele (o capital social) relaciona-se com as relações efetivadas em um determinado segmento da sociedade, sendo nitidamente observável quando as diferenças deste capital manifestam-se em condições de rendimentos desiguais.⁵³

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos, *a vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis⁵⁴.

Ou seja, o número e os tipos de relações vão gerando um acúmulo de capital com a perspectiva de lucros materiais ou simbólicos. Essas relações geram redes duráveis e úteis aos interesses de cada um dos agentes. O volume de capital social será determinado pela extensão de sua rede de relações e pelo volume de capital acumulado por cada um dos agentes:

Essas ligações [...] são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõe o re-conhecimento dessa proximidade. O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.⁵⁵

O lucro seja ele material ou simbólico, referente ao pertencimento a grupos e suas redes de relações, é expresso na forma de acúmulo de capital social:

Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível. O que não significa que eles sejam conscientemente perseguidos como tais, mesmo no caso dos grupos que, como os clubes seletos, são expressamente arranjados com vistas a *concentrar o capital social* e obter assim o pleno benefício do efeito multiplicados implicado pela concentração e assegurar os lucros proporcionados pelo pertencimento – lucros materiais como todas as espécies de “serviços” assegurados por relações úteis, e lucros simbólicos tais como aqueles que estão associados a participação num grupo raro e prestigioso.⁵⁶

E para que o capital social continue a ser acumulado, e que as redes de relações permaneçam enquanto relações duráveis e úteis, o próprio grupo se encarrega

⁵³ MARCHI JR., 2001, p. 39.

⁵⁴ BOURDIEU, 1998a, p. 67.

⁵⁵ Id. *ibid*, p. 67.

⁵⁶ Id. *ibid*, p. 67-8.

de produzir regras de inclusão, através do reconhecimento; assim como decidi os seus limites, determinando até onde as trocas são úteis e construtivas.

... de todas as Instituições que visam a favorecer as trocas legítimas e a excluir as trocas ilegítimas, produzindo ocasiões (*rallies*, cruzeiros, caçadas, saraus, recepções, etc.), lugares (bairros chiques, escolas seletas, clubes, etc.) ou práticas (esportes chiques, jogos de sociedade, cerimônias culturais, etc.) que reúnem, de maneira aparentemente fortuita, indivíduos tão homogêneos quanto possível, sob todos os aspectos pertinentes do ponto de vista da existência e da persistência do grupo.⁵⁷

Bourdieu afirma ainda que,

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume de capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo desse modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural).⁵⁸

A convicção inicial que temos é que os agentes que fazem parte das Federações esportivas, e em especial a FPDU, são pessoas dotadas de um capital cultural específico, e que a Federação é o espaço onde essas pessoas mantêm seu vínculo de relações duráveis, expresso pela permanência por vários anos dos mesmos agentes à frente da Federação, como discutiremos no decorrer do texto. Só a título de exemplo vamos citar um trecho da entrevista de um ex-presidente da FPDU: “A gente acompanha, gosta. Inclusive dia 19 (*de setembro de 2005*) fizemos uma reunião para comemorar o aniversário da Federação e apareceram trinta pessoas. Gente que eu não via há quatro, cinco anos. Teve ano que a gente se reuniu em três, mas nunca deixamos de nos reunir no dia 19, todo ano.”

A Federação então era o espaço de manutenção das redes de relações entre os agentes. A partir do momento que essas pessoas deixaram a FPDU, arranjaram uma maneira de manter este vínculo, através de reuniões festivas, que podem ter um cunho fraterno, assim como por conta de lucros materiais, simbólicos ou de distinção.

E é essa relação simbólica, esse lucro subjetivo encontrado na instauração e manutenção de redes duráveis e úteis de relações que aproxima os conceitos de capital

⁵⁷ Id. *ibid*, p. 68.

⁵⁸ BOURDIEU, 2004, p. 134.

social e poder simbólico. Louis Pinto, um comentador da obra de Bourdieu, ao se referir ao capital chamado simbólico, coloca que,

Tal é a lei desse capital chamado simbólico. Os símbolos que o caracterizam não são coisas, e sim valores cuja existência resulta sobretudo da relação de reconhecimento que se estabelece entre utilizadores. De fato, seu funcionamento pressupõe que eles sejam percebidos, compreendidos e assumidos. Daí o duplo aspecto de comunicação e de poder que eles possuem: por um lado, fornecem inteligibilidade, informação, pois permitem classificar as coisas e os homens num mundo até certo ponto comum; por outro, chamam à ordem, manifestando abertamente e sobretudo tacitamente, por marcas de importância, as identidades sociais que só existem diferencialmente.⁵⁹

Podemos colocar que todo capital social é simbólico, mas nem todo capital simbólico é social. O que mais importa nesta análise, porém, é a característica do capital social enquanto algo que não é palpável ou quantificável, mas sim simbólico e muitas vezes não tão visível aos olhos mais desapercibidos.

O acúmulo de capital por parte dos agentes vai determinar, no limite, qual sua posição nos diferentes campos e, conseqüentemente, sua posição no espaço social:

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis (dando-se por entendido que, se cada campo tem a sua lógica própria e sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos).⁶⁰

Transpondo os conceitos bourdianos para o fenômeno esportivo, é necessário que reconheçamos qual é a posição ocupada por determinada modalidade ou manifestação esportiva no interior de determinado campo. Também é importante relacionar esse espaço esportivo com o espaço social das suas representações, tendo a dimensão que é dessa relação que se definem as propriedades referentes a cada manifestação esportiva. Nesse contexto, devemos tomar os cuidados necessários para evitar a tendência de reduzir toda a explicação da relação entre campo e *habitus*, de

⁵⁹ PINTO, 2000, p. 133-4.

⁶⁰ BOURDIEU, 2004, p. 134-5.

forma mecânica e direta, a origem social balizada nos discursos genealógicos de pesquisas⁶¹.

Para Bourdieu, cada campo tem suas particularidades e, com relação ao esporte, afirma que “a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo sendo articulada com os grandes acontecimentos da história, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica”.⁶² Para ele, uma das tarefas mais importantes da história social do esporte é interpretar sua realidade específica, irreduzível a qualquer outra. Buscar entender porque esta prática corporal surgiu da forma que surgiu, desenvolveu uma lógica própria e hoje se apresenta como uma atividade de grande relevância no contexto social.

Apesar de apresentar uma lógica própria, o autor acrescenta que o espaço dos esportes não é um universo fechado em si mesmo. Ele está inserido em um sistema de práticas e consumos. Ou seja, o estabelecimento de relações entre espaço da oferta – delimitado historicamente pelas práticas possíveis – e da procura – espaço destinado às disposições para as práticas. Na oferta encontra-se o espaço para os programas esportivos, no qual caracterizam-se as propriedades intrínsecas e técnicas do esporte; e na procura destaca-se o espaço das disposições esportivas – entendidas como *habitus* marcados pelas respectivas posições sociais – que, em determinada instância, são definidas pela particularidade do estado atual da oferta⁶³.

Da mesma forma, o esporte universitário tem sua lógica própria de funcionamento mesmo seguindo algumas normas gerais de funcionamento dos campos. Porém, no interior do subcampo do esporte universitário, existem agentes e relações próprias deste espaço social. Situações que são permeadas por lógicas do campo esportivo, mas também do campo político, do campo educacional e do campo da administração pública. Com isso, a história do subcampo do esporte universitário é uma história própria, que buscará ser, em partes, desvendada no decorrer do texto.

⁶¹ MARCHI JR., 2001, p. 48.

⁶² BOURDIEU, 1983a, p. 137.

⁶³ MARCHI JR., 2001, p. 49.

Para compreender a lógica e a dinâmica do esporte moderno, Bourdieu afirma que é necessário o reconhecimento da posição que determinada modalidade ou manifestação esportiva ocupa no universo dos esportes. Esse espaço é identificado por um conjunto de indicadores, como: a distribuição dos praticantes segundo sua posição social; as diferentes federações; o número de praticantes, sua riqueza; as características sociais dos dirigentes; e o tipo de relação com o corpo que determinados esportes exigem (de contato ou de interposição com a bola). Além disso, aponta para a confirmação de um método que instaure a dialética entre o global e o particular, superando o antagonismo entre as visões macro e microsociológicas⁶⁴. Ou seja, visualiza a presença de espaços sociais amplos ou diminutos representantes de um mesmo fenômeno global – o esporte.

Paralelamente a essa versão de leitura do esporte, o autor destaca como algo relevante ao campo esportivo, a consolidação progressiva de profissionais na produção de bens, serviços e espetáculos esportivos, marcados por interesses específicos, concorrência e correlações de força. A lógica relativamente autônoma do campo da produção de bens e serviços esportivos e, mais precisamente, o desenvolvimento, no interior deste campo, de uma indústria do espetáculo esportivo que, submetida às leis da rentabilidade, visa maximizar a eficácia e o lucro⁶⁵. Isso acarreta a necessidade de um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar e racionalizar o processo de treinamento dos atletas e venda do produto, do espetáculo. Esse fato tem levado a um considerável distanciamento entre profissionais e amadores, esporte-espetáculo e esporte-comum⁶⁶.

Não há mais espaço para o amadorismo dentro de um universo altamente profissional. Importante frisar aqui que apesar de Bourdieu levantar a questão de que não há espaço para o amadorismo dentro do esporte profissional, isso ainda ocorre no esporte brasileiro⁶⁷. Devemos interpretar que este é um processo que está em rumo, mas que não se efetivou completamente ainda. Aqui apontamos um ponto crucial de

⁶⁴ Id. *ibid*, p. 50.

⁶⁵ BOURDIEU, 1983a, p. 145.

⁶⁶ MARCHI JR., 2001, p. 51.

⁶⁷ São vastos os exemplos de conduta amadora dentro das diferentes modalidades esportivas profissionais no Brasil, em especial o futebol.

análise. É extremamente relevante que ao analisar uma manifestação esportiva, visualizemos se esta tem as características mercantis bem demarcadas, uma vez que apesar do esporte ter uma direção global que conduz ao espetáculo e a mercantilização, determinadas manifestações deste esporte estão mais ligadas a questão do amadorismo e distanciadas do esporte-espetáculo.

Na análise do esporte moderno e do seu processo de espetacularização – considerando o conjunto de práticas e consumo esportivo oferecido aos agentes sociais como uma oferta destinada a uma certa demanda social – Bourdieu indaga como se efetiva a demanda a determinados “produtos esportivos”, por que pessoas adquirem mais gosto por um esporte específico do que por outros – seja ele na sua prática ou na manifestação enquanto espetáculo -; em conformidade com quais princípios os agentes optam entre as diferentes práticas e consumos que lhes são oferecidos. Além disso, prioriza o estudo das condições históricas e sociais que tornaram possível a existência de um sistema de Instituições e de um conjunto de agentes ligados, direta ou indiretamente, ao universo de práticas e consumos. Esses agentes são encontrados e representam desde os clubes até os produtores e vendedores de bens esportivos (equipamentos, roupas), serviços especializados (técnicos, professores, marketeiros) e espetáculos esportivos (interfaces de mercantilização e profissionalização) ⁶⁸.

O autor acrescenta que em nossa análise não podemos perder de vista que o campo esportivo é o espaço de lutas nas quais se disputam o monopólio de imposição da definição legítima da atividade esportiva. “O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – de elite – e popular – de massa – etc.” ⁶⁹

Nesse contexto, ocorrem as discussões entre o amadorismo e o profissionalismo, o esporte-prática e o esporte-espetáculo, o esporte distintivo (de elite) e o esporte popular (de massas). Trava-se uma luta entre as modalidades e manifestações esportivas, além da luta inerente a cada uma delas. É importante

⁶⁸ MARCHI JR., 2001, p. 54.

⁶⁹ BOURDIEU, 1983a, p.142.

visualizar que cada manifestação tem seu espaço, porém as diferenças estão cada vez mais bem pontuadas. Em específico com relação ao esporte-espetáculo x esporte-amador, não se admite mais no âmbito do esporte-espetáculo traços de amadorismo, uma vez que isso representa desvantagem na concorrência interna, altamente profissional.

Em resposta aos seus questionamentos, Bourdieu aborda os interesses por determinados esportes, relacionando-os aos “lucros de distinção” social. A variabilidade na escolha de uma prática esportiva leva em consideração os custos econômicos e culturais, mas também o tempo livre, a afinidade entre as disposições éticas e estéticas e a percepção e apreciação dos prováveis lucros, imediatos ou futuros, que essa modalidade pode proporcionar⁷⁰.

Transpondo os conceitos de Bourdieu para nossa realidade específica, a do esporte universitário paranaense, buscaremos relacionar os conceitos de campo, poder simbólico, estruturas, agentes e formas de capital com os dados obtidos através da pesquisa de campo, tendo como fio condutor o financiamento público para o esporte universitário. Isso no ajudará a interpretar um ponto específico do esporte universitário paranaense – a relação com o poder público. Com isso vai se preencher uma das lacunas históricas sobre este processo. Então estaremos dando nossa contribuição, encaixando uma pequena peça de um grande quebra-cabeça, que como um todo constitui a lógica e a história própria de cada esporte ou manifestação esportiva.

Porém, acreditamos que seria um equívoco visualizar o esporte universitário brasileiro e o paranaense em particular, como manifestação de um campo específico. Como veremos no decorrer do texto, o esporte universitário neste caso está longe de consolidar profissionais na produção de bens, serviços e espetáculos esportivos. Por outro lado, este espaço é marcado por interesses específicos, concorrência, a presença de agentes e correlação de forças. Por isso, acreditamos ser mais coerente a utilização do termo subcampo do esporte universitário como um espaço permeado pelos campos esportivo, educacional, da administração pública e político, não necessariamente constituindo um novo campo.

⁷⁰ MARCHI JR., 2001, p. 55.

CAPÍTULO 2 – LEGISLAÇÃO SOBRE O ESPORTE NO BRASIL

Neste capítulo iremos discorrer sobre a legislação esportiva no Brasil, desde a década de 1940, com o Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941, que estabeleceu as primeiras bases de organização dos desportos em todo o país, até as mais recentes regulamentações do esporte. O entendimento da base legal do esporte no Brasil e suas diferentes regulamentações se tornam importantes no sentido que determinam a estrutura de desenvolvimento do esporte em nosso país.

Nossa análise estará sempre relacionada ao tema do trabalho, o esporte universitário paranaense. Neste sentido, buscaremos nas diferentes regulamentações para o esporte no Brasil os pontos principais que influenciaram no desenvolvimento do esporte universitário brasileiro e sua possível influência no esporte universitário paranaense.

É importante ressaltar que, apesar do recorte temporal do trabalho ser a década de 1980, faz-se necessário retroceder até a década de 1940, quando foram elaboradas as primeiras regulamentações acerca do esporte no Brasil, uma vez que estas influenciaram as ações relativas ao esporte nas décadas de 1980 e 1990.

Como veremos no decorrer do capítulo, as legislações subseqüentes a legislação de 1941 referente ao esporte não trouxe grandes mudanças conceituais e em termos de organização esportiva no Brasil. Só se visualiza uma mudança efetiva a partir da Constituição Federal de 1988, quando há uma mudança conceitual em relação ao esporte, bem como sobre o papel do Estado em relação ao mesmo. Assim, no decorrer do capítulo falaremos sobre as primeiras manifestações do esporte universitário no Brasil, o surgimento das Federações Estaduais de Esporte Universitário e da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), a regulamentação esportiva na década de 1940, as legislações referentes ao esporte das décadas de 1970, 1980 e 1990, até chegar na mais recente legislação referente ao esporte, a Lei conhecida como Agnello-Piva.

2.1. AS PRIMEIRAS REGULAMENTAÇÕES DO ESPORTE NO BRASIL E O ESPORTE UNIVERSITÁRIO

O esporte universitário no Brasil, assim como outras manifestações do esporte na sociedade⁷¹, já era praticado em suas Instituições muito antes do poder público vir a regulamentá-lo.

As primeiras manifestações do esporte universitário no Brasil datam do final do século XIX, no *College Mackenzie* em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1900, o *College Mackenzie* veio a disputar o campeonato de futebol e outros esportes. Clubes como Botafogo, Flamengo, Fluminense, na época, contribuíram para o início do esporte universitário, já que detinham em suas fileiras numerosos universitários⁷².

As primeiras competições universitárias realizavam-se dentro de seus próprios Estados. Em 1916 estas disputas saíram para níveis interestaduais, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros a se defrontarem.

A criação das primeiras federações universitárias, como o FAE (Federação Atlética de Estudantes), no Rio de Janeiro, atualmente FEURJ (Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro), em 1933, e a FUPE (Federação Universitária Paulista de Esportes), em 1934, deu-se antes mesmo da disputa dos primeiros Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), na época chamada de Olimpíada Universitária⁷³. Casper Líbero, desportista e grande incentivador do esporte brasileiro, em 1935, conseguiu realizar em São Paulo a I Olimpíada Universitária do Brasil.

Coube a FUPE encarregar-se da realização da II Olimpíada Universitária Brasileira, em 1940, que contou com a participação de um número maior de participantes de outros estados, como Rio Grande do Sul, Distrito Federal (então Rio de Janeiro), Estado do Rio, Minas Gerais e Bahia. Nestes jogos, a equipe de São Paulo foi a vencedora. Esta competição foi considerada pelo governo, quando da

⁷¹ Conferir MEZZADRI, 2000 e LUCENA, 2001.

⁷² Histórico de todos os JUBs. *Jornal Diário do Pará*, Belém, 18 de julho de 1987. Caderno de Esportes, p. 03.

⁷³ A instituição dos Jogos Universitários Brasileiros se deu através do Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941, que estabelecia as bases de organização dos desportos universitários.

regulamentação do esporte universitário brasileiro⁷⁴, como a terceira edição dos Jogos Universitários Brasileiros. A primeira teria sido a I Olimpíada Universitária Brasileira, e a segunda os Jogos Universitários de Minas Gerais, em 1938⁷⁵.

Por vários anos, Rio de Janeiro e de São Paulo ficaram responsáveis pela realização em seus estados de jogos com grande importância para o esporte universitário. A realização destas disputas pelos demais estados participantes, surgiu em 1941, após a intervenção do Estado. Mesmo assim, o Rio de Janeiro, em 1942, levou para seu estado mais uma disputa, que reuniu cerca de 1000 atletas. Nesta competição, registrou-se a participação de federações como a FAE, FUPE, FUGE (Rio Grande do Sul), FPDU (Paraná), FAPE (Pernambuco), FUBE (Bahia), FAME (Minas Gerais). Após esta competição no Rio, o primeiro estado a realizar os Jogos Universitários foi o Paraná, estendendo-se daí por outros estados da Federação. Os JUBs nesta época eram realizados de dois em dois anos, e após 1968 passaram a ser disputados anualmente.

Com relação ao âmbito internacional das disputas universitárias, os Jogos Universitários Mundiais iniciaram no ano de 1924 em Varsóvia, sendo que a primeira participação do Brasil foi em 1939, em Monte Carlo. Ainda no âmbito internacional, existem registros de disputas entre universitários brasileiros e argentinos em 1933 e 1937⁷⁶.

Nota-se que o esporte universitário teve sua gênese dentro das Instituições, sem uma interferência mais efetiva do Estado. Ou seja, era realizado de forma independente pela sociedade. Não há como precisar, porém, qual era a participação do Estado na organização do esporte. Esta questão não é nosso objeto de estudo. Porém é importante ressaltar que, provavelmente, a relação entre o esporte e o Estado começou a se delinear já nas primeiras décadas do século XX.

⁷⁴ Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941.

⁷⁵ Decreto-Lei n. 3.617, em seu inciso X, do Art. 2º:

“Ficam instituídos os Jogos Universitários Brasileiros, com o caráter de competições nacionais, a serem realizados bienalmente. Ficam considerados como Primeiros, Segundos e Terceiros Jogos Universitários Brasileiros, respectivamente, a Primeira Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em São Paulo, em 1935, os Jogos Universitários de Minas Gerais, realizados em 1938, e a Segunda Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em São Paulo, em 1940.”

⁷⁶ ALBUQUERQUE, 2003, p. 03.

A história da participação mais efetiva do Estado na organização do esporte no Brasil teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378, de 13 de março de 1937, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

A grande mudança, porém, aconteceu no início da década de 1940, quando foi aprovada a Lei nº 3.199/41⁷⁷, em um período de Ditadura do presidente Getúlio Vargas conhecida como Estado Novo. Esta lei interferiu diretamente na estruturação do esporte no Brasil, contribuindo em três pontos básicos da estrutura esportiva: a regulamentação das entidades esportivas; a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte; e a indicação de como administrar as práticas esportivas.

Esta medida de intervenção do Estado na organização esportiva deve ser compreendida dentro do contexto mais amplo como o governo de Getúlio Vargas vinha administrando o país. O poder da burocracia no Estado Novo estava concentrado nas mãos dos políticos, que buscavam regulamentar a grande maioria das áreas de alcance da sociedade, delimitando a identidade nacional a partir dos padrões estabelecidos pelo governo. As ações políticas representavam a centralização das relações entre a sociedade, os indivíduos e o Estado⁷⁸.

A transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 1920, para o modelo centralizador interferiu diretamente na vida dos indivíduos. O Estado tornou-se um agente ativo na organização política, social e econômica da sociedade.

O esporte que até então era organizado e desenvolvido sem uma interferência mais direta do poder público, passa a ser centralizado, com o governo administrando e regulamentando de forma burocrática as ações dos indivíduos.

Na lei encontraram-se algumas questões que aproximam o esporte das delimitações da identidade nacional e da centralização do poder político e administrativo. A dimensão da centralização do poder foi verificada com a formação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e dos Conselhos Regionais. Todas as

⁷⁷ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

⁷⁸ Há uma passagem do modelo liberal de administração do Estado para um modelo centralizador, tendo o Estado uma maior presença na vida dos indivíduos e Instituições.

estruturas das entidades esportivas passavam pelas mãos do governo federal, que autorizava ou não o funcionamento das mesmas. Até nas administrações regionais a centralização estava contemplada, como se detecta a seguir:

Do Conselho Nacional de Desportos e dos Conselhos Regionais de Desportos
 Art. 1º - Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país.
 Art. 2º - O Conselho Nacional de Desportos compor-se-á de cinco membros, a serem nomeados pelo Presidente da República, dentre pessoas de elevada expressão cívica, e que representem, em seus vários aspectos, o movimento desportivo nacional.
 Parágrafo único. A nomeação, de que trata este artigo, será feita por um ano, não sendo vedada a recondução.⁷⁹

Estes artigos evidenciam o poder do Estado Novo frente à organização e delimitação dos objetivos para o esporte. O CND era o encarregado da fiscalização das práticas e das entidades esportivas, cabendo ainda ao governo indicar o presidente e os conselheiros, atitude própria da centralização do poder governamental. O CND, durante as décadas de 1940 a 1980, estruturou e comandou o esporte nacional, fiscalizando as atividades esportivas desenvolvidas nos estados. Os estatutos das federações e confederações nacionais e regionais deveriam ser aprovados pelo CND e regulamentados posteriormente pelo Ministério da Educação e Saúde.

A estrutura era completada pelos Conselhos Regionais de Desportos, presentes nos Estados e Territórios, que funcionariam como extensão do CND:

Art. 6º Haverá, em cada Estado ou Território, um Conselho Regional de Desportos, que se comporá de cinco membros nomeados pelo respectivo governo, pelo prazo de um ano, sendo vedada a recondução.
 Parágrafo único. Um dos membros, que trata o presente artigo será de indicação do Conselho Nacional de Desportos.
 Art. 7º Compete essencialmente ao Conselho Regional de Desportos cooperar com o Conselho Nacional de Desportos para a realização de suas finalidades, bem como funcionar como órgão consultivo do governo do Estado ou Território em tudo que disser respeito à proteção e ser por este dada aos desportos.⁸⁰

Ainda como forma de controle sobre as instituições organizativas do esporte, o governo federal seria responsável pela criação de confederações, bem como pela aprovação de seus estatutos:

⁷⁹ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

⁸⁰ Id.ibid.

Art. 16...

§ 3º A criação de confederação nova ou a supressão de confederação existente far-se-á por decreto do Presidente da República.

Art. 17. As atribuições de cada confederação, assim como o sistema de sua organização e funcionamento, deverão ser definidos nos respectivos estatutos.

Parágrafo único. Os estatutos iniciais de cada confederação, e as suas sucessivas reformas, só entrarão a vigorar depois de aprovados pelo Conselho Nacional de Desportos, em parecer, homologado pelo Ministro da Educação e Saúde.⁸¹

Para que o desenvolvimento do esporte, como foi planejado pelo governo federal, pudesse ser levado à frente, as atividades esportivas estavam basicamente estruturadas na organização, na fiscalização e no incentivo ao esporte amador, universitário, da juventude, da Marinha, do Exército e das Forças Policiais. Vários segmentos encontravam-se atrelados ao poder do Estado: “Art. 11º - Terão organização à parte, relacionados, entretanto, com o Conselho Nacional de Desportos, e com as confederações e com as entidades especiais de que trata o artigo anterior, os desportos universitários e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército e os das Forças Policiais.”⁸²

Ainda no sentido de regulamentar a própria lei, o governo federal designou o CND para instrumentalizar as novas federações, ligas e clubes esportivos. Portanto, o CND, através de suas atribuições legais, atendia ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 5.342:

... considerando que lhe cumpre expedir instruções para o funcionamento das entidades desportivas as quais se fazem necessárias, em virtude da delegação que concedeu, a título precário, aos conselhos regionais de desportos, na forma do número cinco, da deliberação número três, do corrente ano, publicada no Diário Oficial de 13 de abril, delegação por esse ato definitivamente ratificada, e em virtude, também de ser indispensável o cumprimento da lei invocada, a partir do ano a iniciar-se.⁸³

Desse modo, para que uma associação desportiva pudesse funcionar, era necessário que tivesse obtido licença, por meio de alvará expedido pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), diretamente, ou pelo Conselho Regional de Desportos (CRD) da respectiva unidade territorial.

A mudança atingiu o estado do Paraná, como observa Mezzadri (2000):

⁸¹ Id. ibid.

⁸² Id. ibid.

⁸³ BRASIL. Decreto-Lei n. 5.342, de 25 de março de 1943.

O que antes era comandado pelos clubes através da Liga Atlética Paranaense, com a regulamentação do Decreto-Lei n. 3.199/41 e de n. 5.342, de 25 de março de 1943 propiciou a fundação, em 9 de junho de 1943 da Federação Paranaense Desportiva, que manteve os mesmos departamentos: Atletismo, Natação, Halterofilismo, Ginástica, Pugilismo, Punhobol, Bola ao Cesto, Volley Ball, e Hand Ball.⁸⁴

A diferença principal era que a direção, antes nas mãos dos clubes, agora estava sob a fiscalização e instrumentalização do poder governamental federal, sob tutela do CND.

A legislação na década de 1940 ainda garantiu o Estado como financiador das entidades desportivas filiadas ao Conselho Nacional de Desportos: “Art. 38. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão subvencionar as entidades desportivas filiadas direta ou indiretamente ao Conselho Nacional de Desportos, para o fim de possibilitar a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades”.⁸⁵

A legislação desta forma delimitou o tom de centralização do poder, através da regulamentação das entidades esportivas, definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte, e a indicação de como administrar as práticas esportivas.

Da mesma forma, o esporte universitário, que vinha se desenvolvendo aparentemente de forma independente, sem uma intervenção mais efetiva do Estado, desde o final do século XIX, e que foi institucionalizado através da fundação da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário, em 9 de agosto de 1939, só teve interferência do Estado anos depois, através do Decreto-Lei nº 3.617⁸⁶, de 15 de setembro de 1941, que oficializou a Confederação.

Antes, porém, o Decreto-Lei nº 421⁸⁷, de 1938, pode ser considerado como a primeira intervenção do Estado no sentido de incentivar o esporte universitário brasileiro. O Decreto-Lei exigia que as universidades e estabelecimentos isolados de

⁸⁴ MEZZADRI 2000, p. 48.

⁸⁵ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

⁸⁶ “Decreto-Lei n. 3.617 – de 15 de setembro de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários:

Art. 1º Fica instituída a Confederação dos Desportos Universitário.”

⁸⁷ Decreto-Lei n. 421, de 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.

ensino superior deveriam construir e montar praças esportivas para seus alunos, sendo uma das condições para autorização e reconhecimento do governo federal.

Com a criação da Lei que regulamentou a organização e funcionamento do Esporte Universitário (em 1941), as Federações Estaduais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro se consolidaram. A Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) foi fundada em 19 de setembro de 1941, quatro dias após a assinatura do Decreto-Lei nº 3.617 pelo presidente da república Getúlio Vargas.

O referido dispositivo legal, além de oficializar a CBDU, determinava a base de funcionamento do esporte universitário brasileiro:

Art. 2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:

I – Haverá, em cada estabelecimento de ensino superior, uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela, fazer parte deste.

II – As associações atléticas acadêmicas formarão, dentro de cada universidade, uma federação atlética acadêmica, que estará anexa ao diretório central acadêmico da mesma universidade, devendo o presidente daquela fazer parte deste.

III – As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos isolados de ensino superior, no Distrito Federal ou dentro de um mesmo Estado, ou Território, reunir-se-ão para a constituição de uma federação atlética acadêmica, salvo se preferirem filiar-se à federação da universidade ou de uma das universidades aí existentes.

IV – As federações atléticas acadêmicas de todo o país formarão a Confederação dos Desportos Universitários.⁸⁸

A representação básica desportiva universitária seria as Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) de cada curso. A reunião destas nos Estados, Territórios e Distrito Federal formariam as Federações Estaduais de Esporte Universitário. Estas, por sua vez reunidas, formariam a Confederação de Desportos Universitários.

Nessa ocasião, o Esporte Universitário do Estado do Paraná era praticado somente entre os cursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma vez que outras Instituições de Ensino não existiam ainda no Estado. Em outras palavras, a Federação de Desportos Universitários era constituída pelas Associações Atléticas Acadêmicas dos diversos cursos⁸⁹. Essa fase pode ser caracterizada pelas famosas

⁸⁸ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários.

⁸⁹ Segundo Albuquerque (2003, p. 03), os primeiros cursos a se confrontarem no Paraná foram os de Medicina, Engenharia, Veterinária, Direito, Agronomia e Química Industrial.

disputas entre os cursos de Engenharia e Medicina cujas equipes, invariavelmente, eram finalistas nas diversas modalidades em disputa, consagrando o clássico conhecido por "ENGMED"⁹⁰.

A legislação reforçava a necessidade de instalações e praças esportivas para os alunos universitários, presente no Decreto-Lei nº 421:

Art. 2º.....
VII – Deverão as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior construir e montar praças desportivas para uso de seus alunos, constituindo esta obrigação uma das condições da autorização e de reconhecimento federais, de que trata o Decreto-Lei n.421, de 11 de maio de 1938.⁹¹

Além disso, no mesmo artigo da referida legislação, apontava as fontes de financiamento do esporte universitário:

VIII – As pessoas naturais ou jurídicas, que mantenham estabelecimentos de ensino superior autorizados ou reconhecidos pelo Governo Federal, deverão conceder às respectivas associações atléticas acadêmicas uma subvenção anual destinada a auxiliar-lhes a manutenção. As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos federais de ensino superior será concedida anualmente uma subvenção federal, observado o regime estabelecido pelos Decretos-Leis ns. 527, de 1º de julho de 1938, n. 693, de 15 de setembro do mesmo ano, e n. 1.500, de 9 de agosto de 1939. A mesma subvenção, e de acordo com o mesmo regime, poderá ser concedida à Confederação dos Desportos Universitários e às federações atléticas acadêmicas. Não se exigirá, para a concessão da subvenção federal, num e noutro caso, parecer de órgão colegial opinativo.⁹²

O financiamento das associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos de ensino superior estaria a cargo da própria instituição, salvo o caso das instituições federais, que teriam financiamento direto do governo federal. Além disso, o governo se dispunha a fornecer subvenção às federações e Confederação de Desportos Universitários.

O tocante a centralização do controle do esporte nas mãos do governo também estava garantido, em sintonia com o Decreto-Lei nº 3.199, de abril do mesmo ano, e com as ações em geral do governo de Getúlio Vargas:

IX – São extensivos aos desportos universitários todos os favores instituídos para os desportos em geral pelo Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941; as disposições do

⁹⁰ ALBUQUERQUE, 2003, p. 04.

⁹¹ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941.

⁹² Id.ibid.

referido decreto-lei, que digam respeito à organização desportiva, são igualmente extensivas aos desportos universitários, em tudo que lhes forem aplicáveis.⁹³

Os regulamentos e regimentos referentes ao esporte universitário deveriam ser aprovados pelo Presidente da República, garantindo assim um certo controle sobre os mesmos:

Art. 3º Os regulamentos dos desportos universitários, e bem assim os estatutos da Confederação dos Desportos Universitários, serão aprovados por decreto do Presidente da República. Os estatutos das associações atléticas acadêmicas deverão ser aprovados pelas federações a que estiverem filiadas, ou, não havendo filiação à federação, pela Confederação dos Desportos Universitários. Os estatutos das federações atléticas acadêmicas deverão ser aprovados pela Confederação dos Desportos Universitários.⁹⁴

Fica evidente a aproximação da legislação referente ao esporte universitário (Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941) com a legislação que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país (Decreto-Lei n. 3.199). Ambas em sintonia com o contexto geral que o governo de Getúlio Vargas vislumbrava para o país, através de um poder centralizador, com o governo administrando e regulamentando de forma burocrática as ações dos indivíduos e instituições.

A Legislação referente ao esporte da década de 1940 teve reflexo no Estado do Paraná principalmente a partir da década de 1950, quando o governo estadual começou a agir no desenvolvimento da estrutura esportiva.

O início da ação do governo estadual nas estruturas esportivas foi marcado por três acontecimentos. Primeiro, a criação da Divisão de Educação Física e Esporte da Secretaria Estadual de Educação; segundo, a criação do Conselho Regional de Esportes (CRE); e terceiro, a utilização de verbas públicas para financiar a organização e construção dos clubes sociais e esportivos⁹⁵.

Neste período, com a criação do CRE, surgiram por intermédio do governo estadual, os Jogos Abertos do Paraná – JAPs, os Jogos Escolares do Paraná, os Jogos Universitários, e os Jogos Militares e Classistas⁹⁶.

⁹³ Id. *ibid.*

⁹⁴ Id. *ibid.*

⁹⁵ MEZZADRI, 2000, p. 62-3.

⁹⁶ De acordo com o próprio Decreto-Lei n. 3.199/41, os esportes deveriam ser organizados a partir da seguinte divisão: militar classista, comunitário e escolar (onde se inclui o esporte universitário). Portanto,

Nos anos que seguiram o esporte em geral, e o universitário em particular, continuaram a se desenvolver sob a tutela do Estado e amparados pela legislação de 1941.

Criado na década de 1950, através do governo do Estado, os Jogos Universitários Paranaenses (JUPs), já nas décadas de 1960/70, com a participação de Instituições de ensino do interior do Estado, cresceram e viram a hegemonia já não mais apenas nos cursos de Engenharia e Medicina da UFPR. Em 1962, o interior já contava com algumas cidades detentoras de faculdades, como Londrina, Arapongas, Ponta Grossa, Paranaguá, União da Vitória, Jacarezinho e Apucarana, todas elas públicas. Em 1974, os JUPs já eram disputados pela UFPR, Universidade de Londrina, Universidade de Maringá, Universidade de Ponta Grossa, bem como uma seleção das faculdades isoladas⁹⁷.

No decorrer da década de 1970 as propostas para o esporte foram se tornando cada vez mais abrangentes e o Estado cada vez mais presente na vida dos indivíduos. No final da década de 1970, a proposta governamental estava bem delineada, abrangendo grande parte dos segmentos da sociedade, seja no âmbito escolar, do tempo livre ou da alta competição⁹⁸.

Um ponto determinante para a consolidação do Estado enquanto grande organizador do esporte nacional ocorreu quando, em meados da década de 1970, no auge do governo da Ditadura Militar, sob presidência do General Ernesto Geisel, foi criada uma nova legislação referente às práticas esportivas, através da promulgação da Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto-Lei nº 80.228/77, que instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. A estrutura esportiva, mais uma vez, foi articulada de forma autoritária, tendo como base a centralização das ações nas práticas esportivas, reafirmando a legislação da década de 1940. Destacamos a seguir as duas normatizações legais instituídas na década de 1970:

Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975

a maneira de organização do esporte no Estado do Paraná apenas reproduz um modelo apresentado pelo governo federal.

⁹⁷ ALBUQUERQUE, 2003, p. 04.

⁹⁸ MEZZADRI, 2000, p. 77.

Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

O presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A organização desportiva do País obedecerá ao disposto nesta Lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o Conselho Nacional de Desportos expedir no exercício de sua competência.

Art. 2.º Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo as regras preestabelecidas.

Art. 3.º A União, os Estados, o Distrito, os Territórios e Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a prática dos desportos em suas diversas modalidades.

Art. 4.º Observadas as disposições legais, a organização para a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, que merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos.⁹⁹

Podemos destacar na Lei a contradição entre os artigos 3.º e 4.º, pois por um lado, no artigo 3.º, o poder público através da União, Estados e Municípios distribuiria recursos financeiros e daria auxílio técnico para a prática esportiva; por outro, no artigo 4.º destaca-se que o esporte seria livre para a iniciativa privada, desde que amparado técnica, financeira e legalmente pelo poder público. Portanto, a liberdade seria relativa, porque na verdade o poder público era o grande controlador das estruturas esportivas.

Com o advento da nova legislação regulamentadora da prática esportiva nacional, criou-se o Sistema Nacional de Esportes, onde o Esporte Universitário foi incluído no subsistema do Esporte Estudantil. Os outros subsistemas eram denominados como Classista, Militar e Comunitário:

Do Sistema Desportivo Nacional

Art. 10º - Para efeito de definição do Sistema Desportivo Nacional são reconhecido as seguintes formas de organização dos desportos:

I – comunitária;

II – estudantil;

III – militar; e

IV – classista.¹⁰⁰

O Desporto Estudantil era desdobrado pelo sistema de Esporte Escolar e o sistema de Esporte Universitário - Confederação Brasileira de Esportes Universitários - CBDU, Federações Estaduais e Associações Atléticas Acadêmicas - AAA's:

Do Desporto Estudantil:

Art. 26. Para efeito de sua organização e estruturação, o desporto estudantil será dividido em universitário e escolar.

⁹⁹ BRASIL. Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975.

¹⁰⁰ Id. *ibid.*

§ 1º O desporto universitário abrange, sob a supervisão normativa do Conselho Nacional de Desportos, as atividades desportivas dirigidas pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários, pelas Federações Desportivas Universitárias e pelas Associações Atléticas Acadêmicas.¹⁰¹

Como podemos constatar, nada muda em relação a estrutura do esporte universitário brasileiro em relação a legislação de 1941. Notemos ainda a reafirmação da centralização do poder, quando a legislação coloca a supervisão do Conselho Nacional de Desportos sobre a estrutura organizadora do esporte universitário. Isso fica ainda mais marcante no artigo 29 da Lei em questão:

Art. 29. Caberá ao Ministro da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Desportos, fixar o sistema de organização e as normas de funcionamento da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, das Federações Desportivas Universitárias e das Associações Atléticas Acadêmicas, todas integrantes do Sistema Desportivo Nacional.¹⁰²

Já o Decreto-Lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977, regulamentou a lei anterior, com destaque para a regulamentação das Confederações Brasileiras, dentre elas a CBDU:

Decreto Lei n.º 80.228 de 25 de agosto de 1977
Regulamenta a Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre o desporto, e dá outras providências.

Art. 36 – São reconhecidas como constituídas, para todos os efeitos, as seguintes confederações:

- I – Confederação Brasileira de Desportos – (CBD)
- II – Confederação Brasileira de Basquetebol – (CBB)
- III – Confederação Brasileira de Pugilismo – (CBP)
- IV – Confederação Brasileira de Vela e Motor – (CBVM)
- V – Confederação Brasileira de Esgrima – (CBE)
- VI – Confederação Brasileira de Caça e Tiro – (CBCT)
- VII – Confederação Brasileira de Xadrez – (CBX)
- VIII – Confederação Brasileira de Hipismo – (CBH)
- IX – Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo – (CBTA)
- X – Confederação Brasileira de Motociclismo – (CBM)
- XI – Confederação Brasileira de Voleibol – (CBV)
- XII – Confederação Brasileira de Tênis – (CBT)
- XIII – Confederação Brasileira de Automobilismo - (CBA)
- XIV – Confederação Brasileira de Judô – (CBJ)
- XV – Confederação Brasileira de Golfe – (CBG)
- XVI – Confederação Brasileira de Desportos Universitários - (CBDU)¹⁰³

¹⁰¹ Id. *ibid.*

¹⁰² Id. *ibid.*

¹⁰³ BRASIL. Decreto-Lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977.

Determinando a existência das confederações, novamente o poder público projetou-se sobre o controle da estrutura esportiva. A legislação retifica os poderes da CBDU enquanto representante legítima do esporte universitário brasileiro:

CAPÍTULO II

Do Desporto Universitário

SEÇÃO I

Da Confederação Brasileira de Desportos Universitários

Art. 124. O desporto universitário, no âmbito nacional, terá como entidade máxima de direção a Confederação Brasileira de Desportos Universitários, associação civil constituída pelas Federações Desportivas Universitárias que a ela serão obrigatoriamente filiadas.

Parágrafo único. Caberá a Confederação Brasileira de Desportos Universitários a representação do desporto universitário no exterior e o intercambio com as entidades dirigentes internacionais.¹⁰⁴

Porém o Estado mantém o controle indireto sobre a CBDU, através de dispositivos legais:

Art. 127. A Confederação Brasileira de Desportos Universitários terá suas atribuições, sistema de organização e normas de funcionamento definidos no respectivo estatuto.

§ 1º O Estatuto da Confederação Brasileira de Desportos Universitários obedecerá ao dispositivo no presente Regulamento, bem como ao sistema de organização e normas de funcionamento fixados nos termos do artigo 121 (*idem* ao artigo 29 da Lei n. 6.251/75).

§ 2º O Estatuto da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e suas alterações serão submetidos à apreciação do Conselho Nacional de Desportos.¹⁰⁵

A referida legislação considerou ainda que as AAA's deveriam ser constituídas por Instituições de Ensino Superior e não mais por cursos, relevando talvez, a grande proliferação dessas Instituições notadamente, as particulares:

SEÇÃO III

Das Associações Atléticas Acadêmicas

Art. 133. As Associações Atléticas Acadêmicas, entidades básicas de organização nacional do desporto universitário, constituem os centros em que os desportos universitários são praticados.

Art. 134. Em cada instituição de ensino superior haverá uma Associação Atlética Acadêmica, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por alunos e professores, destinada à prática do desporto e à realização de competições desportivas, e que será filiada à Federação Desportiva Universitária dirigente do desporto, no respectivo Estado, Distrito Federal ou Território.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Id. *ibid.*

¹⁰⁵ Id. *ibid.*

¹⁰⁶ Id. *ibid.*

Neste momento, podemos apontar uma ruptura importante para o esporte universitário. Esta passagem das AAAs passarem a ser representativas das Instituições e não mais dos cursos isolados, nos aponta para um aumento significativo do número de IES no Estado do Paraná no final da década de 1970. Como as questões legais demoram algum tempo para surtir efeito na prática, apontamos para o ano de 1982, como um ano onde o aumento do número de Instituições participantes das ações da FPDU se efetivou e, conseqüentemente, cresceu a importância do esporte universitário no âmbito do esporte paranaense.

O Plano Nacional de Educação Física e Prática de Desporto trouxe ainda a necessidade da prática e incentivo ao esporte estudantil, então dividido em escolar e universitário. Segundo o artigo 7º, item 1, do Decreto 80.228/77¹⁰⁷, é determinada a prioridade do apoio dos órgãos públicos ao desporto estudantil.

Neste momento o Estado tomava para si a responsabilidade de promover, técnica e financeiramente, as competições do desporto estudantil, conforme a Lei nº 6.521/75¹⁰⁸ e o Decreto nº 81.228/77, reafirmando, de alguma forma, a legislação de 1941, centralizando em suas mãos a administração do esporte.

No Estado do Paraná, o Governo Estadual apoiava financeiramente o esporte amador na forma de subvenção social às Entidades Esportivas, como a Federação Paranaense de Desporto Universitário (FPDU). Existia na Casa Civil do Estado do Paraná um Setor de Auxílio e Subvenções, que fixava normas para requerimento da subvenção social, de acordo com o Decreto nº 15.478¹⁰⁹.

¹⁰⁷ “Art. 7º - A ação do Poder Público exerce-se-á, prioritariamente:

I – Na área da Educação Física e Desporto Estudantil, mediante a criação e o revigoramento de instrumentos legais e a canalização de recursos dos governos federal, estadual e municipal, para estimular a prática daquelas atividades, bem como a expansão do potencial existente” - Decreto 80.228/77.

¹⁰⁸ “Art. 3º - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a pratica dos desportos em suas diversas modalidades” - Lei nº 6.521/75.

¹⁰⁹ Documentos exigidos para solicitação de Subvenção Social

- Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador solicitando uma subvenção social.
- Certidão negativa do Tribunal de Contas, comprovando a aplicação de importâncias recebidas em exercícios anteriores.

I – Prova e Existência Legal da Requerente: Estatuto especificando a finalidade e a não remuneração da Diretoria. Registro no livro A de Pessoas Jurídicas e a Diretoria Atual (documentos fornecidos em cartório).

É neste contexto que surge o início do período que trataremos neste trabalho, a década de 1980. O esporte universitário era regulamentado pela Lei nº 6.521/75, assinada no auge da Ditadura Militar, e o subsídio financeiro vinha principalmente do Governo Estadual através da subvenção social e verbas isoladas que eram destinadas à FPDU.

2.2. AS NOVAS REGULAMENTAÇÕES DO ESPORTE NO BRASIL

Antes de se discutir com mais detalhes os processos internos da relação entre o poder público e o esporte universitário, iremos analisar a legislação esportiva federal a partir da década de 1980, destacando-se as questões legais e conceituais do esporte.

A abertura política que começava a se instalar no Brasil no início da década de 1980 fez surgir, gradativamente, novas relações no interior da sociedade. Uma das exigências era a maior autonomia dos indivíduos frente ao controle do Estado.

O passo inicial na direção da maior autonomia dos indivíduos frente às ações do Estado com relação ao esporte ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que alterou profundamente o entendimento sobre o esporte e a relação entre a estrutura esportiva e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos. Ao contrário da legislação esportiva da década de 1970, que estava conceitualmente muito próxima a legislação de 1941, a Constituição de 1988 abria caminho para a autonomia do meio esportivo frente ao Estado.

A normatização do esporte, na Constituição de 1988, foi assim definida:

II – Demonstração de ausência de recursos próprios suficientes à sua manutenção. (Fornecida por uma autoridade. Não poderá ser dada pela própria Instituição).

III – Comprovação de prestação com real utilidade de serviços gratuitos à comunidade (também fornecida por uma autoridade).

IV – Plano de Aplicação do Benefício (a verba não poderá ser aplicada em construção ou compra de equipamentos). Deverá ser aplicada em: alimentação, vestuário, rouparia, medicamentos, hospitalização, transporte de doentes, material escolar e didático, material de expediente, pagamento de aluguel, pagamento de professores e pessoal, auxílio funerário, bolsas de estudo, etc. o requerimento deverá ter o CGC da entidade.

Setor de Auxílios e Subvenções, em 18.07.1975.

Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observando:

- I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;
- III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não-profissional;
- IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.¹¹⁰

Fica claro na Constituição a maior autonomia dos indivíduos e Instituições frente ao Estado. Isto reflete mudanças globais ocorridas na sociedade brasileira na década de 1980. Após o final do regime militar, gradualmente os indivíduos passam a ter uma maior autonomia de ação e pensamento.

Obviamente, mesmo com a promulgação da Constituição, a estrutura esportiva não mudou do dia para a noite, mas a partir dela foram abertos alguns espaços mais democráticos que possibilitaram maior autonomia na administração esportiva e na participação dos indivíduos. O processo de descentralização estava aberto, tornando viável uma nova estrutura esportiva. Porém, as mudanças estruturais só se efetivariam com o passar do tempo e do avanço na relação entre o Estado, os indivíduos e a sociedade.

Se as legislações anteriores referentes ao esporte¹¹¹ faziam questão de manter sob a tutela do Estado a organização e funcionamento das entidades esportivas, dirigentes e associações, a Constituição Federal de 1988 dava autonomia às mesmas.

Outro ponto importante é a prioridade para o repasse de recursos públicos dada ao esporte educacional por parte do Estado. Com o desenvolvimento crescente do esporte na sociedade e a profissionalização do mesmo, o Estado buscou priorizar o esporte enquanto ferramenta educacional. O Estado não negava as outras manifestações esportivas, somente indicava sua prioridade.

Destacamos ainda na Constituição de 1988, a separação entre esporte profissional e não profissional. Como o esporte tornou-se um produto mercantil, principalmente no Brasil a partir da década de 1980, o governo propôs uma separação entre o esporte profissional e o amador. Aí talvez esteja a grande contradição

¹¹⁰ BRASIL. Constituição Federal de 1988.

¹¹¹ Legislação esportiva de 1941 e Legislação esportiva da década de 1970.

encontrada pelo esporte universitário no Brasil. Mas para falar disso, devemos nos remeter a uma regulamentação anterior referente ao esporte universitário – a Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987:

PORTARIA Nº 236, DE 08 DE ABRIL DE 1987

O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições por proposta do Conselho Nacional de Desportos, nos termos do inciso II, do Artigo 42 da Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, e do Artigo 121 do Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, Resolve

1 – Aprovar o sistema de organização e as normas de funcionamento da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, das Federações Desportivas Universitárias, das Ligas Desportivas Universitárias e das Associações Atléticas Acadêmicas.¹¹²

A referida Portaria regulamenta as normas de funcionamento do sistema esportivo universitário brasileiro com base na legislação desenvolvida na década de 1970. Além disso, determina conceitualmente o esporte universitário:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A organização e o funcionamento do Desporto Universitário obedecerão o disposto na Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, no Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, nesta portaria e nas resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos e na Legislação educacional universitária.

Parágrafo único – o Desporto Universitário tem seu campo de atuação adstrito a manifestação esporte-performance no âmbito do Sistema Desportivo Nacional, vedada qualquer interferência nas duas outras manifestações (esporte-educação e esporte-participação) definidos na Recomendação 01/86 do CND.¹¹³

Mesmo tendo como base a legislação centralizadora de 1975 e 1977, a presente Portaria apresenta avanços. O principal avanço da mesma está na clara definição conceitual do esporte universitário. Em comparação a Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975, podemos notar que o esporte universitário deixa de estar atrelado ao esporte-educação, o que ao nosso ver constituía uma falha conceitual¹¹⁴, para definir-se enquanto uma prática seletiva, portanto mais próxima ao esporte-performance:

Do Desporto Estudantil:

Art. 26. Para efeito de sua organização e estruturação, o desporto estudantil será dividido em universitário e escolar.

§ 1º O desporto universitário abrange, sob a supervisão normativa do Conselho Nacional de Desportos, as atividades desportivas dirigidas pela Confederação Brasileira de Desportos

¹¹² BRASIL. Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987.

¹¹³ Id. ibid. (grifos nossos).

¹¹⁴ Antes o esporte universitário estava definido como parte do esporte estudantil. Porém, esta manifestação esportiva não trazia consigo traços desse esporte educacional. Aproxima-se mais do esporte de alto nível, uma vez que é desenvolvido a partir de competições pontuais como JUBs e JUPs, além de ser uma prática seletiva, no sentido que apenas os mais habilidosos participam.

Universitários, pelas Federações Desportivas Universitárias e pelas Associações Atléticas Acadêmicas.¹¹⁵

Esta vinculação ao esporte-educação, ou estudantil, serviu por vezes como justificativa para a solicitação de verbas por parte das federações e Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) ao Estado.

A Portaria nº 236 do Ministério da Educação confirma ainda a CBDU como órgão máximo de direção do esporte universitário no âmbito nacional:

Art. 8º - A Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), sob a imediata supervisão do Conselho Nacional de Desportos, é a entidade máxima de direção do desporto universitário no âmbito nacional, cabendo-lhe a representação do desporto universitário no exterior e o intercâmbio com as entidades dirigentes internacionais.¹¹⁶

Porém, mantém o controle autoritário do Estado sobre as Instituições, através do Conselho Nacional de Desportos¹¹⁷:

Art. 4º - Ao Conselho Nacional de Desportos, órgão normativo e disciplinador do desporto nacional, compete:

- I – exercer a função normativa e disciplinadora do desporto universitário;
- II – coordenar a elaboração do calendário desportivo universitário, integrando-o no calendário desportivo nacional;
- III – aprovar o estatuto da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e suas alterações;
- IV – autorizar as entidades desportivas universitárias a promover competição internacional ou dela participar;
- V – regulamentar a participação das entidades integrantes do desporto universitário nas competições oficiais da área do desporto comunitário;
- VI – praticar os demais atos que lhe são atribuídos pela Lei nº 6.521, de 08 de outubro de 1975, pelo Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, e por esta Portaria.¹¹⁸

A Portaria ainda reafirma as Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) como entidades básicas da organização do esporte universitário no Brasil: “Art. 17 – As Associações Atléticas Acadêmicas, entidade básicas da organização nacional do esporte universitário, constituem os centros diretamente responsáveis pela prática do

¹¹⁵ BRASIL. Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975.

¹¹⁶ BRASIL. Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987.

¹¹⁷ É importante ressaltar que, apesar de haver alguns avanços na Portaria nº 236, esta ainda apresenta alguns traços que a aproximam das legislações de 1941 e 1975 referentes ao esporte. A autonomia do meio esportivo frente ao Estado começa a se delinear na Constituição Federal de 1988 e se consolida com a Lei 8.672, de 06 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico.

¹¹⁸ BRASIL. Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987.

desporto no âmbito das unidades das Instituições de Ensino Superior, cabendo-lhes a representação destas”¹¹⁹.

E determina as obrigações das Instituições de Ensino Superior (IES) para com as AAA's:

Art. 23 – As Instituições de ensino superior estimularão a constituição das associações atléticas académicas auxiliando a sua manutenção.

§ 1º - O auxílio deverá abranger as áreas financeiras, técnica, científica e administrativa.

§ 2º - Os recursos financeiros deverão atender às despesas de manutenção e de execução da programação desportiva.

§ 3º - As Instituições de ensino superior considerarão a possibilidade de concessão de bolsas especiais, por indicação das respectivas Associações Atléticas Académicas, aos atletas que mais se destacarem e aos seus dirigentes.

§ 4º - As Instituições de ensino superior facilitarão em todos os aspectos, inclusive em seus calendários de atividades, a realização dos jogos ou campeonatos universitários.¹²⁰

O artigo 23 da Portaria 236 do Ministério da Educação deixa claro que as IES estariam responsáveis por auxiliar financeira, técnica, científica e administrativamente as AAA's, e por consequência as práticas esportivas dentro das Instituições. A Portaria não deixa claro, porém, quem financiaria as disputas sob tutela da CBDU e das federações estaduais de esporte universitário.

É interessante visualizar, já nesta Portaria, a maior flexibilidade do Estado com relação aos anseios dos indivíduos e Instituições que estavam envolvidas com o esporte universitário. Isto porque, antes da publicação da Portaria, mais especificamente nos dias 14 e 15 de março de 1986, os presidentes e representantes das Federações Desportivas Universitárias e os membros da Comissão Executiva da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, haviam se reunido em Assembléia Geral. Nesta Assembléia foi produzido um documento que fazia apontamentos com relação a mudanças que julgavam necessárias para o melhor funcionamento do sistema nacional do esporte universitário. Dentre os apontamentos destacamos:

“Indicam que as Instituições de Ensino Superior incluam em seus orçamentos recursos destinados diretamente às Associações Atléticas Académicas” (p. 06)

“Indicam que devem ser criadas bolsas de Estudo e/ou Trabalho e/ou Esporte para os dirigentes e monitores das Associações Atléticas Académicas” (p.07)

¹¹⁹ Id. ibid.

¹²⁰ Id. ibid.

“Indicam que as Instituições de Ensino Superior devem dar todo o apoio às Associações Atléticas Acadêmicas para que elas atinjam os seus objetivos” (p. 09)

“Indicam que a Confederação Brasileira de Desportos Universitários, entidade civil constituída pelas Federações Desportivas, é a entidade máxima de direção do desporto universitário no âmbito nacional, cabendo-lhe a representação do desporto universitário no exterior” (p. 12).¹²¹

Todas as passagens do documento aqui citadas, entre outras, estiveram presentes, com pequenas ou nenhuma alteração, no texto da Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987. Isto pode nos levar a pensar que naquele momento a sociedade civil já tinha uma maior participação na formulação da legislação por parte do Estado, fruto da abertura política e democrática do país, que por sua vez alterou as relações dos indivíduos e Instituições frente ao Estado.

A Portaria 236 do Ministério trouxe como principal contribuição a definição do esporte universitário enquanto esporte-performance. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, consolidou a separação entre esporte profissional e não profissional e deu prioridade no repasse de verbas públicas para o esporte-educação. Isso mudou profundamente a organização do esporte universitário, uma vez que sua estrutura não estava desenvolvida o bastante para se aproximar de uma prática profissional, e, portanto, mais próxima à iniciativa privada. Nem tão pouco teria argumentos legais para justificar seu financiamento junto ao Estado. Com isso, fica a impressão de que o esporte universitário passou a ter uma crise de identidade, sem uma definição clara de que caminho tomar.

Mais uma vez devemos ressaltar que as mudanças legais levam um certo tempo para alterar a estrutura esportiva. Por isso, acreditamos que os principais reflexos da legislação de 1987 e 1988 ocorreram nos primeiros anos da década de 1990.

Foi no início da década de 1990, mais especificamente em 1993, que uma nova regulamentação para o esporte entrou em vigência. A Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico, consolidou algumas das mudanças presentes na Constituição Federal de 1988. Destacamos a conceituação de esporte presente na Lei Zico:

¹²¹ Documento produzido pela Assembléia Geral da CBDU em 14 e 15 de março de 1986, que indicava mudanças para o esporte universitário brasileiro.

CAPÍTULO III

Da Conceituação e das Finalidades do Esporte

Art. 3º O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I – desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II – desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente.

III – desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I – de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por Contrato de Trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;

II – de modo não profissional, compreendendo o desporto:

- a) semiprofissional, expressão pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de Contrato de Trabalho;
- b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais.¹²²

A Legislação traz a conceituação de esporte entendido como uma prática corporal para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, e não mais exclusivamente como a busca de rendimento e resultado, fundamentada na parte técnica. Além disso, a valorização da formação do indivíduo e não do caráter nacional, como se percebia anteriormente. E ainda a inclusão de maneira mais incisiva do termo lazer, como meio de integrar o indivíduo na sociedade.

Os conceitos utilizados refletiam as discussões mais profundas sobre o entendimento do esporte e suas relações com a sociedade. Entre os inúmeros conceitos de esporte debatidos em âmbito nacional, prevaleceu na época a definição de Tubino¹²³ que além de ter sido presidente do Conselho Nacional de Desporto (CND), foi um dos autores que mais escreveram sobre o assunto. Para ele, o entendimento de esporte passa por:

- (a) manifestação esporte-performance, objetivando rendimento, numa estrutura formal e institucionalizada;

¹²² BRASIL. Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993.

¹²³ TUBINO, M. J. G. Uma visão paradigmática das perspectivas do Esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, W. W. *Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.

- (b) manifestação esporte-participação, visando o bem - estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com movimentos de educação permanente e com saúde;
- (c) manifestação esporte-educação, com objetivos claros de formação, norteadora por princípios sócio-educativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer.¹²⁴

Essa compreensão de esporte foi bastante utilizada na academia universitária e em ações políticas para o esporte no país inteiro. Analisando-se a proposta da Lei Zico, verifica-se que o conceito de esporte está muito próximo ao defendido por Tubino.

Verifica-se na Lei também a maior autonomia de indivíduos e Instituições frente ao Estado quanto à organização: “Art. 9º As entidades federais de administração do desporto são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomos, e terão as competências definidas em seus estatutos.”¹²⁵

Não caberia mais ao Estado aprovar estatutos e regular o funcionamento das Instituições. Com a consolidação da democracia no Brasil e a partir de um maior desenvolvimento da sociedade e da relação entre indivíduos, Estado e Instituições, abriu-se o caminho para uma maior autonomia dos indivíduos, que poderiam organizar-se de forma mais independente:

Art. 12. As entidades de prática desportiva poderão organizar ligas regionais ou nacionais e competições, seriadas ou não, observadas as disposições estatutárias das entidades de administração do desporto a que pertençam.

Parágrafo único. Na hipótese do “caput” deste artigo é facultado às entidades de prática desportiva particular, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estejam filiadas.¹²⁶

Melo Filho¹²⁷, ao analisar a Lei Zico, considerou que a regulamentação criou condições para uma nova era na estrutura esportiva, seja fortalecendo a iniciativa privada, seja reduzindo a interferência do Estado nas atividades desportivas com a manutenção dos controles e formalidades imprescindíveis, seja afastando qualquer atuação cartorial e policial que pudesse inibir a criatividade e a autonomia dos diversos segmentos desportivos.

A Lei Federal nº 8.672 trouxe ainda a consolidação da separação entre esporte profissional e amador. Com relação ao item Esporte-Rendimento presente na

¹²⁴ Id. *ibid.*, p. 133.

¹²⁵ BRASIL. Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993.

¹²⁶ Id. *ibid.*

¹²⁷ MELO FILHO, A. *Nova lei de desporto comentada*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

Lei, este constitui pela primeira vez em toda a história do esporte brasileiro uma regulamentação da profissionalização do esporte. Nessa perspectiva, a nova estrutura esportiva permitiu enxergar no Esporte-Rendimento outras possibilidades de relações entre o Estado e a sociedade, com a inclusão de novos agentes no meio esportivo, representado pela iniciativa privada, que viria a apoiar e financiar o esporte. O esporte universitário não é citado diretamente na Lei Zico. Porém, como a definição do esporte universitário como esporte-performance ainda prevalecia, aqui se reafirmava a postura estatal de vincular esta manifestação esportiva à iniciativa privada.

Já a Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, tem uma proximidade conceitual muito grande a Lei Zico. Na verdade foi mais um passo no sentido da maior autonomia de indivíduos e Instituições perante o Estado, e no tratamento profissional dado ao esporte de alto rendimento.

A Lei Pelé reafirma uma característica fundamental do esporte presente na Constituição Federal de 1988, que é a caracterização do esporte enquanto um direito do indivíduo e dever do Estado: “Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios de: [...] V – do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas esportivas formais e não-formais”¹²⁸.

Em seu artigo 3º, a Lei Pelé se refere à natureza e finalidades do esporte. Este artigo repete a caracterização presente na Lei Zico, segundo a qual o esporte seria reconhecido nas manifestações de esporte educacional, de participação e de rendimento.

A Lei ainda determina o Sistema Nacional de Desporto, composto pelo Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB) e pelo sistema de desportos dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Tenhamos atenção especial no que diz respeito ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP. O INDESP foi criado como uma autarquia

¹²⁸ BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

federal com a finalidade de promover e desenvolver a prática do esporte no país. Para tanto, constituíam recursos do INDESP:

Art. 6º Constituem recursos do INDESP:

I – receitas oriundas de concursos de prognóstico previstos em Lei;

II – adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III – doações, legados e patrocínios;

IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V – outras fontes.¹²⁹

Neste caso a legislação previa a criação de uma autarquia que iria fomentar a prática esportiva no país e indicava qual seria a fonte dos recursos, provenientes principalmente das Loterias controladas pelo Governo Federal. Além de constituir o caixa do INDESP, o dinheiro das Loterias também serviria para fomentar o esporte olímpico e paraolímpico brasileiro:

Art. 9º Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

§ 1º Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB.¹³⁰

Apesar de garantir a prioridade de recursos de cunho estatal ao esporte educacional, a Lei garantia uma quantia substancial todo ano ao Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro, ambos vinculados ao esporte de alto rendimento.

A Lei indica ainda como fontes de recurso para o esporte:

Art. 56 Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

I – fundos desportivos;

II – receitas oriundas de concursos de prognósticos;

¹²⁹ Id. *ibid.*

¹³⁰ Id. *ibid.*

- III – doações, patrocínio e legados;
- IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;
- V – incentivos fiscais previstos em lei;
- VI – outras fontes.¹³¹

A Lei Pelé garantia também a legalidade do funcionamento dos Bingos em todo território nacional, além de trazer uma tentativa de maior profissionalização dos clubes esportivos, aproximando os clubes do objetivo do lucro, podendo estes se transformar em clube-empresa.

A referida legislação passou por uma complementação no que diz respeito ao financiamento do esporte através da Lei nº 10.264¹³², de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Piva, uma referência ao seu idealizador.

Art. 1º O *caput* do art. 56 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI, renumerando-se o seguinte:

‘Art. 56

VI – dois por cento da arrecadação brutas dos concursos de prognóstico e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes § § 1º e 5º:

‘Art. 56

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do *caput*, oitenta por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

§ 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no §1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário.

§3º Os recursos a que se refere o inciso VI do *caput*:

I – constituem receitas próprias dos beneficiários, que receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;

II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.

§ 4º Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo.

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.¹³³

De acordo com o artigo 1º da Lei Piva, aumentava-se o repasse de verbas aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros, pois agora a porcentagem de repasse era

¹³¹ Id. *ibid*.

¹³² Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

¹³³ BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.

sobre todas as Loterias e não mais apenas pela Loteria Esportiva Federal. Isso aumentou substancialmente os recursos dessas Instituições.

No que diz respeito ao esporte universitário, a Lei garantiu cinco por cento do valor repassado para o financiamento desta manifestação esportiva. Este questão legal pode ter sido um elemento que viria a alavancar o novo momento do esporte universitário nacional, verificado a partir do ano de 2004.

Porém, esta verba do esporte universitário ficou nas mãos do Comitê Olímpico Brasileiro. É no mínimo curioso porque este recurso não foi repassado diretamente a Confederação Brasileira de Desporto Universitário, entidade máxima de representação do esporte universitário no Brasil. Essa é uma questão que será por vezes levantada e discutida no decorrer do texto. Porém, podemos adiantar que a Lei Piva e a vinculação do esporte universitário ao COB foram fatores determinantes para a estrutura do esporte universitário no Brasil após o ano de 2004.

CAPÍTULO 3 – O ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE DE 1982 A 2004

Passamos agora a descrever a trajetória do esporte universitário paranaense no período de 1982 a 2004 a partir dos dados empíricos, coletados junto ao arquivo da FPDU (ofícios e documentos enviados e recebidos pela Instituição), e às entrevistas realizadas com os agentes que estiveram na diretoria da FPDU durante o período mencionado.

O período escolhido se justifica, pois, invocando a lógica específica deste sub-campo, no início da década de 1980 temos o momento em que um número considerável de faculdades e universidades, notadamente as particulares, são criadas ou se instalam no Estado do Paraná. Com isso, cresce o número de Instituições filiadas à FPDU e aumenta a importância das disputas esportivas entre estas Instituições, uma vez que as Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) não eram mais representativas dos cursos e sim das Instituições¹³⁴.

A divisão desta etapa do texto será feita de acordo com as diferentes gestões de diretoria da FPDU (que segundo o estatuto deveriam durar três anos).

3.1. A FPDU NO TRIÊNIO 1982/84

No início de 1982 assume uma nova diretoria na FPDU para dirigir a entidade no triênio 1982/84. Segundo o ofício circular nº 02/82 da FPDU, a diretoria da entidade para o triênio 1982/84 seria assim composta:

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Vice-presidente
Secretário Geral
1º Secretário
Tesoureiro Geral

Luiz Orlando Borges Albuquerque
Lincoln Bettega Curial
Luiz Ferreira França Filho
Giancarlo Schetini Almeida Torres
Mario Celso Juglair

¹³⁴ “Art. 134. Em cada instituição de ensino superior haverá uma Associação Atlética Acadêmica, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por alunos e professores, destinada à prática do desporto e à realização de competições desportivas, e que será filiada à Federação Desportiva Universitária dirigente do desporto, no respectivo Estado, Distrito Federal ou Território”. BRASIL. Decreto-Lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977.

1º Tesoureiro	Luiz Carlos Checozzi
Diretor Geral de Esportes	Luiz Alberto Cordeiro
CONSELHO FISCAL	
Efetivos	Fernando Afonso Jung Arco-Verde
	Antonio José Marchesini de Barros
	Attilio Cômodo Neto
Suplentes	Vasco da Gama Coelho Pereira
	Bento Luiz de Azambuja Moreira
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA UNIVERSITÁRIA	
Efetivos	Douglas Julio Toppel Reinaldim
	Dr. Hécio Noel Porrua
	Dr. Juraci Barbosa Sobrinho
	Prof. Paulo Lopes Correa Filho
	Dr. Marcos Vinicius Rocha Moreira
Suplentes	Prof. Ronaldo Bordignon
	Prof. Paulo Lopes Correa Filho
	Prof. Romualdo Diniz Tissot
	Prof. Paul Julius Stanganelli
	Prof. Marco Antonio Cristovan
DEPARTAMENTO MÉDICO	
Hécio Noel Porrua	
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	Marcos Vinicius Rocha Moreira
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA	José Alexandre Saraiva
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO	Ademir de Oliveira
	Rossano Luiz Fernando Stozzi
DEPARTAMENTO TÉCNICO	
Diretor Técnico	Douglas Julio Toppel Reinaldim
Diretor Atletismo	Ney Pacheco
Diretor Basquete	Roberto Luiz Cavagnani
	Marco Aurélio Manfredini
Diretor de Ciclismo	José C. Ferraz Bueno
Diretor Futsal	Maurício E. de Sá Ferrante
Diretor Futebol	Marco Antonio Cristovam
Diretor Handebol	Paul Julius Stanganelli
	Edgard Antonio Hubner
Diretor Judô	Ney de Lucca Mecking
Diretor Natação	Fernando Afonso Jung Arco-Verde
Diretor Tênis	Attilio Comodo Neto
Diretor Tênis de Mesa	Carlos Sadock de Sá
Diretor Voleibol	Romualdo Diniz Tissot
	Eladia do Rocio Silva
Diretor Xadrez	Luiz Ferreira França Filho ¹³⁵

Estes são alguns dos agentes que compõe este sub-campo do esporte universitário no Estado do Paraná, em uma Instituição específica, porém de extrema relevância no contexto global do esporte universitário paranaense. Segundo Bourdieu,

¹³⁵ Ofício Circular nº 02/82 da FPDU, em 21 de janeiro de 1982.

cada um desses agentes funciona como um elemento constitutivo do subcampo, movimentando-se estrategicamente em torno de objetos de disputa bem definidos¹³⁶.

É importante ressaltar que esta diretoria da FPDU, apesar de nova por ter tomado posse naquele ano, era composta por indivíduos que já fazia parte da direção da FPDU anteriormente. A diretoria da entidade para o triênio 1982/84 seria presidida pelo Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, que na gestão anterior era tesoureiro da FPDU¹³⁷. Ainda na comissão executiva, aparece o nome de Luiz Ferreira França Filho como Secretário-Geral. Este na gestão anterior era o responsável pela modalidade de xadrez. O diretor geral de esportes para o triênio seria Luiz Alberto Cordeiro, antes responsável pelo futsal. O mesmo acontece com membros do Conselho Fiscal, Tribunal de Justiça Desportiva Universitária e do Departamento Técnico, que em gestões anteriores já faziam parte da diretoria da FPDU.

Esta situação era favorecida por questões estatutárias. Segundo o estatuto da FPDU, reformulado pela última vez no ano de 1977, e mantido até hoje, em seu capítulo III, art. 20º:

São condições para investir-se nos Poderes contidos no art. 15º:

a) ser brasileiro nato, para Presidente e Vice-Presidente da Comissão Executiva; brasileiro e estudante regularmente matriculado em Escola Superior do Estado do Paraná, de curso regular de graduação ou de pós-graduação (*stricto-sensu*), exceção feitas aos membros da Justiça Desportiva Universitária, do Departamento Técnico, do Departamento Médico e do Departamento de Publicidade.¹³⁸

Ou seja, os membros da Justiça Desportiva Universitária, do Departamento Técnico, do Departamento Médico e do Departamento de Publicidade poderiam ser pessoas que não estavam cursando graduação ou pós-graduação *stricto-sensu*. Assim tornava-se mais fácil que os dirigentes destes departamentos se mantivessem por mais tempo nos cargos da FPDU.

¹³⁶ BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983d, p. 91.

¹³⁷ Segundo palavras do próprio Luiz Orlando Borges Albuquerque, quando perguntado sobre o período que esteve envolvido com a FPDU, “Estive de... fui presidente em 82 e 83, mas entrei na FPDU em 78. 1978 e fiquei das mais diversas formas até 1990”. Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – Paraná.

¹³⁸ Estatuto da FPDU, capítulo III, art. 20º.

Ainda segundo o Estatuto da FPDU, em seu art. 23º, § único: “De três em três anos, a Assembléia Geral¹³⁹ elegerá o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário-Geral, o 1º Secretário, o Tesoureiro Geral, o 1º Tesoureiro e o Diretor Geral de Esportes; o Conselho Fiscal e o Tribunal de Justiça Desportiva Universitária.”¹⁴⁰

Como apenas a Comissão Executiva, o Conselho Fiscal e o Tribunal de Justiça Desportiva Universitária eram eleitos pela Assembléia Geral (onde as AAAs estavam representadas), abria-se mais uma brecha para que, através de nomeações, os mesmos nomes se repetissem nas diferentes gestões da FPDU em cargos do Departamento Técnico, de Patrimônio, de Imprensa, de Relações Públicas e Departamento Médico. Foi o caso do Sr. Douglas Julio Toppel Reinaldim (diretor técnico na gestão 1982-84), que ao se referir a sua permanência na FPDU relatou que:

Comecei em 1971 como atleta, representando o Paraná nos Jogos Universitários Brasileiros em Porto Alegre. Fui atleta de futebol. Do qual, inclusive, fomos vice-campeões brasileiros.

.....
Daí, na continuidade, em 1972, eu fiquei na FPDU como diretor de futebol de salão. Participamos dos Jogos Brasileiros em Fortaleza. E a partir de 73 eu fiquei até 1990 como diretor técnico da FPDU. Diretor técnico geral, coordenando todos os departamentos dos diversos esportes que a FPDU oferecia.¹⁴¹

Com estas constatações iniciais, uma primeira questão nos surge: o que atrairia as pessoas a ficarem por mais de uma gestão à frente da FPDU?

Segundo Bourdieu existe uma cumplicidade, nem sempre declarada, dos agentes em torno de interesses comuns, por vezes não necessariamente explicitados, ou conscientemente concebidos. Ou seja, existia na FPDU um objeto de disputa ou interesses comuns, que levavam os agentes a permanecerem por vários anos ocupando uma determinada posição na Instituição. Isso poderia levar a conquista do objeto de disputa ou simplesmente representar lucro ou acúmulo de capital por parte dos agentes em prol dos seus objetivos.

Com relação ao capital social, Bourdieu afirma que seu conceito transcende o conjunto das propriedades individuais dos agentes. Ele relaciona-se com as ligações

¹³⁹ Segundo o Estatuto da FPDU, capítulo IV, art. 22º, a Assembléia Geral será constituída pelos Presidentes da filiadas, ou seus representantes legais, devidamente credenciados.

¹⁴⁰ Estatuto da FPDU, capítulo IV, art. 23º, § único.

¹⁴¹ Entrevista do Sr. Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

efetivadas em um determinado segmento da sociedade, sendo nitidamente observável quando as diferenças deste capital manifestam-se em condições de rendimentos desiguais.¹⁴²

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos, *a vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis¹⁴³.

Ou seja, o número e os tipos de relações vão gerando um acúmulo de capital com a perspectiva de lucros materiais ou simbólicos. Esses lucros não dizem respeito apenas a questão financeira, mas podem estar relacionado a *status* social, acúmulo de capital social ou um sentimento comum de pertencimento ao grupo.

Luís Orlando Borges Albuquerque quando perguntado do por que esteve, assim como outras pessoas, tanto tempo envolvidos com a FPDU, foi enfático ao responder: “O gosto pela coisa. Nós gostávamos de fazer aquilo, das disputas universitárias”.¹⁴⁴

Esse lucro simbólico, provavelmente adquirido no convívio por vários anos na Federação também foi relatado por Douglas Julio Toppel Reinaldim: “Era essencialmente amador, porque ninguém ganhava nenhum centavo. As pessoas, toda terça-feira nós nos reuníamos, batia papo, saía, ia comer na pizzeria, beber e dá-lhe coisa. Então o pessoal ia porque gostava. Nunca recebia um centavo sequer pra participar do... da FPDU”¹⁴⁵.

Naquele momento a Federação já tinha um grupo consolidado no poder, que conduziu Luiz Orlando Borges Albuquerque ao cargo de presidente da FPDU por questões de ordem prática, bem como de ordem política:

Então quando terminou o mandato na condição de 1º tesoureiro, como não tinha outro para assumir a Federação, não havia muitos pretendentes, inclusive com condições de dirigir a Federação, acabaram sugerindo meu nome e eu acabei aceitando, sem saber que isto iria tomar mais oito anos da minha vida. E eu pensei, quando aceitei, em ficar somente um ano e depois pra sair e entrar o vice-presidente, passar a transição porque era uma fase política

¹⁴² MARCHI JR., 2001, p. 39.

¹⁴³ BOURDIEU, 1998, p. 67.

¹⁴⁴ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁴⁵ Entrevista do Sr. Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

difícil. Porque em 82 iria ter a eleição para governador do Estado, direta, né? E era quase que, digamos assim na época, a idéia que o MDB iria ganhar a eleição. Então como eu tinha um trânsito bom na política estudantil em todos os partidos eu até na ocasião, eu achei que seria boa, recomendável, para tentar fazer com que a Federação de Esporte Universitário não acabasse se politizando e trazendo prejuízo mais tarde para entidade é, coisa que não aconteceu.¹⁴⁶

Vemos aqui elementos externos a lógica do campo esportivo que acabaram por influenciar de alguma forma as decisões tomadas dentro do subcampo do esporte universitário. Isso vem comprovar que o subcampo do esporte universitário, apesar de estar inserido no campo esportivo, tem características próprias e é influenciado por leis de funcionamento de outros campos, como o político, o educacional e o campo da administração pública.

O ano de 1982 seria marcado, no âmbito estadual, provavelmente, pela transição do governo militar para um governo de oposição, representado pelo partido MDB. Isso influenciou na escolha do presidente da FPDU, uma vez que a Federação iria se relacionar com o poder público. Por isso necessitava de alguém com bom trânsito dentro do MDB, partido que provavelmente iria assumir o governo. E o Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque seria a pessoa mais indicada, já que o mesmo relata que: “Minha origem e tendência política era MDB no movimento estudantil”¹⁴⁷. Então, por esse motivo, foi conduzido a presidência da FPDU.

Ao assumir a FPDU, o grupo liderado por Luiz Orlando Borges Albuquerque já se deparou com o desafio de organizar os XXXIII Jogos Universitários Paranaenses (JUPs)¹⁴⁸. Apesar do caixa da entidade estar com um saldo positivo de Cr\$ 191.774,71¹⁴⁹, segundo balancete do ano de 1981, o dinheiro provavelmente não era

¹⁴⁶ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁴⁷ Id. *ibid*.

¹⁴⁸ Na década de 1980, as principais competições esportivas a nível universitário no Brasil eram os Jogos Universitários Estaduais e os Jogos Universitários Brasileiros, competições realizadas anualmente, sob responsabilidade das federações estaduais e Confederação Brasileira de Desporto Universitário, respectivamente.

¹⁴⁹ É importante ressaltar que os valores monetários contidos nos documentos, se convertidos para valores atuais, apresentam valores irrisórios, não condizente com o poder de compra que tinham na época. Então optamos por não converter os valores. Utilizaremos apenas comparações entre valores da época para chegar a uma comparação mais palpável.

suficiente para bancar os Jogos e ainda as despesas administrativas cotidianas da FPDU¹⁵⁰.

Antes disso, porém, tentou-se a organização do I Campeonato Acadêmico de Futebol, com apoio da Federação Paranaense de Futebol, no mês de maio de 1982. De acordo com o ofício nº 08/82, de 11 de março de 1982, havia uma solicitação ao então presidente do Coritiba Foot Ball Clube, Evangelino da Costa Neves, para a utilização do estádio Couto Pereira, face a realização do Campeonato. Ofícios similares foram enviados ao Clube Atlético Paranaense, ao Pinheiros e ao Colorado¹⁵¹ para utilização de seus respectivos estádios. Segundo relatório final das atividades da FPDU no ano de 1982, o campeonato foi realizado e contou com a participação de 12 entidades.

A partir de abril de 1982, a diretoria da FPDU se mobiliza para organizar os XXXIII JUPs, a serem realizados na cidade de Curitiba no mês de maio. Segundo prognóstico da entidade, contido no ofício nº 31/82, esperava-se a participação de 1500 atletas na competição, sendo 650 oriundos do interior do Estado.

Para dar conta da organização do evento, a FPDU buscou arrecadar recursos financeiros junto aos órgãos do Estado¹⁵², seja na administração direta, bem como nas empresas estatais. Isto fica evidente em vários ofícios expedidos pela FPDU entre abril e maio de 1982, os quais apresentaremos na sequência.

O ofício nº 16/82, ao Sr. Eugênio Libreloto Stefanelo, Secretário do Estado da Agricultura, em 19 de abril de 1982, solicitava gêneros alimentícios para prover a alimentação dos atletas oriundos do interior do Estado que participariam dos XXXIII JUPs. Segundo o presidente da FPDU na época, essa era uma prática comum, já que a arrecadação de alimentos junto aos órgãos públicos acarretaria outras formas de benefício à Federação:

¹⁵⁰ Veremos mais a frente que somente para os Jogos Universitários Paranaenses de 1982, o Governo do Estado do Paraná repassou a FPDU cerca de Cr\$ 960.000,00. Valor este que não representou a totalidade dos custos com o referido evento. Neste sentido, o valor presente no caixa da FPDU no início de 1982 nos parece um valor bastante baixo frente às despesas da Instituição.

¹⁵¹ Os clubes Pinheiros e Colorado no final da década de 1980 passaram por uma fusão que culminou com a fundação do Paraná Clube. Este, juntamente com o Coritiba Foot Ball Clube e o Clube Atlético Paranaense são os principais clubes esportivos paranaenses no âmbito nacional e dispõe dos principais estádios de futebol do estado do Paraná.

¹⁵² Entendamos Estado aqui como a instituição pública a nível federal, estadual e municipal. Porém, no decorrer do texto veremos que o grande financiador do esporte universitário no referido período foi o governo estadual.

Nós tivemos um caso, se você pegar o caso do Administrador do Restaurante Universitário, que gostava muito do pessoal da FPDU. Quando tinha Jogos ele trabalhava com taxas menores do que ele tinha normalmente lá. Um conhecido lá. A gente conseguia lá com a Secretaria de Agricultura 20 sacos de arroz de doação, 10 sacos de feijão, tantos quilos de carne em outra Secretaria. E nós mandávamos direto pro RU. Daí ele fazia um calculo lá e diminuía.¹⁵³

O trecho da entrevista acima transcrito também revela que a relação da FPDU com outras Instituições, muitas vezes era mais uma relação entre os agentes do que uma relação institucional. No caso, era conseguido baixar o preço do Restaurante Universitário porque o administrador do restaurante tinha uma relação de amizade com o pessoal da FPDU.

O ofício nº 17/82, também de 19 de abril de 1982, recorre a administração direta do Estado, requisitando: 55 troféus; confecção de cartazes; fornecimento de aparelhagem sonora por ocasião da abertura; cessão do Ginásio Prof. Almir Nelson de Almeida, para realização dos Jogos, bem como alojar as delegações oriundas do interior do Estado, face a realização dos XXXIII JUPs.

Naquele momento buscou-se auxílio igualmente junto à administração municipal de Curitiba. De acordo com o ofício nº 20/82, ao Engº Jaime Lerner, prefeito municipal de Curitiba, em 20 de abril de 1982, havia a solicitação para cessão da Escola Municipal Eny Caldeira para fins de alojamento; fornecimento de gêneros alimentícios às delegações oriundas do interior do Estado; fornecimento de medalhas para premiações. Do mesmo modo o ofício nº 27/82, também ao prefeito de Curitiba, em 28 de abril de 1982, solicitava a cessão de três ônibus, de 14 a 21 de maio, a serem utilizados no transporte interno das delegações do interior do Estado durante os Jogos.

Houve também acesso a empresas estatais para angariar fundos, a fim de cobrir despesas dos JUPs daquele ano. Segundo o ofício nº 30/82, ao Sr. Jucundino Furtado, presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. (Banestado), de 05 de maio de 1982, havia uma solicitação de doação de Cr\$ 290.000,00 a fim de adquirir 756 medalhas para a premiação dos atletas participantes dos JUPs. O ofício nº 51/82, ao Sr. Gabriel Nunes Pires Neto, presidente da Banestado Corretora de Valores

¹⁵³ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Imobiliários, em 13 de maio de 1982, solicitava a doação de Cr\$ 30.000,00 para atender as despesas dos Jogos.

Não há como saber exatamente qual foi a participação do Estado na organização e financiamento dos JUPs de 1982, uma vez que não existe um registro detalhado com relação ao financiamento e organização dos JUPs. Porém, sabe-se que houve apoio financeiro por parte do Estado, já que o ofício nº 134/82 da FPDU, ao Dr. José Isfer, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1982, encaminhava prestação de contas da verba de Cr\$ 960.000,00 recebida pela FPDU da Secretaria de Cultura e Esportes do Estado do Paraná, para auxílio nas despesas provenientes da manutenção e realização dos XXXIII Jogos Universitários Paranaenses¹⁵⁴.

Aqui surgem alguns indícios sobre a posição do Estado frente ao esporte universitário paranaense que merecem ser mais bem discutidos. Se num primeiro momento levantamos a questão do porquê dos dirigentes permanecerem durante vários anos a frente da FPDU, quais seus lucros imediatos e futuros, agora podemos levantar a questão do porquê o Estado financiava uma disputa como o JUPs? Qual a relação entre a FPDU e o Estado, e entre os agentes que fazem parte de ambas Instituições?

A FPDU visualizava no Estado provavelmente a única fonte de financiamento e apoio ao esporte universitário, fruto da própria estrutura esportiva nacional, que centralizava nas mãos do Estado a organização e financiamento do esporte¹⁵⁵. O Estado, por sua vez, vinha desenvolvendo uma política de apoio às competições e performance esportiva: “Até o início da década de 80, as políticas públicas para o esporte, nos níveis estadual e federal, estavam centralizadas basicamente nas práticas das modalidades esportivas, com o fim único de competição e performance esportiva, em ações que vinham sendo desenvolvidas no decorrer das décadas.”¹⁵⁶

¹⁵⁴ Segundo a referida prestação de contas, a verba recebida pela FPDU do governo do Estado foi utilizada para cobrir gastos com alimentação e alojamento de atletas, aluguel de quadras para as disputas e aquisição de premiação.

¹⁵⁵ Estrutura esportiva esta implementada pela legislação esportiva de 1941 e ratificada pelas legislações esportivas subsequentes.

¹⁵⁶ MEZZADRI, 2000, p. 96.

Então, pensando com a realidade da época, parece no mínimo coerente este financiamento dos JUPs por parte do Estado, uma vez que esta era uma prática comum naquele momento. Este era o projeto esportivo do Estado, buscando fomentar o esporte através do financiamento as disputas esportivas de alto nível.

O presidente da FPDU na época, Luiz Orlando Borges Albuquerque ratifica esta situação em sua entrevista:

O desporto universitário foi organizado no Brasil, depois de 1941, no governo de Getúlio Vargas, um governo forte, uma ditadura, o desporto universitário, assim como o estudantil, eles tiveram um tratamento privilegiado por parte do Estado. O Estado tinha interesse em desenvolver forte este segmento.

.....
E o modelo inglês ou americano que desenvolve o esporte na sociedade através do esporte escolar, nas escolas e nas universidades. Então a partir do momento o Brasil que de certa forma adotou, em 1941, também a criação desse tipo de esporte no meio estudantil. O Estado passou a se interessar de maneira forte. Então foi criado ali em 1941, e teve que se organizar o desporto universitário e se garantir uma canalização de recursos. Então sempre existiu.¹⁵⁷

Havia um repasse de verbas por parte do Estado desde a década de 1940, quando foi criada a legislação¹⁵⁸ que determinou a estrutura esportiva brasileira. Passados mais de quarenta anos da criação da Lei que estabelecia as bases de organização dos esportes no país ela ainda determinava as ações do Estado no âmbito esportivo.

Segundo relatório final dos XXXIII JUPs, a disputa contou com a participação de 18 entidades¹⁵⁹ em 18 modalidades específicas, de 14 a 21 de maio de 1982, na cidade de Curitiba.

Terminados os Jogos Paranaenses, a preocupação da diretoria da FPDU passou a ser a preparação das equipes para a participação nos XXXIII Jogos

¹⁵⁷ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁵⁸ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

¹⁵⁹ Participaram dos XXXIII JUPs as seguintes Instituições: Universidade Federal do Paraná; Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas; Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel; Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel; Fundação Universidade Estadual de Londrina; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Reabilitação Tuiuti; Associação Educacional União Tecnológica do Trabalho; Universidade Católica do Paraná; Faculdade de Direito de Curitiba; Academia Policial Militar do Guatupê; Fundação de Estudos Sociais do Paraná; Faculdade de Administração e Economia Católica; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná; Fundação de Educação Musical do Paraná.

Universitários Brasileiros (JUBs), a serem realizados na cidade de Recife – PE, no período de 12 a 25 de julho de 1982. O ofício nº 84/82, à Associação Atlética Banco do Brasil¹⁶⁰, em 25 de junho de 1982, solicitava a cessão do Ginásio de Esportes, no período de 01 a 15 de julho, para treinamento da equipe de futebol de salão que representaria o Estado nos JUBs. Carta em mãos do prof. Dr. Osvaldo Arns, magnífico reitor da PUC¹⁶¹, solicitava também a cessão da quadra de esportes da entidade para o treinamento das equipes masculina e feminina de handebol que participariam dos XXXIII JUBs.

Notemos aqui que a FPDU não recorreu ao Estado, mas a Instituições privadas, quando da preparação das equipes paranaenses para o JUBs. Surge aí mais alguns agentes que compõe o nosso subcampo esportivo. As Instituições de Ensino Superior e as entidades esportivas, que também interagiam com a FPDU, porém de uma forma mais tímida.

Com relação ao JUBs, mais uma vez a FPDU buscou o Estado para financiar a delegação paranaense. O ofício nº 86/82, ao Exmo. Sr. Governador Hosken de Novaes, de 25 de junho de 1982, solicitava ao Governo do Estado do Paraná o transporte da delegação paranaense para os XXXIII JUBs. Como justificativa, o desempenho do Estado como uma das três potências do esporte universitário brasileiro nos últimos cinco anos¹⁶².

Também o ofício nº 92/82, ao Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho, superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), em 06 de julho de 1982, solicitava a liberação da verba de Cr\$ 100.000,00, para as despesas com transporte, estadia, alimentação e vestuário da delegação paranaense que participaria dos JUBs.

É importante ressaltar a importância dos agentes, que através de jogadas pessoais e de suas redes de relações mantêm e reproduzem as regras do jogo. É uma

¹⁶⁰ Este é um clube tradicional da cidade de Curitiba que conta com boas instalações para a prática esportiva.

¹⁶¹ Pontífice Universidade Católica do Paraná.

¹⁶² Face a forma que o Estado vinha conduzindo as políticas públicas para o esporte, centrada nas modalidades esportivas, com fim de competição e performance esportiva, o desempenho dos atletas universitários paranaenses no cenário nacional nos parece uma justificativa bastante plausível naquele momento.

relação simbólica encontrada na instauração e manutenção de redes duráveis e úteis de relações. Destaca-se neste contexto o nome do Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho:

... aqui no Paraná nós tínhamos uma pessoa, eu volto a me referir a ela, o Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho que era uma pessoa que gostava do esporte universitário, sabe?

Então ele sempre foi, inclusive, na época ele era superintendente da Fundepar e ele abriu portas do governo estadual para que nós pudéssemos obter o que era necessário. E principalmente através da sua influência que na época era irmão do Governador, depois ele foi irmão do Ministro da Educação,

o Dr. Guilherme que fazia os contatos com a Federal, com os diretores, com o Eudes Brandão, que era reitor da PUC, e assim foi indo. Ele abria os contatos.

Então ele abria portas. O Guilherme abria portas.¹⁶³

Em julho a delegação paranaense participa dos XXXIII JUBs, alcançando a 3ª colocação geral nos Jogos, entre 13 entidades participantes, segundo relatório final dos JUBs. A posição alcançada pela delegação paranaense é considerada um grande feito, citado em várias oportunidades, inclusive em anos posteriores. O evento teve participação do Estado, quando se cita o apoio do SEED/MEC e do Governo de Pernambuco. Também há participação da iniciativa privada através da promoção da Promosport e patrocínio da rede de lojas Arapuã ao evento.

O apoio financeiro que a FPPU havia solicitado ao governo do Estado do Paraná para o JUBs foi atendido, visto que os ofícios nº 135/82 e 136/82, ao Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho, Superintendente da Fundepar, e ao Dr. José Isfer, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente, ambos em 15 de outubro de 1982, encaminhavam prestação de contas de verbas recebidas de Cr\$ 100.000,00 da Fundepar e Cr\$ 800.000,00 da Casa Civil do Estado do Paraná, para auxílio nas despesas da delegação paranaense nos XXXIII Jogos Universitários Brasileiros.

Além desses, o ofício nº 03/83, ao Sr. Silvio Lopes Coelho, Presidente da CBDU, em 28 de janeiro de 1983, prestava contas da verba de Cr\$ 460.000,00 recebida pela FPPU, da CBDU, por conta de participação nos XXXIII Jogos

¹⁶³ Entrevista do Sr. Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

Universitários Brasileiros. Esta verba provavelmente também tem um caráter estatal já que constantemente a CBDU recebia verbas do Governo Federal.

No ano de 1982, além das já citadas realizações e participações da FPDU, houve a realização dos VII Jogos Universitários de Curitiba, com oito entidades participantes, e a participação no Campeonato Brasileiro Universitário de Judô, em São Paulo, onde o Paraná alcançou o 3º lugar geral, segundo relatório de atividades da FPDU daquele ano.

Ainda segundo o relatório de atividades da FPDU do ano de 1982, “a FPDU não pode cumprir o calendário previsto por absoluta falta de recursos, haja vista a carga enorme de eventos que deveria realizar e participar e, a subvenção cedida pela SECE¹⁶⁴ (Cr\$ 960.000,00 contra Cr\$ 7.000.000,00 de gastos em 1982)”¹⁶⁵. Neste trecho do relatório nos parece transparecer que a FPDU esperava que todas as despesas da entidade naquele ano fossem cobertas pelo Estado. Não cita, porém, que além da subvenção recebida, a entidade recebeu dinheiro do Estado para realizar os JUPs, bem como para participar dos JUBs daquele ano¹⁶⁶.

Além disso, o Estado, naquele ano, abriu mão de dívidas que a FPDU tinha junto ao mesmo. O ofício nº 329/82, do Departamento de Economia da Fundepar, assinado por Jeanete Jazar Alberge, chefe daquele departamento, recebido pela FPDU em 15 de fevereiro de 1982, comunicava que foi realizada baixa da responsabilidade de débito de Cr\$ 80.000,00, referentes a ORD/81. O ofício nº 631/82, do mesmo Departamento, em 29 de dezembro de 1982, comunicava que havia sido realizada baixa da responsabilidade de débito de Cr\$ 30.000,00, referentes à realização do XXX Jogos Universitários Paranaenses de Arapongas, em 1979.

Em se analisando o ano de 1982, no que diz respeito às relações estabelecidas entre a FPDU e o Estado pelo viés do financiamento, podemos

¹⁶⁴ Secretaria Estadual de Cultura e Esporte.

¹⁶⁵ Relatório de atividades da FPDU no ano de 1982.

¹⁶⁶ A soma dos valores repassada pelo Governo do Estado à FPDU para os JUPs e JUBs de 1982 chegou a Cr\$ 1.860.000,00.

acrescentar as colocações de Mezzadri¹⁶⁷, que além das políticas públicas para o esporte na época estarem voltadas às competições e a performance esportiva, a política se efetivava também através do financiamento às federações esportivas.

Segundo os documentos, no início de 1983, mais uma vez a preocupação dos dirigentes da FPDU parece ser a organização dos JUPs, agora em sua 34ª edição, recorrendo novamente ao Estado para que o mesmo financiasse o evento.

O ofício nº 50/83¹⁶⁸, assim como o nº 63/83¹⁶⁹, ambos ao Sr. Fernando Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes do Paraná, solicitavam apoio do governo estadual aos XXXIV JUPs. Além desses, o ofício nº 62/83, à Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes, em 03 de maio de 1983, solicitava a cessão de súmulas das modalidades de handebol, basquete e voleibol, a fim de serem utilizadas durante os Jogos.

O começo do ano de 1983 marcou uma mudança importante no campo político paranaense que influenciou decisivamente os rumos tomados pelo esporte universitário no Estado:

O que aconteceu foi o seguinte: em 83 assumiu o MDB (*o governo do Estado*), e todo governo que assume é 'quem nem cachorro que cai da mudança', não sabe pra onde ir. Não sabe nem o local. E a atividade esportiva não pára, o calendário não pára. Então, vamos supor que o governador lá do MDB que assumiu em março. Os nossos Jogos estavam marcados para maio, dois meses.¹⁷⁰

Então este era um momento delicado, já que era um novo momento na política do Estado do Paraná e não se sabia de que forma as relações entre o Estado e a FPDU iriam se estabelecer. Além disso, existiam outras questões referentes aos agentes que compunham a diretoria da FPDU:

¹⁶⁷ MEZZADRI, F. M. *A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000, p. 96.

¹⁶⁸ Ofício nº 50/83 ao Sr. Fernando Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes, em 14 de abril de 1983, solicitando liberação da verba de Cr\$ 6.274.000,00 para a realização dos XXXIV Jogos Universitários Paranaenses.

¹⁶⁹ Ofício nº 63/83 ao Sr. Fernando Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes, em 04 de maio de 1983, solicitando: 80 beliches, placas pintadas com o nome das instituições participantes, 700 carnês com tickets para refeições e 1 camionete Kombi para uso da comissão organizadora dos XXXIV Jogos Universitários Paranaenses.

¹⁷⁰ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR. (grifos nossos).

Tanto é que peguei a transição. Em 82 era o governo militar e 83 era o MDB. Então no meu mandato eu estive no céu e no inferno. Eu provei das duas situações. Minha origem e tendência política era MDB no movimento estudantil. Então pro governo militar eu era oposição. E pro MDB quando assumiu, pro governo, eu era ligado aos militares, por causa do esporte universitário.¹⁷¹

Novamente destacamos que a relação entre a FPDU e os órgãos do Estado eram relações muito mais dos agentes do que uma relação institucional. A liberação de verbas parecia seguir um critério pessoal. A decisão era tomada ao se analisar quem eram os agentes que estavam na diretoria da FPDU.

Os políticos que neste período estiveram à frente de órgãos da administração direta estadual¹⁷² também foram agentes importantes na formação do subcampo do esporte universitário paranaense. Apesar de estarem ligados ao campo político, estes agentes foram decisivos no rumo tomado pelo esporte universitário paranaense, uma vez que eram responsáveis pela liberação, ou não, de verbas para o financiamento do esporte. “E não existia, mesmo que existisse um orçamento, o governo novo que entrou libera se quiser e pra quem quiser”.¹⁷³

Haja vista que o Estado era o principal, senão o único financiador do esporte universitário paranaense, os agentes que estavam em cargos de direção da Administração Pública eram peças chave no desenvolvimento do esporte universitário, pois tinham em suas mãos o poder econômico sobre esta manifestação esportiva. Ou seja, o esporte universitário paranaense tinha apenas uma autonomia relativa, já que dependia financeiramente do Estado. Esta situação permaneceu inalterada frente à transição do governo militar para o governo do MDB.

Os XXXIV JUPs foram realizados de 06 a 14 de maio de 1983, mais uma vez na cidade de Curitiba, com a participação de 18 entidades¹⁷⁴, em 12 modalidades, envolvendo cerca de 2000 atletas e dirigentes¹⁷⁵.

¹⁷¹ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁷² Destacamos o Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho, superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), o Sr. Fernando Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes do Paraná, e Jeanete Jazar Alberge, Chefe do Departamento de Economia da Fundepar.

¹⁷³ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁷⁴ A maioria das IES que participaram dos JUPs de 1983 foram as mesmas de 1982, com exceção a Universidade Estadual de Maringá, Centro de Estudos Superiores de Londrina e Faculdade de Ciências Humanas Espírita, que não haviam participado em 1982.

No mês de julho, preocupados com a participação paranaense nos XXXIV JUBs, solicitou-se apoio novamente ao governo estadual, como comprova o ofício nº 112/83, ao Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes do Paraná, em 05 de julho de 1983, solicitando liberação de Cr\$ 700.000,00, a fim de custear passagens e alimentação dos atletas que participariam dos XXXIV Jogos Universitários Brasileiros, em Belo Horizonte – MG.

Antes disso, porém, foi solicitado auxílio durante a preparação dos atletas paranaenses que participariam dos JUBs. Carta ao Dr. Mário Brandalize, diretor Geral do Departamento de Serviços de Utilidade Pública do Paraná, solicitava a cessão de um ônibus para transporte interno de atletas que treinariam para os XXXIV Jogos Universitários Brasileiros.

Segundo relato do presidente da FPDU na época, como o governo estadual não destinou verbas para a participação paranaense nos JUBs, foram encontrados meios no mínimo curiosos para que a participação se efetivasse:

... eu pra levar o pessoal pra Belo Horizonte em 83, eu consegui um ônibus com o Mauricio Fruet (que era prefeito de Curitiba) e tinha os ônibus da Federal, esses que transportam alunos, e que inclusive não tinham condições de fazer uma viagem interestadual. Eu consegui na época convencer o pró-reitor da Universidade, na época era o Guilherme Braga Sobrinho, que havia sido presidente da Fundepar na época do governo militar. E na Fundepar ele tinha ajudado muito o esporte universitário, porque ele sabia do que se tratava. E ele conseguiu com o reitor na época os ônibus, desde que a gente pagasse as diárias dos motoristas e o combustível. Ai a CBDU que tava organizando os Jogos em Minas... a federação de Minas conseguiu o patrocínio da Coca-Cola, que eles estavam fazendo o lançamento da cerveja Kaiser. Mas acabou sendo o patrocínio da Coca porque seria antiético. Como a Kaiser era da Coca-Cola, a Coca-Cola providenciou os uniformes completos e agasalhos para todas as federações do Brasil. E eles iam entregar nos Jogos. O dono do restaurante aqui conseguiu aqui, com a Coca-Cola daqui, uma doação de dinheiro porque a gente não ia pros Jogos. Ele conseguiu uma quantia que deu pra pagar umas 22 passagens de ônibus de linha. E eu tinha os ônibus, mas não tinha dinheiro. Daí eu peguei o pessoal no norte do Paraná, reuni eles em Londrina, que dava uns 40 mais ou menos. Então como era fretado, a gente conversou pra passar por Londrina até Belo Horizonte. Então foi o Ney Pacheco, já falecido, do atletismo, ele foi com a relação dos atletas e embarcou os atletas lá em Londrina, e seguiu pra Belo Horizonte. Daí o pessoal pra sair daqui, antes eu mandei o Lincoln, que era o vice-presidente ir antes, pra chegar em Belo Horizonte e pegar os agasalhos com a comissão organizadora 3, 4 dias antes, porque a última saída nossa era vender os agasalhos pra pagar o transporte. Ai a gente acertou de pagar a diária dos motoristas lá, e a Universidade encheu o tanque dos ônibus 'até a boca'. E alguma coisa a gente fazia vaquinha. E lá venderíamos os agasalhos.

¹⁷⁵ Segundo ofício nº 88/83 ao Sr. Cel. Vitor Lopes, comandante geral da Polícia Militar do Paraná, em 31 de maio de 1983, que agradecia ao apoio dado pela Instituição à realização dos XXXIV JUBs e relatando que a competição contou com a participação de 18 entidades, em 12 modalidades e envolvendo cerca de 2000 atletas e dirigentes.

Então eu recebi a informação que o Lincoln recebeu os agasalhos lá e soltei o ônibus daqui. Mas isso pouca gente sabe. Os atletas nem imaginam isso. Então nós fomos com um ônibus cedido pela prefeitura de Curitiba, alguns atletas foram em ônibus de linha, e os ônibus da Federal. Outra coisa que facilitou a gente lá foi que a Federação lá de Minas, eles receberam um dinheiro para pagar o transporte interno das delegações. E eles iam contratar, mas eu disse que o Paraná já tinha seu esquema. Então a gente monta o nosso esquema e vocês nos dão o dinheiro. Daí eles nos deram parte do dinheiro que iam gastar lá com o nosso transporte interno. Era pouco dinheiro, mas já pagava algumas despesas.¹⁷⁶

Com isso, mesmo sem uma ajuda mais efetiva do governo do Estado, conseguiu-se, através da rede de relações mantida pelos agentes, buscar alternativas em outros órgãos estatais como a Universidade Federal do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba. Este trecho também mostra o nível de amadorismo e até mesmo criatividade dos membros da diretoria da FPDU para conseguir que a delegação paranaense participasse dos JUBs.

O Estado esteve presente diretamente também na organização dos XXXIV JUBs. Segundo boletim diário do evento, a realização do mesmo ficou a cargo da CBDU, Federação Universitária Mineira de Esportes e SEED/MEC. Cita-se o apoio do Governo de Minas Gerais, da Prefeitura de Belo Horizonte e da Universidade Federal de Minas Gerais. Os Jogos ainda tiveram o patrocínio da fabricante de refrigerantes Coca-Cola e apoio promocional de jornais, rádios AM e FM e da TV Alterosa. O Paraná mais uma vez alcançou uma boa colocação na competição, alcançando a 3ª posição no geral, entre 13 federações participantes¹⁷⁷.

Os JUBs apresentaram algumas semelhanças com os JUPs com relação ao financiamento. Notemos que o Estado esteve fortemente presente na organização dos XXXIV JUBs, com o apoio da Administração Municipal de Belo Horizonte, do Governo Estadual de Minas Gerais e do Governo Federal, através do SEED/MEC e de uma de suas autarquias, a Universidade Federal de Minas Gerais. Porém, representa algum avanço, pois contava com o apoio da fabricante de refrigerantes Coca-Cola e apoio promocional de jornais, rádios AM e FM e da TV Alterosa. A rede de relações e Instituições envolvidas estava ampliada, apontando para uma divisão de

¹⁷⁶ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁷⁷ Segundo o ofício nº 157/83, ao Sr. Leonel Amaral, presidente do conselho estadual de esporte, assinado por Claudia Carla Moreira Ribeiro, Secretária Executiva da FPDU, encaminhando relatório das atividades da FPDU em 1983, o Paraná foi representado nos XXXIV JUBs com 140 atletas e alcançou o 3º lugar geral na competição com 35 medalhas e 6 troféus.

responsabilidades entre o Estado, a CBDU, Federação Universitária Mineira de Esportes e a iniciativa privada.

No ano de 1983 não há registros que comprovem qual foi a contribuição do Estado no financiamento dos XXXIV JUPs e da participação paranaense nos XXXIV JUBs. Segundo o presidente da FPDU na época, Luiz Orlando Borges Albuquerque, a destinação de verbas em 1983 foi mínima:

Nós tivemos um prejuízo enorme logo depois que o MDB ganhou. Na verdade tinha muita gente lá, de política estudantil que de certa forma não ajudaram mais a Federação de Esporte Universitário. Eles vincularam o esporte universitário a alguma coisa que era do governo militar. Então tinha um certo estigma.

.....
Depois de 83 não vinha mais nada.¹⁷⁸

Porém, verbas estatais com outro caráter foram destinados à FPDU no ano de 1983. O ofício nº 431/82, assinado pelo Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Sr. Luiz Roberto N. Soares, em 09 de julho de 1982, ao Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, presidente da FPDU, assinalava que a mesma dispunha de Cr\$ 3.843.000,00¹⁷⁹, os quais seriam repassados à entidade em janeiro de 1983.

Em maio de 1983, o ofício nº 71/83 da FPDU, ao Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes, solicitava liberação de parte da verba de subvenção social destinada à FPDU, no valor de Cr\$ 100.000,00. Em agosto, o ofício nº 142/83, a liberação da 2ª cota da subvenção social, no valor de Cr\$ 300.000,00. E finalmente em novembro, o ofício nº 167/83, a liberação da 3ª cota da subvenção social, no valor de Cr\$ 276.990,00.

O Conselho Estadual de Esportes, vinculado a Secretaria da Cultura e do Esporte também deu sua contribuição à FPDU. O ofício circular nº 11/83, assinado por Leonel Amaral, Presidente do Conselho Estadual de Esporte, em 11 de novembro de 1983, aos presidentes de federações, comunicava sobre reunião extraordinária realizada na noite do dia 10 de novembro, com o objetivo de apresentar critérios e dividir às Federações Amadoras a verba de Cr\$ 10.000.000,00. Os critérios definidos

¹⁷⁸ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁷⁹ Notemos que este é um valor considerável se comparado ao valor repassado pelo Governo do Estado em 1982 para realização dos JUPs e participação paranaense nos JUBs, R\$ 3.843.000,00 contra R\$ 1.860.000,00.

para distribuição foram os seguintes: 1º - Um percentual de 30% da verba entre todas as Federações, que resultou em Cr\$ 107.140,00 para cada uma; 2º - Esportes Olímpicos, com percentual de 10, totalizando Cr\$ 55.560,00 (18 federações incluídas) para cada; 3º - popularidade do esporte junto a comunidade: com percentual de 10%, totalizando Cr\$ 125.000,00 (8 federações incluídas); 4º - Número de filiados: com percentual de 10%, totalizando Cr\$ 66.670,00 (15 federações incluídas); 5º - Promoções regulares e constantes: com percentual de 10%, totalizando Cr\$ 47.620,00 (21 federações incluídas); 6º - interiorização, com percentual de 10%, totalizando Cr\$ 125.000,00 (8 federações incluídas); 7º - faixas etárias, com percentual de 10%, totalizando Cr\$ 62.500,00 (16 federações incluídas); 8º - representatividade a nível nacional, com percentual de 10%, totalizando Cr\$ 62.500,00 (16 federações incluídas). A Federação Paranaense de Desporto Universitário receberia o valor de Cr\$ 276.990,00 pelos critérios 1, 2, 4 e 5.

Igualmente o ofício nº 1364/83 do Departamento de Economia da Fundepar trouxe boas notícias aos cofres da FPDU. Segundo o referido ofício, assinado por Jeanete Jazar Alberge, Chefe do Departamento de Economia da Fundepar, em 15 de março de 1983, teria sido realizada baixa da responsabilidade de débito de Cr\$ 100.000,00, referentes a auxílio na participação nos XXXIII Jogos Universitários Brasileiros.

Temos neste momento três órgãos distintos do Estado se relacionando com a FPDU e financiando a mesma – Fundepar, Secretaria Estadual da Cultura e do Esporte, e Conselho Estadual de Esporte. Como já citado, a política pública do Estado para o esporte se dava através do apoio aos eventos esportivos de competição e apoio financeiro às Federações Esportivas. O apoio da Fundepar provavelmente se deu com apoio na legislação da década de 1970, que incluía o esporte universitário como uma subdivisão do esporte estudantil¹⁸⁰, portanto vinculado a Educação e tendo prioridade no repasse de verbas.

¹⁸⁰ “Do Desporto Estudantil:

Art. 26. Para efeito de sua organização e estruturação, o desporto estudantil será dividido em universitário e escolar”. BRASIL, Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975.

Tal “carinho” pela FPDU por parte dos órgãos do governo pode ter uma explicação interessante. Algumas pessoas que haviam passado ou faziam parte da Diretoria da FPDU em outros momentos, em 1983, possuíam cargos importantes no cenário desportivo paranaense. O Relatório de Atividades da Federação Desportiva Paranaense no ano de 1983, assinado pelo seu presidente Martinho Nobre dos Santos, em 31 de dezembro de 1983 comprova esta situação. Neste relatório consta a relação da diretoria da entidade no triênio 1983/85, onde destacamos a presença de Ney Pacheco como membro efetivo do Conselho Fiscal e Douglas Julio Toppel Reinaldim como membro efetivo do Tribunal de Justiça Desportiva. Ambos haviam passado pela diretoria da FPDU¹⁸¹. No caso do Sr. Douglas o mesmo ainda mantinha contato com a Federação, como o mesmo relatou em entrevista: “E a partir de 73 eu fiquei até 1990 como diretor técnico da FPDU. Diretor técnico geral, coordenando todos os departamentos dos diversos esportes que a FPDU oferecia”.¹⁸²

A FPDU contava com agentes dotados de um capital social importante no campo esportivo. Eram pessoas que não se limitavam a atuar apenas na Federação, mas também em outras Instituições de direção do esporte paranaense, demonstrando prestígio e o capital necessário para circular no meio. Para Bourdieu¹⁸³, o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações. É um bem simbólico que pode ser utilizado como recurso para a manutenção e conquista de posições e relações dentro do campo.

O auxílio do Estado à FPDU não se limitava somente ao dinheiro propriamente dito. Por vezes a FPDU recorreu ao Estado para solicitar algum outro tipo de ajuda. Como exemplo, o ofício nº 152/83, ao Sr. Leonel Amaral, Presidente do Conselho Estadual de Esportes, em 09 de novembro de 1983, solicitava a quantia de mil folhas de papel bufon para uso de expediente. O ofício circular nº 004/82 da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, assinado por seu coordenador, Sr. Renato Werneck,

¹⁸¹ Na verdade o nome do Sr. Douglas Julio Toppel Reinaldim aparece como Diretor Técnico e do Sr. Ney Pacheco como Diretor de Atletismo na ata de posse da Diretoria da FPDU para o triênio 1982/84. Em 1983, Douglas Reinaldim renuncia seu cargo como discutiremos na sequência do texto.

¹⁸² Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁸³ BOURDIEU, 1998, p. 67.

em 17 de fevereiro de 1982, colocava à disposição da FPDU os seguintes serviços: xerox de documentos, mecanografia e orientação financeira.

O Estado, porém, fazia questão de manter controle sobre as práticas esportivas. O ofício circular nº 10/83 do Conselho Estadual de Esporte, vinculado a Secretaria da Cultura e do Esporte, assinado por Leonel Amaral, seu presidente, em 09 de novembro de 1983, lembrava aos presidentes de federações que, “qualquer evento na área comunitária dentro do desporto somente poderá ser realizado com expressa autorização dessa Federação, de acordo com a legislação esportiva vigente”¹⁸⁴. Ou seja, o Estado, mantendo uma prática que vinha desde a década de 1940, controlava as ações dos agentes e Instituições, seja pela questão do financiamento, assim como através de dispositivos legais.

Mesmo com a ajuda financeira do Estado, a FPDU não conseguiu fechar o ano de 1983 com um caixa positivo. Naquele ano, a FPDU havia recebido alguns materiais esportivos da empresa Refrigerantes Minas Gerais, patrocinadora dos XXXIV JUBs. Segundo carta da empresa à FPDU, em 21 de junho de 1983, a Instituição receberia nos próximos dias as camisetas para utilização nos JUBs, além de agasalho, calção e meias esportivas quando da chegada da delegação à Belo Horizonte. Este material, porém foi utilizado para cobrir despesas da Federação. Em nota de esclarecimento da Diretoria da FPDU, falava-se que em virtude das despesas com os XXXIV JUPs e XXXIV JUBs, a entidade encontrava-se com um déficit de aproximadamente Cr\$ 1.200.000,00, e por isso os agasalhos doados pela Refrigerantes Minas Gerais seriam vendidos aos interessados pelo valor unitário de Cr\$ 10.000,00. Esta era uma prática freqüente na FPDU segundo o Diretor Técnico da FPDU na época, Douglas Julio Toppel Reinaldim, os gastos eram cobertos: “... com dinheiro próprio, através dos eventos que davam lucro, venda de uniformes que nós ganhávamos, daí a gente vendia”¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Ofício circular nº 10/83 do Conselho Estadual de Esporte, em 09 de novembro de 1983.

¹⁸⁵ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

As ações da FPDU em 1983, além dos dois eventos principais, JUPs e JUBs, inclui a intenção de participação no V Campeonato Brasileiro de Judô¹⁸⁶, bem como da realização do I Campeonato Universitário Metropolitano de Futebol de Salão¹⁸⁷.

O referido ano ainda marcou alguns acontecimentos além da realização dos Campeonatos. No mês de agosto, o presidente da FPDU, Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque solicita licença de 60 dias de seu cargo. Consta na ata da reunião da Diretoria da FPDU, em 09 de agosto de 1983, que:

... passada a palavra ao presidente Luiz Orlando Albuquerque, após um breve relato de varias ocorrências havidas durante sua gestão, bem como problemas de caráter particular, solicitou a Diretoria Executiva uma licença de sessenta dias conforme prevê o Estatuto, alegando que já há cinco anos vem se dedicando ininterruptamente ao desporto universitário, sendo assim aprovada por consenso absoluto. Deste modo, assume interinamente o acadêmico Lincoln Bettega Curial.¹⁸⁸

Consta ainda em adendo a ata que a licença começaria a fruir a partir do dia 16 de agosto de 1983, assim como tiveram aceitado seus pedidos de desligamento dos cursos respectivos de Diretor Técnico e Diretor de Xadrez os senhores Prof. Douglas Julio Toppel e Luiz Ferreira França Filho, sem citar os motivos. Nos parece claro ter ocorrido algum acontecimento importante para que estas mudanças ocorressem na diretoria da FPDU. Os documentos, porém, não deixam claros os motivos de tal evento. Porém a entrevista com Luiz Orlando Borges Albuquerque nos dá alguns apontamentos. Quando perguntado do porque da renuncia, ele respondeu que:

Então, você tocou num assunto que tem a ver com o que aconteceu em 83. Em 83, quando fomos pra Belo Horizonte. A renuncia, na verdade foi uma soma de fatores. Eu me desgastei muito. Na primeira reunião com o secretário de esportes, que era o Ghignone, nós já tivemos... ele já criou uma antipatia com a minha pessoa. Totalmente por fofocas que fazem, fui taxado até como membro da direita infiltrado no movimento estudantil pra dedurar gente, e tinha essas coisas. Então nós fomos a Belo Horizonte, e eu tinha dado uma orientação pra reter os uniformes porque depois que desse pro pessoal ia ser duro vender. Como eu não sabia se os ônibus da Federal iam chegar lá, podia quebrar o ônibus, algum acidente, acontecer alguma coisa na estrada, e aí eu não fui com a delegação. Eu só saí de Curitiba quando os ônibus chegaram lá. Porque eu era mais útil aqui do que lá no meio da estrada. E

¹⁸⁶ O ofício nº 157/83, ao Sr. Leonel Amaral, presidente do Conselho Estadual de Esporte, encaminhando relatório das atividades da FPDU em 1983, coloca a pretensão em participar do V Campeonato Brasileiro Universitário de Judô, a ser realizado de 12 a 15 de novembro em Brasília.

¹⁸⁷ O ofício circular nº 08/83 da FPDU, de 28 de setembro de 1983, informa sobre a realização do I Campeonato Universitário Metropolitano de Futebol de Salão.

¹⁸⁸ FPDU. *Ata da reunião da Diretoria realizada em 09 de agosto de 1983*. Curitiba, Livro de Atas, p. 30 verso.

eu passei a orientação de não mexer em nada até que eu chegasse, porque era pouca gente que sabia da questão da venda dos agasalhos, porque poucas pessoas sabiam das circunstâncias. Era eu que sabia e mais uma ou duas pessoas. Mas eu tava com a situação na mão, sabia a quem recorrer em caso de algum problema. E não foi dito pro pessoal que não podia receber o material que a gente ia vender. Há, há, há. E quando cheguei lá eles tinham distribuído os agasalhos. E aí eu fiquei 'puto da cara'.¹⁸⁹

A renúncia então teve como determinantes questões pontuais, acontecidas no dia-a-dia da Federação, bem como situações referentes as relações e posições dos agentes no interior do campo.

O ofício nº 143/83, à Confederação Brasileira de Desporto Universitário, em 29 de agosto de 1983, comunicava a concessão de licença de 60 dias ao presidente da FPDU Luiz Orlando Borges Albuquerque, até o dia 16 de outubro de 1983, assumindo em seu lugar o acadêmico Lincoln Bettega Curial, vice-presidente.

Em 12 de dezembro de 1983, o Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque acaba renunciando definitivamente ao cargo de presidente da FPDU. Segundo ata da reunião daquele dia,

... sob a presidência do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque foi iniciada a reunião, onde a Presidência fazendo uso da palavra reiterou a atual situação em que se encontra, devido a seus afazeres profissionais e assim entendendo ser o melhor para o futuro do desporto universitário e também por se encontrar a cinco anos em atividade na FPDU, apresentou e oficializou o seu pedido de renúncia, no que foi aceito pela Diretoria Executiva da FPDU¹⁹⁰.

Ainda segundo a ata, a presidência da FPDU foi assumida pelo vice-presidente Lincoln Bettega Curial; e a vice-presidência pelo Sr. Marcos Tocafundo, com fundamento no artigo vinte e oito do Estatuto da FPDU¹⁹¹.

O ano de 1983 então se encerrou sem maiores acontecimentos. Já no final daquele ano vinha-se discutindo a realização dos JUPs 1984. O primeiro ofício circular do ano de 1984, em 9 de março, indicava que os XXXV JUPs seriam realizados de 27 de abril a 05 de maio, mais uma vez na cidade de Curitiba.

¹⁸⁹ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

¹⁹⁰ FPDU. *Ata da reunião da Diretoria realizada em 12 de dezembro de 1983*. Curitiba, Livro de Atas, p. 33 verso.

¹⁹¹ “Art. 28º - As vagas, que se verificarem na Comissão Executiva, serão preenchidas por indicação dos membros que ocupem cargos eletivos na mesma Comissão, observando o disposto na alínea ‘b’ (compete a Assembléia Geral, b) ratificar ou não os nomes indicados pela Comissão Executiva para os seus cargos eletivos, vagos em decorrência de morte, renúncia ou perda de mandato dos seus originários ocupantes) do art. 24º do presente estatuto”. Estatuto da FPDU.

O segundo ofício circular, em 06 de abril de 1984, informava a todos a realização do I Campeonato Metropolitano de Basquetebol entre Calouros nos dias 13 e 14 de abril.

A partir do mês de abril iniciou-se a corrida atrás de verbas públicas para financiar o esporte universitário paranaense. Os ofícios nº 025/84¹⁹² e nº 037/84, ambos ao Sr. Fernando Eugênio Ghignone, secretário de Estado da Cultura e do Esporte, em 10 e 17 de abril, respectivamente, solicitavam a liberação de Cr\$ 12.000.000,00 e Cr\$ 9.697.800,00. Ambos esclareciam que as verbas seriam utilizadas para realização dos JUPs daquele ano¹⁹³. O ofício nº 054/84, em 24 de abril de 1984, solicitava liberação da verba de Cr\$ 2.000.000,00 referente à subvenção social.

Fato novo no ano de 1984 foi o não repasse de verbas da subvenção social a FPDU. O ofício nº 024/84, ao Sr. Leonel Amaral, presidente do Conselho Estadual do Esporte, assinado por Linconln Bettiga Curial (presidente da FPDU), em 09 de abril de 1984, solicitava esclarecimentos sobre a não inclusão da FPDU na distribuição da subvenção social às federações amadoras relativas ao 1º semestre de 1984.

Como resposta ao referido ofício, o ofício nº 223/84 do Conselho Estadual de Esporte, assinado por Leonel Amaral, seu presidente, em 13 de abril de 1984, falava que a distribuição da subvenção social às Federações Amadoras do Paraná obedeceu em princípio aquelas que estivessem em situação regular junto aquele Conselho. O item principal para a regularização seria ter o Alvará de funcionamento. Isto posto, reportava-se ao ofício nº 1805 de 12 de agosto de 1982¹⁹⁴, que cancelava o Alvará de funcionamento da FPDU. Aliado a este está o ofício nº 154/84 do Conselho Estadual de Esporte, em 24 de fevereiro de 1984, que, em resposta à solicitação de alvará de funcionamento, informa que de acordo com a Deliberação 08/82 do Conselho Nacional de Desportos no seu artigo 5º, “não serão concedidos alvarás de funcionamento às

¹⁹² Segundo o ofício nº 025/84 havia o prognóstico da participação de 2.500 atletas nos XXXV JUPs.

¹⁹³ Segundo relatório dos JUPs daquele ano a competição contou com 18 entidades participantes e a Universidade Estadual de Londrina sagrou-se campeã geral.

¹⁹⁴ Ofício nº 1805, do Presidente do Conselho Nacional de Desportos ao Presidente do Conselho Regional de Desportos do Paraná. Cumpre informar a V.Sa. que a Federação Paranaense de Desportos Universitários pertence ao Deporto Estudantil e de acordo com o sub-item 4.1 da Deliberação nº 13/80 “não serão concedidos alvarás à associações e entidades dos desportos estudantil, militar ou classista, salvo nos casos previstos nos itens 30.1 e 31.1 desta Deliberação”. Assim sendo, restituo nesta oportunidade o formulário, devendo ser cancelado o alvará da referida entidade.

entidades estudantis”. Há aqui uma contradição, já que a FPDU não se constituía enquanto uma entidade estudantil, e sim como uma entidade de administração e direção do esporte amador.

Porém, mesmo com este contratempo, a FPDU não deixou de receber verbas públicas oriundas do Estado. Segundo o ofício nº 446/84 da Secretaria de Cultura e Esporte, assinado pelo seu coordenador Lélío César, em 21 de maio de 1984, estava autorizada a liberação da verba de Cr\$ 2.000.000,00 solicitada pelo ofício nº 037/84 da FPDU.

Nada consta nos documentos sobre verbas para a participação nos JUBs daquele ano. Segundo relatório da competição, a mesma foi realizada de 16 a 26 de julho de 1984, em Natal – RN, com promoção da CBDU, Federação de Desporto Universitário do Rio Grande do Norte e SEED/MEC; houve ainda participação na elaboração do evento, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Prefeitura da Cidade de Natal e a Fundação de Esportes de Natal.

No ano de 1984, assim como em 1983, os três níveis de administração pública estiveram envolvidos nos JUBs – Município, Estado e União. Agora, contudo, sem a participação da iniciativa privada, demonstrando, talvez, que o envolvimento das empresas nos JUBs de 1983 constituiu um acontecimento isolado, e não um movimento no sentido de desvinculação do Estado e aproximação com o mundo dos negócios.

Interessante ressaltar que os senhores Luiz Ferreira França Filho e Douglas J. T. Reinaldim, mesmo tendo pedido seu afastamento da FPDU em 1983, estiveram na delegação paranaense que participou dos XXXV JUBs, nos cargos de Secretário-Geral e Diretor de Natação, respectivamente. Pode-se afirmar que, apesar do afastamento formal da FPDU, este afastamento não se efetivou na prática.

Segundo Bourdieu¹⁹⁵, o próprio grupo se encarrega de produzir regras de inclusão, através do reconhecimento, assim como decidi os seus limites, determinando até onde as trocas são úteis e construtivas. Então, apesar de oficialmente afastados, os

¹⁹⁵ BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a, p. 68.

citados diretores seguiram fazendo parte do grupo da FPDU porque detinham o capital social necessário e compartilhavam interesses com o grupo.

Fatos relevantes até o final de 1984 foram: prestação de contas ao Tribunal de Contas do Paraná de verbas recebidas entre 1982 e 1984 do governo estadual e federal¹⁹⁶; a circulação de jornal informativo da FPDU (não consta data, apenas o ano de 1984), onde se fala sobre a realização dos I JUCAM's (Jogos Universitários de Calouros Abertos Metropolitanos) nos meses de março/abril.

Além disso, fala sobre a eleição da CBDU realizada nos dias sete, oito e nove daquele mês (provavelmente março), com a vitória da Chapa Integração, encabeçada pelo Sr. Gileno Fernandes Villar do Rio Grande do Norte, que teve como companheiros de chapa os paranaenses Dr. Lincoln Bettega Curial e o prof. Douglas Julio Toppel Reinaldim da função de Membro titular e suplente respectivamente do Tribunal Superior de Justiça Desportiva Universitária (STJDU), e o Dr. Luis Orlando Borges Albuquerque como Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Universitária, o qual contava ainda com os Drs. Marcus Vinícius Rocha Moreira e Roberto Caldas Alvim de Oliveira, também paranaenses. Fala do jejum de mais de uma década de paranaenses no quadro nacional do esporte universitário. Jejum este quebrado pela eleição do Dr. Luis Orlando Borges Albuquerque¹⁹⁷ como membro titular do STJDU, em 1984.

Luis Orlando Borges Albuquerque, ao ser questionado sobre sua ida a CBDU, relatou da seguinte forma:

¹⁹⁶ Ofício n.º 130/84, ao Sr. Silvio Lopes Coelho, Presidente da CBDU, encaminhando prestação de contas da verba recebida de Cr\$ 450.000,00, provenientes da CBDU para a participação nos XXXIV Jogos Universitários Brasileiros. Ofício n.º 135/84, ao Dr. Vespero Mendes, delegado do MEC no Paraná, em 17 de setembro de 1984, encaminhando prestação de contas da verba recebida de Cr\$ 1.500.000,00, provenientes do MEC para a realização dos XXXIV Jogos Universitários Paranaenses. Ofícios n.º 136/84 a n.º 140/84, ao Dr. Candido Manoel Martins de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, todos em 17 de setembro de 1984, encaminhando prestação de contas de verbas recebidas, provenientes da SECE, entre 1982 e 1984.

¹⁹⁷ Vale ressaltar que segundo ata da reunião extraordinária da Diretoria da FPDU, realizada dia 23 de fevereiro de 1984, a indicação de Luiz Orlando Borges Albuquerque para compor a chapa que concorreria à CBDU, foi uma decisão coletiva decidida nesta reunião. Esta decisão, porém, não foi um consenso, haja vista que na reunião extraordinária do dia 28 de fevereiro de 1984, o Sr. Douglas Reinaldim colocou que “alegando ter o Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque trabalhado em proveito próprio não deveria ser o mesmo indicado para compor a chapa no pleito da CBDU”. O nome de Luiz Orlando Borges Albuquerque foi posto novamente em votação e aprovado, sem unanimidade.

Então o processo foi... depois que aconteceram esses fatos todos em 83, uma série de coisas, eu tava meio esgotado por passar por tantas adversidades e pra própria FPDU minha renúncia seria boa, porque o vice-presidente era bem visto na Secretaria de Esportes. Ele jogava basquete e tinha algumas pessoas ligadas ao basquete na Secretaria na época que até gostavam dele. Então era bom pra todo mundo. Eu fui com o meu mandato até dezembro de 83, daí eu renunciei e em 84, mais ou menos em fevereiro, no Campeonato Mundial de Futebol de Salão, em São Paulo, eu fui convidado pelo pessoal da CBDU pra estar lá. E lá seria formada a chapa que iria dirigir a CBDU nos próximos 3 anos. E eu tive meu nome lançado por várias federações de outros estados, que me conheciam por ter sido presidente da Federação. E me foi oferecido fazer parte do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Eu que me formei em direito, e eu achei interessante. E os membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva eram, o Álvaro Mello Filho fazia parte, contemporâneo meu, mas era uma turma boa de juristas na área do direito esportivo que formavam o Tribunal da CBDU. Então eu achei profissionalmente bom pra mim, e, além disso, me colocava numa posição privilegiada nos JUBS porque nós tínhamos muitos problemas com a arbitragem. E nós do Paraná não tínhamos ninguém na CBDU. Então eu achei que eles sabendo que existia lá na CBDU alguém do Paraná, eles agiriam de forma diferente, porque eles poderiam ser julgados por mim. Então nos Jogos tinha a Comissão Disciplinar Temporária, e ter alguém do nosso estado lá era muito importante. A arbitragem daí não comete nenhum abuso sobre o teu estado. Então eu achava que estava estrategicamente bem colocado. E obviamente, o Lincoln na época que era o vice. Na verdade tinha uma ala na Federação que queria me derrubar, mas na verdade a Federação, a diretoria era toda minha. A chapa que eu montei que ficou o último ano do mandato. Inclusive eu fui pra CBDU apoiado pelo Lincoln, presidente da Federação. A diretoria da Federação continuou toda a mesma. Só entrou o Toca-fundo como vice-presidente. E aí entrar na CBDU foi política minha, né?¹⁹⁸

O trecho da entrevista do Sr. Luiz Orlando nos faz refletir sobre alguns aspectos. Primeiro, que as ações e relações no interior da FPDU estavam de alguma forma sendo influenciadas por questões políticas e referentes à administração pública estadual. Seria vantajoso para a Federação que o vice-presidente Lincoln Bettega Curial assumisse a presidência por ser um agente dotado do capital necessário para mediar as negociações com a Secretaria Estadual de Esportes. Portanto, a tomada de decisão de renunciar esteve relacionada com lucros advindos das novas posições que os agentes iriam ocupar no interior do subcampo.

Segundo, que de acordo com Luiz Orlando a presença de paranaenses no quadro nacional de direção da CBDU traria benefícios ao esporte universitário paranaense. Ou seja, a conquista de uma posição dentro do subcampo do esporte universitário objetivava lucros explícitos decorrentes da posição ocupada pelos agentes e suas redes de relações. Além disso, explicita os lucros pessoais adquiridos pela conquista da posição, que no caso seriam profissionais.

¹⁹⁸ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Então o fato de “estar estrategicamente bem colocado”, como diz o próprio entrevistado, vem ao encontro dos pressupostos de Bourdieu, que entende essa conquista de posições e relações no interior do campo como estratégicas, que pressupõe necessariamente uma série dos mais diversos interesses, e que não são ações essencialmente românticas e desinteressadas.

Não obstante, comprova através de sua fala que era um agente dotado do capital necessário para ocupar um cargo a nível nacional dentro do esporte universitário, uma vez que foi indicado por várias federações ao cargo.

A composição da diretoria da CBDU em 1984 reforça ainda as colocações feitas de que os agentes que haviam passado pela FPDU eram indivíduos dotados de capital social e prestígio no meio esportivo, não somente paranaense, mas também a nível nacional.

Neste momento há a impressão de uma forte presença política do Paraná no âmbito nacional do esporte universitário. A FPDU, porém não termina o ano bem. Em carta à CBDU, o presidente Lincoln Bettega Curial, solicitava intervenção da CBDU na FPDU, já que na 1ª quinzena de dezembro deveriam ser realizadas eleições para a presidência da FPDU, e que a mesma no momento encontrava-se sem filiadas em condições de voto, e já que havia mais de uma chapa concorrente, era necessária a intervenção.

3.2. A FPDU NO TRIÊNIO 1985/87

Face a intervenção efetivada na FPDU, poucos documentos do ano de 1985 constam no arquivo da entidade, demonstrando talvez a falta de movimentação da mesma naquele ano. Dentre os poucos documentos encontrados, destacamos a certidão nº 785/85 do Tribunal de Contas do Paraná, recebida em 1985, assinada por Duílio Luiz Bento, presidente daquele Tribunal, onde consta que a FPDU não teria nada a comprovar sobre os auxílios e subvenções recebidas até o exercício de 1983.

O ofício recebido nº 91/85, assinado por Arnaldo Luiz Miro Rebello, Delegado em Exercício do MEC – PR, em 25 de janeiro de 1985, solicitava prestação de contas no valor de Cr\$ 1.500.000,00 repassados à FPDU. Ofício SEED/SUEFI/CDE/nº 42.040, assinado pelo subsecretário de Educação Física, Sr. Ruthênio de Aguiar, em 03 de maio de 1985, informava que o auxílio financeiro à FPDU em 1985 seria de Cr\$ 15.000.000,00¹⁹⁹. Ou seja, a relação entre o Estado e a FPDU continuava consolidada apesar dos problemas na Federação.

Mesmo sem uma diretoria, a FPDU realizou, através de seu interventor, Sr. Marcus Vinicius Rocha Moreira, os XXXVI Jogos Universitários Paranaenses²⁰⁰, no município de Londrina, e mais uma vez o Estado foi o financiador²⁰¹.

Ainda sob intervenção, a FPDU enviou atletas para participação nos XXXVI Jogos Universitários Brasileiros²⁰², em Goiânia, no período de 18 a 28 de julho de 1985. Os dirigentes da FPDU presentes nos JUBs eram velhos conhecidos do meio. O Chefe de Delegação era Luiz Alberto Cordeiro, desde 1982, ou antes, compondo a Diretoria da FPDU, assim como Douglas J. T. Reinaldim (diretor técnico), Ney Pacheco e Roberto Luiz Cavagnari (diretores de modalidades), entre outros. Mais uma vez fica claro que os agentes que estavam envolvidos com a FPDU eram pessoas dotadas de um determinado *habitus* e capital social, que os mantinham a frente da Instituição, perpetuando-se nos cargos, visando provavelmente alguma forma de lucro ou objeto de disputa. Além disso, o grupo consolidado na FPDU determinava as regras de inclusão e permanência no grupo.

Em 12 de julho de 1985, conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária, uma nova Diretoria assumiu a direção da FPDU, assim constituída:

Presidente – Francisco Carlos Nogueira
Vice-Presidente – Cláudio Sorgenfrei
Secretário Geral – Gastão Silva Gomes
1º Secretário – Ubirajara Fernando Name Pimenta
Tesoureiro Geral – Amauri Reinert Tizzot

¹⁹⁹ Há de que se considerar o valor elevado a ser repassado para a FPDU em 1985. Em comparação, os JUPs de 1984 consumiram cerca de Cr\$ 1.500.000,00.

²⁰⁰ Contou com a participação de 18 entidades.

²⁰¹ Ofício nº 44/86, ao Sr. Véspero Mendes, Delegado Regional do MEC, assinado por Francisco Carlos Nogueira (presidente da FPDU), em 27 de junho de 1986, encaminhava prestação de contas no valor de Cr\$ 15.000.000,00, utilizados para a realização do JUPs de Londrina/1985.

²⁰² A delegação paranaense alcançou a 4ª posição na classificação final.

1º Tesoureiro – Roberto Reinert Marques
Diretor Geral de Esportes – Roberto Luiz Cavagnari²⁰³

Vários agentes que compunham a diretoria, assim como em casos anteriores, já vinham fazendo parte a muito tempo da vida da FPDU.

Já sob a presidência de Francisco Carlos Nogueira, há um recibo, assinado pelo mesmo, em 12 de agosto de 1985, afirmando que a FPDU recebeu do Banestado Clube S.A., a quantia de Cr\$ 6.000.000,00 para despesa de passagem aérea ao atleta Newton Kaminski, para participar das Universíades, em Kobe – Japão, na modalidade de natação.

Apesar de uma nova diretoria ter assumido a FPDU, ao que parece pouca coisa mudou. As práticas continuavam as mesmas, com a preocupação de organizar os Jogos Universitários Paranaenses e efetivar o envio de uma delegação paranaense para participar dos Jogos Universitários Brasileiros, recorrendo, invariavelmente, ao financiamento do Estado.

O primeiro ofício do ano de 1986²⁰⁴ tinha como objetivo a captação de apoio do Estado para a realização do JUPs daquele ano, em sua 37ª edição. Consta neste ofício a solicitação de apoio aos XXXVII JUPs através da liberação do Ginásio Almir de Almeida para competições e alojamento, assim como 500 colchões e Cz\$ 61.100,00 para alimentação dos atletas oriundos do interior do Estado.

O ofício nº 11/86, ao Sr. Rogério Donato Kampa, prefeito de Araucária²⁰⁵, em 24 de abril de 1986, solicitava apoio daquela prefeitura com a cessão do Ginásio Municipal para jogos e alojamentos, bem como fornecimento de alimentação para os atletas oriundos do interior do estado que disputariam os XXXVII JUPs.

A aproximação da FPDU junto à prefeitura municipal de Araucária pode ser explicada pela mudança na relação entre a FPDU e o Estado após a eleição do MDB e conseqüente fim do governo militar: “Então, por exemplo, a gente ia ter Jogos, mandava a planilha de custos, com arbitragem, alimentação, premiação. Enfim, vamos dizer que

²⁰³ FPDU. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 1985*. Curitiba, Livro de Atas, p. 46 verso.

²⁰⁴ Ofício nº 01/86, ao Sr. Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e Esporte, em 18 de abril de 1986.

²⁰⁵ Município da região metropolitana de Curitiba.

dava uns 500 mil. Nós mandávamos pra Secretaria (*de Estado do Esporte, na época do regime militar*) e vinha 250 mil. Mas a gente sabia que vinha 250. Depois de 83 não vinha mais nada”.²⁰⁶ Ou seja, a FPDU buscou outros parceiros a fim de custear as despesas da realização dos JUPs, uma vez que o governo estadual já não vinha colaborando na mesma proporção que na época do regime militar.

Além de recorrer aos governos estadual do Paraná e municipal de Araucária, houve acesso às empresas públicas para apoio aos JUPs. Isso fica claro com o ofício recebido da Itaipu Binacional, em 07 de maio de 1986, assinado pelo seu diretor geral Ney Braga, acusando o recebimento do ofício nº 14/86 que solicitava colchões para utilização durante os XXXVII JUPs.

Ney Braga, inclusive foi citado como agente fundamental ao desenvolvimento do esporte universitário paranaense, seja diretamente pelos cargos ocupados (governador do Estado, Ministro da Educação e Diretor Geral da Itaipu) ou através de seu irmão, Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho: “E principalmente através da sua influência (*referindo-se ao Dr. Guilherme*) que na época era irmão do Governador (*Ney Braga*), depois ele foi irmão do Ministro da Educação, ele arranjou pra nós o... a pista de atletismo daqui pra que pudesse ser realizado o evento, que era o Ministro da Educação na época (*Ney Braga*). Então através do próprio Ney e do Dr. Guilherme”.²⁰⁷

O ofício recebido nº 156/86 da Coordenadoria de Esporte da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, em 15 de maio de 1986, assinado pelo coordenador Lélcio César, discorria que em atenção ao ofício nº 26/86, de 12 de maio do ano corrente, referente à cessão de súmulas, tickets de alimentação, empréstimo de 30 beliches e 16 plaquetas de identificação, estavam autorizados para viabilizar a realização dos JUPs. Ou seja, apesar dos relatos dos diretores da FPDU de que o governo do MDB não vinha apoiando a Federação, mais uma vez o Estado deu seu apoio a concretização dos JUPs, mantendo sua proximidade com a FPDU.

²⁰⁶ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR. (grifos nossos)

²⁰⁷ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR. (grifos nossos)

Consta em relatório dos XXXVII JUPs que o mesmo foi realizado de 16 a 24 de maio de 1986, na cidade de Curitiba, sendo uma promoção da FPDU apoiada pela Prefeitura Municipal de Araucária e pelo MEC, contando com a participação de cerca de 2.000 atletas.

Encerrados os JUPs a preocupação passa a ser a participação dos paranaenses nos JUBs, que naquele ano seria realizado em Maceió. O ofício nº 32/86, ao Dr. Roberto Requião, Prefeito Municipal de Curitiba, em 03 de junho de 1986; e o ofício nº 38/86, ao prof. Riad Salamuni, Reitor da UFPR, em 17 de junho de 1986, solicitavam apoio no sentido de transportar a delegação paranaense, composta por cerca de 160 pessoas para disputar os XXXVII JUBs, em Maceió.

Alguns dias depois, em 02 de julho de 1986, o ofício nº 47/86, ao vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, assinado por Francisco Carlos Nogueira (presidente da FPDU), solicitava auxílio financeiro daquela Casa no valor de Cz\$ 10.000,00 para cobrir despesas com alimentação da delegação paranaense que participaria dos JUBs.

Visualizamos aqui a inserção de novos agentes ao subcampo do esporte universitário paranaense – políticos do Legislativo –, através da solicitação direta de recursos, ou por vezes através do pedido de intervenção política no assunto, já que esses políticos são dotados de um determinado capital que poderia ajudar a intermediar a relação entre FPDU e o Poder Executivo do Estado.

O transporte da delegação parece ter ficado a cargo do governo estadual. O ofício nº 288/86 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, assinado pelo deputado Mario Pereira²⁰⁸, em 11 de julho de 1986, agradece ao governador do Paraná, Dr. João Elisio Ferraz de Campos pela cessão de dois ônibus para o deslocamento da delegação paranaense aos JUBs em Maceió.

O MEC, através de sua delegacia regional do Paraná também deu sua contribuição. O ofício nº 75/87 da FPDU, ao Dr. Vespero Mendes, Delegado Regional do MEC/PR, em 10 de agosto de 1987, apresentava prestação de contas à verba destinada pelo MEC para custear passagens Curitiba/Maceió/Curitiba na participação

²⁰⁸ Este é um exemplo de um agente, político do Legislativo, atuando politicamente junto ao Executivo Estadual, a fim de angariar recursos à FPDU.

paranaense nos XXXVII JUBs. Telex nº 269 do FNDE/MEC, através do Sr. Domingos Veloso, em 13 de agosto de 1986, falava sobre liberação de uma verba de Cz\$ 150.000,00 que foi aplicada para o transporte da delegação paranaense aos XXXVII Jogos Universitários Brasileiros.

Ainda com relação aos JUBs, parece que o amparo do Estado não era exclusividade da Federação Paranaense de Desportos Universitários. Em carta da Federação Alagoana de Desportos Universitários às demais Federações, quanto a realização dos XXXVII JUBs, cita que:

O JUBs 86 Maceió, já é uma realidade graças a força do nosso Governador Dr. José Tavares, que não mede esforços para agilizar tudo para que você venha a Maceió e tenha a melhor das acolhidas, e é bom dizer que o Governador está bancando tudo, e nós da FADU e o nosso querido reitor da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) estamos dando o apoio possível uma vez que não temos dinheiro, mas com a força do Governador vamos ter um JUBs muito bom, acredite.²⁰⁹

Mais uma vez o Estado, através do governo de Alagoas, financia uma competição dita de alto nível reservada a uma minoria que tinha acesso aos bancos universitários. Douglas Julio Toppel Reinaldim, ao ser perguntado sobre algum benefício que a FPDU recebia por ser uma federação que atendia uma elite, confirmou este privilégio: “Olha, eu não posso dizer que era só a FPDU porque acho que no Brasil inteiro os universitários eram tratados de uma maneira diferente.”²¹⁰

Há que se considerar que esta minoria está numa posição privilegiada, de onde pode-se utilizar de todo seu potencial de poder simbólico para a manutenção desta posição, e os lucros decorrentes dela. É o poder simbólico que determina a distinção social entre as pessoas envolvidas e as posições de cada agente e Instituição no interior das disputas. Para Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos os mesmos que o exercem”²¹¹.

²⁰⁹ Carta da Federação Alagoana de Desportos Universitários às demais Federações Desportivas Universitárias estaduais em junho de 1986.

²¹⁰ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

²¹¹ BOURDIEU, 2004, p. 07-8.

Os XXXVII JUBs aconteceram de 17 a 27 de julho de 1986 e a equipe paranaense consegue alcançar o 2º lugar geral da competição atrás apenas da equipe de São Paulo.

Além das verbas solicitadas para os JUPs e JUBs, a diretoria da FPDU continuava a buscar outras formas de financiamento junto ao Estado. O ofício nº 39/86, ao Sr. Fernando Eugênio Ghignone, secretário de Estado da Cultura e do Esporte, em 17 de junho de 1986, solicitava liberação da cota de subvenção social no valor de CZ\$ 20.000,00, destinada a manter despesas de manutenção e competições esportivas da FPDU.

Também o ofício nº 65/86, à Sra. Suzana Munhoz da Rocha Guimarães, secretária de Estado da Educação e Cultura, em 26 de agosto de 1986, solicitava uma verba de CZ\$ 15.000,00, afim de custear as competições Universitárias Paranaenses. Em resposta, o ofício nº 1397/86 da Secretaria Estadual de Cultura e Esporte, assinado por Suzana Munhoz da Rocha Guimarães, em 14 de outubro de 1986, informava que o recurso solicitado através do ofício nº 065/86 não poderia ser atendido pela falta de recursos. Informa ainda que tinham sido repassados no presente exercício a quantia de CZ\$ 55.000,00 para os JUPs e JUBs.

O ofício nº 1410/87, assinado por Véspero Mendes, Delegado do Ministério da Educação do Paraná, em 12 de junho de 1987, solicitava prestação de contas de recurso repassado pelo MEC, no exercício de 1986, no valor de Cz\$ 150.000,00.

Em se aproximando o final daquele ano destacamos a realização dos I Jogos Universitários Abertos Metropolitanos, de 1 a 23 de novembro, reunindo cerca de 2.000 acadêmicos²¹², e a participação do Paraná nos Campeonatos Brasileiro e Mundial Universitários de Judô. Nesta ocasião, mais uma vez o Estado foi chamado a colaborar com a FPDU. O ofício nº 99/86, à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, em 24 de novembro de 1986, solicitava bolas de Futebol de Salão, Basquetebol, Handebol Masculino, Voleibol e Futebol para as competições dos I Jogos Universitários Abertos Metropolitanos.

²¹² Segundo relatório de atividades da FPDU no ano de 1986.

O ofício nº 102/86, ao prof. Riad Salamuni, Reitor da UFPR, em 27 de novembro de 1986, solicitava a liberação de CZ\$ 4.600,00 a fim de custear o transporte da equipe de judô a Santo André que disputaria o 9º Campeonato Brasileiro Masculino de Judô e 1º Campeonato Brasileiro Feminino de Judô, Universitários²¹³. Solicitação prontamente atendida, como demonstra nota orçamentária da Reitoria da UFPR solicitando o repasse de CZ\$ 4.600,00 a FPDU para cobrir despesas do Campeonato Brasileiro de Judô em Santo André.

Há de ressaltar que, por vezes, verificamos a aproximação das Federações Estaduais e da Confederação Brasileira de Desporto Universitário junto as Universidades Federais, que estão ligadas diretamente ao Estado. Então, estas Instituições também se constituem enquanto agentes importantes na formação do subcampo do esporte universitário e na rede de relações instituída no interior do mesmo.

No Campeonato Mundial Universitário de Judô, realizado em São Bernardo do Campo, de 18 a 21 de dezembro, que contou com a participação de 36 países, o paranaense Rogério Cherobim sagrou-se campeão mundial nas categorias absoluto e até 96 quilos (pesado).

Já no ano de 1987, os primeiros documentos que temos em mãos datam do mês de março. O ofício nº 14/87, ao Dr. Edson Gradia²¹⁴, Secretário de Esportes, em 30 de março de 1987, solicitava materiais esportivos (05 bolas de futebol, 05 bolas de futebol de salão, 05 bolas de vôleibol, 04 bolas de handebol masculino e 04 bolas de handebol feminino, 05 bolas de basquetebol) para a realização das competições universitárias durante o ano de 1987.

²¹³ Segundo relatório de atividades da FPDU no ano de 1986, os campeonatos foram realizados de 04 a 07 de dezembro de 1986. No masculino, o Paraná alcançou o 3º lugar geral entre 16 estados participantes.

²¹⁴ “No primeiro ano de governo (1987), sob a coordenação do londrinense Edson Gradia (PMDB), Álvaro Dias criou a Secretaria Especial do Esporte, tendo a Fundação de Esportes do Paraná como sua unidade administrativa. Gradia, que participou ativamente da campanha eleitoral e mantinha estreita ligação com o esporte, com passagem pela AMETUR, em Londrina, assumiu pessoalmente a organização de toda a estrutura da Secretaria Especial do Esporte e da fundação vinculada”. MARTINS, 2004, p. 21.

Luiz Orlando Borges Albuquerque, na época não como membro da diretoria da FPDU, mas como colaborador da mesma, relata que neste período tudo começou a piorar em termos de tratamento do Estado para com o esporte universitário:

Por mais que a mesma lei que dava apoio ao esporte universitário veio de 1975 a 1993. Então ela, a lei do período de 83 a 93 sequer foi respeitada. Ela era ignorada pelos políticos. Ela seria usada de acordo com o feitiço que eles queriam para o esporte. Eu acho inclusive que no esporte escolar, o trabalho do pessoal do MDB, a partir de 83 foi espetacular. Eu acho que nunca foi feito um projeto de tanta garra como foi feito no esporte escolar. Pena que foi só no esporte escolar. E eu vou explicar pra você porque não foi feito no universitário.

Então nesse sentido, eu não acho que o Álvaro Dias tinha conhecimento do que estava sendo feito no esporte escolar. Nem ele, nem o Grádia. Ele comia pelas mãos dos outros e não sabia direito. Então essa pessoa que eu citei pra você era quem trabalhava dentro da secretaria e por questões pessoais dele, antigas. Posso até estar enganado, mas a história de todos nós que vivemos esta época foi esta. Agora não foi só o governo Álvaro Dias que aniquilou com aquele trabalho que vinha sendo feito há décadas. O governo Álvaro Dias foi fundamental para acabar com algumas gerações.²¹⁵

Porém, apesar da visão de Luiz Orlando sobre o assunto, o Estado fazia questão de mostrar sua disponibilidade em ajudar a FPDU. O ofício nº 059/87, assinado por Suzana Munhoz da Rocha Guimarães, Secretária de Estado da Cultura e do Esporte, em 20 de janeiro de 1987, relatava que,

A reunião das Federações Amadoras para indicação de seu representante junto à Fundação de Assistência ao Desporto Amador do Paraná (FADA), foi convocada pelos representantes destas junto ao Conselho Regional de Desportos (CRD). Portanto, não contou com a participação do CRD ou da Coordenadoria do Esporte. Segundo pudemos apurar houve uma omissão no convite, involuntária, ou seja, por puro esquecimento, já que a Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) não participa mais da distribuição de recursos via critério da CRD, por ser uma Federação de características próprias que envolve todas as modalidades de federações constituídas, estando desobrigada de uma série de providências inerentes às demais. Isto não significa que essa Federação não receba recursos desta Secretaria. A negociação é que se dá em outro nível.²¹⁶

O documento mostra que apesar de mudar o critério de repasse de verbas a FPDU, esta ajuda não deixaria de existir, apenas ocorreria em outro nível, provavelmente com repasses pontuais para viabilizar realização e participação em eventos.

Além desse, mais uma vez houve acesso ao Estado, através de uma autarquia, no caso a Universidade Federal do Paraná, através do ofício nº 15/87, ao

²¹⁵ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

²¹⁶ O ofício nº 059/87 da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, em 20 de janeiro de 1987.

Prof. Riad Salamuni, Reitor daquela Universidade, em 01 de abril de 1987, solicitando ônibus para deslocamento da seleção paranaense universitária de futebol à Londrina para realização de amistosos e ao Rio de Janeiro para disputa do Campeonato Universitário Brasileiro de Futebol.

A organização dos JUPs de 1987 foi um tanto quanto conturbada. O evento, que seria realizado a princípio no mês de maio, teve que ser adiado. O ofício nº 037/87, de 12 de maio de 1987, informava que devido a greve instalada na Universidade de Londrina (UEL) os JUPs seriam adiados para o período de 09 a 13 de junho de 1987. Este evento seria uma promoção da FPDU, tendo a UEL como co-promotora e o patrocínio da empresa estatal Banestado S. A.

A greve na UEL se estendeu por um período maior que o esperado, e mais uma vez os XXXVIII JUPs tiveram que ser adiados. O ofício nº 040/87, em 02 de junho de 1987, informava que devido a greve instalada na Universidade de Londrina, os JUPs seriam transferidos para o 2º semestre do ano corrente. Em resposta, o ofício nº 502/87 da Secretaria Estadual de Esportes, assinado pelo Secretário Edson Gradia, em 04 de junho de 1987, informava que se até o mês de outubro o evento (JUPs) não se realizasse, que esta Federação devolvesse a verba de patrocínio e a premiação conseguidos junto ao Banco do Estado do Paraná.

No mesmo dia, o ofício nº 41/87 da FPDU, ao Sr. Gileno Fernandes Villar, presidente da CBDU, assinado pelo presidente Francisco Carlos Nogueira, informava que devido à greve instalada nas Universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e outras faculdades isoladas, tornou-se inviável a realização dos XXXVIII JUPs no período acordado, ficando para o 2º semestre (setembro ou outubro).

O ofício nº 541/87 da Secretaria Estadual de Esportes, assinado pelo Secretário Edson Gradia, em 11 de junho de 1987, solicitava que a verba de patrocínio dos XXXVIII JUPs (Cz\$ 3.000.000,00) fossem devolvidos a Secretaria, que retornaria ao Banco Banestado. O seja, a Secretaria Estadual de Esportes, apesar de não repassar verbas diretamente para a realização dos JUBs 1987 provavelmente intermediou a relação entre a FPDU e o patrocinador Banco Banestado.

Uma nova data foi marcada para a realização dos JUPs. Segundo o ofício nº 78/87, de 20 de agosto de 1987, que convidava as Instituições a participarem dos XXXVIII JUPs, o evento seria realizado de 09 a 18 de outubro, em Londrina. Porém, no Congresso Técnico, em 03 de outubro de 1987 foi decidido definitivamente o cancelamento dos Jogos daquele ano. O ofício nº 088/87, de 05 de outubro de 1987, comunicava o resultado do Congresso Técnico realizado no último dia 03, quando devido a greve instalada na UEL, foi deliberado pela suspensão dos XXXVIII JUPs, pois não haveriam condições de realização dos mesmos.

Em 20 de outubro, o Secretário Especial do Esporte, Sr. Edson Gradia, através do ofício nº 1210/87, sugeria que devido a suspensão dos JUPs de 1987, que a premiação e recursos fossem destinados para o ano de 1988.

Em face da não realização dos JUPs em 1987, a composição da delegação paranaense que participaria dos JUBs teve que seguir um critério diferenciado. Até então os JUPs serviam como critério para compor as seleções paranaenses que participavam dos JUBs. Como no ano de 1987 os JUPs não aconteceram por falta de condições, devido à greve instalada nas universidades e faculdades estaduais, a composição da delegação paranaense foi feita por meio de indicações. Carta da Associação Atlética da FFALM (Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel), assinada pelo prof. Dino Veiga Filho, em 12 de junho de 1987, indicava atletas da Instituição em condições de disputar os JUBs.

Começava naquele mês de junho mais uma corrida atrás de verbas públicas para a participação nos JUBs. Os ofícios nº 42/87, ao Dr. Pedro Sampaio, chefe da Casa Civil do Estado do Paraná; o nº 43/87, ao Dr. Renato Johnson, Deputado Federal; o nº 44/87, ao Dr. Mauricio Fruet, Deputado Federal; e o nº 45/87, ao Dr. Antonio Anibelli, Deputado Estadual, todos em 09 de junho de 1987 solicitavam apoio junto a Governadoria para liberação de verba para o fretamento de 04 ônibus para deslocamento da Delegação Paranaense que disputaria os XXXVIII JUBs em Belém – PA.

Reafirmamos aqui a importância dos agentes políticos na relação entre o Estado e o esporte universitário paranaense. A FPDU, por conta da mudança

administrativa ocorrida na estrutura estadual de administração do esporte, buscou outras instâncias, como a Casa Civil do Estado e políticos dotados de capital social no Legislativo, para intermediar a relação entre Governo do Estado e a Federação.

Os ofícios nº 46/87, ao Dr. Álvaro Dias, Governador do Estado, em 16 de junho de 1987, e o nº 48/87, ao Dr. Ary Queiroz, Vice Governador do Estado do Paraná, em 18 de junho de 1987, solicitavam diretamente ao Poder Executivo Estadual a liberação de verbas, a fim de fazer o fretamento de ônibus para deslocamento da Delegação Universitária Paranaense para os JUBs.

Houve contato também com o Poder Executivo Municipal para auxílio nas despesas da FPDU com os XXXVIII JUBs. O ofício nº 47/87, ao Dr. Roberto Requião, Prefeito Municipal de Curitiba, em 16 de junho de 1987, solicitava liberação de verba para o fretamento de dois ônibus até Belém.

Também o ofício nº 49/87, ao Dr. Mario Pereira, Deputado Estadual, em 18 de junho de 1987, e o nº 50/87, ao Dr. Edson Gradia, Secretário Especial de Esportes, em 20 de junho de 1987, solicitavam apoio junto a Governadoria para liberação de verbas à FPDU para os JUBs.

Solicitou-se apoio da mesma forma a empresas públicas e privadas no projeto JUBs 1987. O ofício nº 61/87, ao Sr. Luis Eduardo Witters, assinado por Francisco Carlos Nogueira (presidente da FPDU), em 06 de julho de 1987, solicitava patrocínio, fornecendo água mineral para o consumo da Delegação Paranaense. O ofício nº 62/87, em 06 de julho de 1987, solicitava patrocínio, fornecendo bolachas e biscoitos. E finalmente o ofício nº 63/87, ao Dr. Alcyon Pires Gomes Junior, Gerente do Banestado Centro Cívico, em 06 de julho de 1987, solicitava a doação de 200 camisetas com o logotipo do Banco para uso da delegação.

Os XXXVIII JUBs foram realizados em Belém – PA, 17 a 28 de julho de 1987, contando com a participação de 24 federações. O Paraná mais uma vez foi bem alcançando o 2º lugar geral na competição.

Destacamos ainda no ano de 1987 a presença de paranaenses na diretoria da CBDU, órgão máximo de administração do esporte universitário brasileiro. Em carta às Federações, a CBDU informa a composição de sua diretoria para o triênio 1987/99:

Diretoria CBDU triênio 1987/1989:

Presidente:	Gileno Fernandes Villar
1º Vice-Presidente:	Taner Freire de Verçosa
2º Vice-Presidente:	Francisco Ferreira de Paiva
Secretário Geral:	Audi Luiz Vieira
Tesoureiro Geral:	Benedito Cícero Tortelli
Séc. Rel Internacionais:	Marcio Giusti
<u>Tribunal Superior de Justiça Desportiva</u>	
Efetivos:	Lincoln Bettega Curiol
Substitutos:	Douglas Julio Toppel Reinaldin. ²¹⁷

Notemos a presença dos nomes de Lincoln Bettega Curiol e Douglas Julio Toppel Reinaldin, que já haviam passado pela diretoria da FPDU em cargos de destaque. Estes são agentes dotados de um capital específico, que faziam deles pessoas importantes no meio esportivo universitário.

Esta presença de paranaenses no quadro nacional esteve relacionada a presença anterior do senhor Luiz Orlando Borges Albuquerque na CBDU:

Eu fui pra CBDU com a idéia de ser 'ponta de lança'. Eu ia lá pra abrir espaço, e tentar forçar pra levar diretores de modalidades, principalmente handebol. Porque nós vínhamos sendo seguidamente campeões brasileiros com o handebol feminino e no masculino estávamos sempre entre os cinco primeiros. Então eu achava que por uma questão de, digamos, resultado, nos tínhamos que ter no mínimo uma diretoria de handebol, porque nós tínhamos o handebol muito forte aqui no Paraná. Mas a política dos estados é complicada. Você tem lá 22 estados brigando por um espaço pequeno. Mas eu fui nesse primeiro momento. E o que que eu consegui na CBDU? Na próxima eleição, já quando o Chicão era presidente (da FPDU), eu mandei o Chicão trocar a minha posição na CBDU por dois, dois cargos.

.....
E daí na outra eu mandei o Chicão trocar. Ele ia numa assembléia e eu falei pra ele: você barganha meu nome lá com o pessoal. Daí entrou o Douglas no Tribunal e o Lincoln como suplente. Isso na eleição de 86. Mas daí eles não ocuparam o espaço.²¹⁸

O próprio Luiz Orlando acreditava que seria interessante ter dois paranaenses na CBDU ao invés de somente ele, pois considerava que seu prestígio no meio era tanto que não necessitava de um cargo na CBDU para continuar atuante no jogo, fruto do capital por ele adquirido e da rede de relações estabelecida:

Porque eu não precisava de mais nada na CBDU. Eu tinha trânsito bom com todos os presidentes de federação. Porque eu, eu lembro de uma entrevista do Pelé uma vez na televisão, que perguntaram pro Pelé porque ele nunca foi capitão dos times onde jogou? E o Pelé respondeu: então, porque eu era o Pelé. E o único que pode chegar no árbitro pleitear

²¹⁷ Carta da CBDU às Federações Universitárias informando a composição de sua diretoria para o triênio 1987/99

²¹⁸ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

alguma coisa é o capitão e eu era o Pelé, e eu fazia isso. Então nosso time tinha sempre dois. Não que eu fosse um Pelé, mas eu tinha um trânsito bom pra pleitear alguma coisa na CBDU. Porque eles me respeitavam lá, assim como respeitavam o presidente. Eu tinha voz ativa com os outros presidentes de federação e com o pessoal da CBDU. Então eu não precisava de cargo. Eu precisava me firmar na CBDU e eu me firmei. Fiquei lá por uma gestão.²¹⁹

Com relação ao capital adquirido por cada um dos agentes, Bourdieu afirma que “o volume de capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo desse modo para determinar a posição no espaço social”.²²⁰ Para o Sr. Luiz Orlando, sua posição no interior das disputas no subcampo do esporte universitário estava tão consolidada que o cargo na CBDU seria algo descartável.

3.3. A FPDU NO TRIÊNIO 1988/90

A partir do ano de 1988 os documentos do arquivo da FPDU passam a ficar, ano após ano, cada vez mais escassos. O primeiro ofício circular de 1988 data somente de 30 de novembro daquele ano. Nele consta a composição da diretoria da FPDU para o triênio 1988/90, eleita em 27 de agosto de 1988 e empossada em 23 de setembro do mesmo ano:

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Vice-presidente

Secretário Geral

1º Secretário

Tesoureiro Geral

1º Tesoureiro

Diretor Geral de Esportes

CONSELHO FISCAL

Gerson Salibian

Leonel Gonçalves

Mauricio Carvalho

Mauro Pessoa Gebran

Renato Munia Ribas Júnior

Shinichiro Nakaba

Rogério Bufren Riva

Marlus Machado Marconsin

George Henrique Herwig

Fernando D. Churrie

Álvaro Esmanhoto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA UNIVERSITÁRIA

Titulares

Bento Luiz Azambuja

Moreira Mauricio Montanha Teixeira

João Pedro Gebran Neto

²¹⁹ Id. *ibid.*

²²⁰ BOURDIEU, 2004, p. 134.

Suplentes	Francisco Carlos Nogueira Juraci Barbosa Sobrinho Gean Carlos S. de Almeida Torres Ailton Hainisch Júnior Carlos Augusto Aurélio Hécio Noel Porrua Roberto Reinert Marques Tércio Aguiar ²²¹
-----------	--

Diferente das gestões anteriores, a maioria dos agentes que compunham a diretoria da FPDU para o triênio 1988/90 não eram nomes repetidos de diretorias precedentes. Exceção feita a Francisco Carlos Nogueira (presidente na gestão 1985/87) e Hécio Noel Porrua, desde 1982, ou antes, compondo diretorias da FPDU.

Destacamos ainda no ano de 1988 a carta assinada pelo vereador Horácio Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia de requerimento ao Executivo Municipal para que fosse incluído no orçamento do município para 1989 auxílio financeiro de Cz\$ 200.000,00 para a FPDU. Mais uma vez, notemos a aproximação de políticos do Legislativo atuando na relação entre FPDU e Poder Executivo, neste caso o municipal de Curitiba.

Não há documentos sobre a realização dos JUPs no ano de 1988. Este evento provavelmente não aconteceu, assim como no ano de 1987.

No âmbito federal, o parecer financeiro do ano de 1987 da CBDU, publicado em 05 de março de 1988, demonstra, com relação aos recursos recebidos, que Cr\$ 7.798.921,28 foram provenientes do Governo Federal (FNDE e MEC), Cr\$ 531.072,00 do Governo Municipal de São Paulo e Cr\$ 1.400.000,89 de Empresas Públicas. Ou seja, uma soma no valor de Cr\$ 9.729.993,28 foi recebida pela CBDU no ano de 1987 do Governo e empresas públicas. Isso representa que quase 70% (de um total de Cr\$ 13.904.831,41) dos recursos recebidos naquele ano vieram direta ou indiretamente do Estado.

E este financiamento público que a CBDU recebia, assim como a FPDU e outras federações também recebiam, era na visão da FPDU um dever do Estado. Informe da FPDU uma semana após a volta dos XXXIX JUBs (que havia sido realizado em João Pessoa) falava da dificuldade de conseguir recursos objetivando o transporte

²²¹ Ofício Circular nº 01/88, de 30 de novembro de 1988.

dos atletas. Ressaltava o apoio e estímulo do ex-Ministro Ney Braga (mais uma vez há referência a este agente como intermediador entre a FPDU e o Estado) para que a participação do estado no JUBs se efetivasse. Citava ainda que o Paraná trouxe oito troféus da competição e alcançou o 3º lugar geral. Como destaque às equipes de voleibol masculino e basquete feminino que alcançaram a 2ª posição. Conclui ainda que “... a grande preocupação da FPDU concentra-se no tratamento diferenciado que é dado ao desporto escolar e ao desporto universitário, uma vez que os dois são regidos e definidos como desporto estudantil pelo Dec. 80228, sendo que cabe ao Estado, alocar recursos e dar apoio necessário para o desenvolvimento da prática esportiva.”²²²

Ou seja, a FPDU se baseava no Decreto 80.228, de 1977, para exigir do Estado um financiamento maior ao esporte universitário. Porém, a Portaria 236 do Ministério da Educação, de 1987, definia o esporte universitário como esporte-performance, desvinculado do esporte educacional. Além disso, a Constituição Federal de 1988, que estava sendo discutida naquele momento, trazia novidades conceituais, com a separação entre esporte-profissional e não profissional.

Cabe destacar também a influência de um político (Ney Braga), ex-ministro e ex-governador do estado do Paraná, na viabilização de verbas para o deslocamento da delegação paranaense²²³ a João Pessoa. Esta colocação abre uma brecha para questionarmos quanto a influência de um político importante, dotado de um capital social muito elevado, pautava as decisões quanto a liberação de verbas por parte do Estado.

O ano de 1989 começa com a intenção de realização dos 1º Jogos Abertos Universitários de Curitiba, de 14 a 22 de abril de 1989. Uma promoção da Prefeitura Municipal de Curitiba, com apoio técnico da FPDU e PUC.

Por iniciativa da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (Fafig), houve uma tentativa de realizar novamente os JUPs. O ofício nº 0142/GAB/89, em 24 de fevereiro de 1989, assinado pelo Secretário Especial de Esporte e Turismo, Edson Gradia, informava que a Secretaria era favorável à volta dos Jogos Universitários, mas em vista ao momento difícil que atravessavam, a única forma

²²² Informe da FPDU no ano de 1988 (grifo no original).

²²³ Que contou com 136 atletas naquele ano.

seria a divisão de tarefas entre todos os segmentos envolvidos, ou seja, Governo do Estado, Município-Sede e Instituições de Ensino. Caberia a Secretaria a coordenação técnica, despesas com premiação e divulgação do evento. A arbitragem poderia ser realizada por acadêmicos de Educação Física das Instituições. O transporte e alimentação ficariam por conta de cada Instituição. O alojamento e transporte interno por conta dos organizadores, no caso a Fafig, de Guarapuava. A coordenação de cada modalidade ficaria a cargo de um professor de Educação Física indicado pelas Instituições participantes dos JUPs que tivessem o curso de Educação Física.

O então Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia²²⁴ apontou um rumo de mudanças nas relações quando propôs que FPDU, Estado, Municípios e as Instituições de Ensino Superior tivessem suas atribuições na organização do esporte universitário paranaense, rompendo com a relação de paternalismo do Estado antes instituída²²⁵. Isto esteve presente nas propostas e ações da Secretaria Especial de Esporte não apenas com relação ao esporte universitário, mas também com relação a outras manifestações esportivas.

Esta postura do executivo estadual, aliado as mudanças ocorridas na legislação durante o final da década de 1980 podem ter sido decisivas nos rumos tomados pelo esporte universitário paranaense a partir daquele momento.

O ofício nº 002/89, ao Sr. Wilson Camargo, Diretor da Fafig, em 11 de janeiro de 1989, assinado pelo presidente da FPDU Gerson Salibian, informava que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava seria a legítima

²²⁴ Segundo MEZZADRI, 2000, p. 98, “A nova proposta política (proposta pelo Governo Álvaro Dias) visava uma mudança no comportamento dos dirigentes esportivos, buscando conciliar o aspecto burocrático, o político, o científico e o filosófico.”

²²⁵ Segundo a Proposta da Política Estadual de Esporte do Governo Álvaro Dias, citado por MEZZADRI, 2000, p. 98-9,

“Diretrizes Políticas

As diretrizes políticas visam estabelecer a orientação a ser seguida pelo Plano Estadual de Esportes. Ao considerar essencial uma real alteração nos padrões políticos vigentes, o Estado preconiza uma política esportiva que defina os canais que levarão a população a uma efetiva participação. Assim a Política constitui um processo que possibilitará desenvolver o Esporte em termos sociais e educacionais, transformando-o em instrumento de afirmação política da população.

Ao não mais considerar o Esporte como veículo de manutenção de privilégios e de paternalismo essencialmente autoritário, no qual a população não vai além de mero e passivo receptor, o Estado concentrará recursos e atenção nas ações que substituirão os programas de eventos. Ao atuar integrada com outras secretarias de Estado, garantirá a efetiva participação popular.”

promotora e organizadora dos JUPs 89, a serem realizados entre 29 de abril e 05 de maio de 1989.

O ano de 1989 marcou ainda os primeiros relatos sobre eventos esportivos universitários organizados sem uma participação mais efetiva da FPDU. Segundo o ofício nº 081/89 da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, em 16 de março de 1986, o Departamento de Educação Física daquela Instituição havia realizado em setembro de 1986 os I Jogos Universitários Centro Norte do Paraná (JUCNP), com a participação das Instituições de Ensino Superior de Rolândia, Araçongas, Jandaia do Sul e Mandaguari. Em 1987, os JUCNP foram realizados em Mandaguari, no ano de 1988 em Araçongas e em 1989 seriam realizados em Jandaia do Sul.

Além desse, consta nos arquivos da FPDU convite para a abertura oficial dos IX Jogos Acadêmicos do Sudoeste, que seriam realizados de 28 de abril a 01 de maio de 1989 em Guarapuava. Estes são relatos de organizações independentes da FPDU que não deixam de ser uma manifestação esportiva universitária de alto nível, pois envolviam as seleções universitárias de cada Instituição de Ensino Superior.

Apesar de não haver uma movimentação aparente na FPDU naquele ano, a tentativa de levantar financiamento junto ao Estado continuava. O ofício 0761/GAB/89, assinado por Edson Gradia, Secretário Especial de Esporte e Turismo, em 14 de julho de 1989, informava que em resposta ao ofício de 04 de julho de 1989, a Pasta não dispunha de recursos.

Os JUBs de 1989 foram realizados em São Luis – MA, de 26 de julho a 05 de agosto de 1989. Foi uma promoção do Governo do Estado do Maranhão, CBDU, Federação Maranhense de Esportes Universitários (FAME) e SEDEL. A delegação paranaense contou com 85 pessoas, sendo sete dirigentes, que alcançaram o 3º lugar geral na competição.

Ainda no ano de 1989, encontramos do arquivo da FPDU, o projeto de realização do II Campeonato Brasileiro Universitário de Karatê, em Curitiba, no dia 09 de dezembro de 1989. Citava que o I Campeonato Brasileiro Universitário de Karatê

havia sido em São Paulo, no ano de 1988. O projeto buscava patrocínio junto a empresas para despesas com alimentação dos atletas.

Destacamos no ano de 1990 a aproximação da FPDU com a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da concretização dos II Jogos Abertos Universitários de Curitiba, uma realização da FPDU e Prefeitura Municipal de Curitiba, de 16 a 25 de março. Foram disputadas as modalidades de Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol, com cerca de 1300 participantes²²⁶. Além deste, o I Campeonato de Basquetebol Universitário de Curitiba, nos meses de maio, junho e agosto de 1990, organizado pela FPDU, com apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba, Federação Paranaense de Basquetebol e o jornal Gazeta do Povo.

Naquele ano ocorreu também em Curitiba o II Campeonato Brasileiro Universitário de Xadrez, 23 a 26 de agosto de 1990, com oito federações participantes, sendo 18 atletas masculino e 3 feminino. O evento foi classificatório para o mundial que seria realizado na URSS. A ida dos atletas ao mundial deveria ser feita pelos próprios enxadristas já que a CBDU não dispunha de recursos. O prof. Gerson Salibian, presidente da FPDU, na ocasião foi convocado como técnico da equipe brasileira que disputaria os Jogos Mundiais Universitários de Xadrez, de 13 a 26 de outubro, na cidade de Odessa – URSS

Na composição da diretoria da CBDU no ano de 1990, consta o nome de Douglas Julio T. Reinaldim como diretor técnico da entidade, mostrando o prestígio e força dos paranaenses a nível nacional, confirmado segundo relato do próprio Douglas Reinaldim:

... a partir de 1973, como diretor técnico da FPDU eu levava nas reuniões, nas assembléias que eu participava no Rio de Janeiro. E eu levava planos para a modificação de modos das fórmulas de disputa. Ia aperfeiçoando e dá-lhe coisa e fui indo. Assim, assim, assado até que chegou numa assembléia do Rio de Janeiro foi apresentado meu nome por algumas federações pra derrubar o diretor técnico do Rio de Janeiro, o Quintanilha. E daí quando foi feita a votação, sem eu fazer campanha, eu perdi por diferença de um ou dois votos. Daí o pessoal da CBDU sentiu que eu tinha força. E que o Paraná estava a favor e tudo. E daí o

²²⁶ Participaram dos II Jogos Abertos Universitários de Curitiba: Engenharia Civil Federal (campeão masculino); Engenharia Elétrica CEFET; Agronomia Federal; Educação Física PUC (campeã feminina e geral); Direito Federal; Engenharia Química Federal; Medicina Veterinária Federal; Direito Curitiba; Engenharia Mecânica Federal; Administração FAE; Administração Positivo; Educação Física Federal; Processamento de Dados; Administração FESP; Comunicação Social PUC; Administração Rural Positivo; Comercio exterior FESP; Pedagogia Positivo.

peçoal já me convidou para que eu participasse, até que uma hora me convidaram pra diretor técnico pra essa diretoria.

.....
Foi assim um processo lento, de uns 10 anos. E diferentes pessoas que foram empurrando até que eu consegui chegar lá no cargo de diretor técnico.²²⁷

Os JUBs 1990 experimentaram uma nova forma de disputa, em três etapas. A 1ª etapa foi realizada em Florianópolis – SC, de 05 a 09 de setembro de 1990, sendo uma promoção da CBDU e da Federação Catarinense de Desportos Universitários, contando com a colaboração do Governo do Estado de Santa Catarina, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Delegacia do MEC em Santa Catarina e Universidade Federal de Santa Catarina. A disputa contou com 16 federações participantes.

A 2ª etapa foi no Rio de Janeiro – RJ, de 23 a 30 de setembro de 1990. Uma promoção da CBDU, Federação Universitária do Rio de Janeiro e Faculdade Castelo Branco, com o patrocínio da empresa estatal Petrobrás S.A. Nesta ocasião ocorreu um fato determinante para a decadência do esporte universitário brasileiro, segundo relato do prof. Douglas Julio Toppel Reinaldim:

... 1990 que teve os Jogos lá no Rio de Janeiro, na Universidade Castelo Branco, foi muito mau. Já começou ali a decadência. O esporte universitário com a Lei Zico, o Zico que era ministro da... não era ministro, era quem mandava no esporte nacional, não sei qual era a sigla. O Zico que era, e ele foi vaiado na universidade Castelo Branco no dia do desfile, que era do governo Collor. E daí em diante começou meio de o esporte universitário ser relegado. Aquela vaia no Zico infelizmente prejudicou o esporte universitário.²²⁸

A 3ª etapa realizou-se em São Paulo, de 26 a 28 de outubro de 1990, sendo uma promoção da CBDU, Federação Universitária de São Paulo, com a colaboração da Secretaria Especial de Esporte da Presidência da República, Secretaria de Esporte e Turismo de São Paulo e as empresas Center Norte S.A., Casa 2 Irmãos, Construtora Andrade Gutierrez e Construtora CBPO.

Esta formula de disputa visava diminuir os custos já que a CBDU vinha recebendo menos verbas do Estado:

Aconteceu o fato que a CBDU passou a não ter mais acesso as verbas. Aqueles Jogos Universitários no modelo antigo, onde todos os estados levavam suas seleções é... pra um determinado lugar, acabaram fazendo com que fossem feitos torneios em determinados lugares para diminuir despesas e a participação não foi assim unânime. Foram poucas

²²⁷ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

²²⁸ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

federações participando. Então eu fiz jogos de futebol em Vitória, em Curitiba era xadrez, fiz em Florianópolis tênis de mesa, atletismo também em Florianópolis, não lembro mais. Em alguns lugares que foram sendo feitos os Jogos assim de uma maneira não total como tinha antigamente. Determinadas entidades faziam determinadas modalidades. Daí isso a partir de 90 no Rio de Janeiro e dali pra frente que começou a fazer.²²⁹

A ano de 1990 também marcou o afastamento de Douglas Julio Toppel Reinaldim da diretoria da FPDU e do esporte universitário. Quando perguntado porque se afastou:

Olha eu... não sei porque. O que acontece é o seguinte: em 1990 eu fui diretor técnico da CBDU, daí em 91 também. Acho que foi 89, 90 e 91. Mas daí tinham as Universiades em Wosdlow, na Inglaterra. E daí era pra que eu fosse. Mas o problema que só ia eu do Paraná. Daí eu não quis ir. Só pra ir pra lá e voltar não valia a pena. Daí eu abri mão e dali em diante eu não quis mais. Depois eu fui pra Europa por minha conta. Daí acho que meio que desmotivou e dá-lhe coisa. Inclusive uma das causas foi que em 1990 que teve os Jogos lá no Rio de Janeiro, na Universidade Castelo Branco, foi muito mau.

.....
Ele não estava sendo visto com bons olhos e dali em diante parece que eu também me des motivei um pouco. Já fazia 20 anos e daí eu deixei.²³⁰

Assim como Luiz Orlando Borges Albuquerque: “Então eu fiquei até 90. 90 eu... houve uma renovação da diretoria da CBDU e naquela época eu não tive mais interesse em estar vinculado por questão de interesses particulares”²³¹.

3.4. OS ANOS DE 1991 E 1992

Contrariando o que previa o estatuto na FPDU, ao fim do mandato da Diretoria 1988/90, parecem não ter sido realizadas eleições para a direção da entidade. Isso porque os ofícios do arquivo da FPDU em 1991 ainda estão assinados pelo presidente Gerson Salibian.

O primeiro documento referente ao ano de 1991 encontrado é um projeto para a realização dos XXXIX JUPs, de 25 a 31 de maio de 1991, em Curitiba. Este projeto visava buscar patrocinadores para o evento, que teria um custo total de Cr\$ 3.024.700,00.

²²⁹ Id. ibid.

²³⁰ Id. ibid.

²³¹ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Acreditamos que a busca de patrocinadores para o JUPs não obteve sucesso, uma vez que a FPDU buscou o auxílio de políticos de Curitiba para viabilizar a realização dos Jogos. Carta ao Sr. Marcos Valente Isfer, vereador da cidade de Curitiba, em 17 de maio de 1991, solicitava dois ônibus para transporte interno dos atletas oriundos do interior, material de expediente para confecção de boletins e 2000 folhas de papel para cópias de xerox, em virtude da realização dos XXXIX JUPs.

Outra carta, agora ao Vereador Sr. Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara dos Vereadores da cidade de Curitiba, em 17 de maio de 1991, solicitava: auxílio no pagamento da alimentação dos atletas oriundos do interior; premiação da competição, em virtude da realização dos JUPs 1991 em Curitiba. A justificativa para tal pedido era a recusa, por parte do governo do Estado, em apoiar os JUPs: “tal solicitação prende-se ao fato que, a Secretaria de Esportes do Estado, não prioriza o esporte universitário. Diante deste fato, qualquer auxílio recebido será de grande valia a esta Federação”²³².

Os JUPs foram realizados com uma quantidade reduzida de Instituições participantes, apenas oito: Faculdades Positivo, CEFET, FESP, PUC, UFPR, Evangélica de Medicina, Unicentro e Tuiuti. Destas, apenas a Unicentro não era proveniente de Curitiba, sendo representante única do interior do estado. Na comissão que organizou os JUPs velhos conhecidos do meio, como Ney Pacheco, Hélcio Porrua, Luiz Ferreira França Filho, Douglas Julio Toppel Reinaldim e Ney de Lucca Mecking, entre outros.

Antes, também o ofício nº 16/91 da FPDU, pedia auxílio a Câmara Municipal de Curitiba (a/c Sr. Horácio Rodrigues, presidente da casa). Tal ofício, em 19 de fevereiro de 1991, solicitava premiação e arbitragem para os III Jogos Abertos Universitários Metropolitanos de Curitiba. O ofício citava que os I Jogos contaram com a participação de 672 atletas, em 1989 e 978 atletas de 21 cursos das Instituições de Ensino Superior em 1990, na sua 2ª edição. A previsão para os III Jogos, em 1991, era de 2.300 atletas. Consta no ofício que os encargos da competição seriam assim divididos: a parte técnica em conjunto o Departamento de Esportes e Recreação da Prefeitura e a FPDU, a arbitragem e premiação por conta da FPDU. Como a FPDU não

²³² Carta ao Vereador Sr. Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara dos Vereadores da cidade de Curitiba, em 17 de maio de 1991.

dispunha de recursos, solicitava, através do ofício, apoio da Câmara Municipal de Curitiba para premiação e arbitragem no custo total de Cr\$ 532.820,00.

Nos chama atenção a relação de cordialidade entre a FPDU e a Câmara Municipal de Curitiba, em especial com o seu presidente vereador Horácio Rodrigues. No ano de 1991, exatamente no dia 17 de setembro, o referido vereador apresenta requerimento a mesa diretora da Câmara, votos de efusivas congratulações e intenso júbilo para a Diretoria da FPDU, pelos 50 anos de existência. Antes, em 1989, o mesmo vereador apresentou requerimento ao Executivo Municipal para que fosse incluído no orçamento do município para 1989 auxílio financeiro de Cz\$ 200.000,00 para a FPDU.

Esta direção dada pelo legislativo municipal de Curitiba confronta com as novas determinações do executivo federal. O ofício circular PR/SEDES/DEPRO/nº 006/91 da Secretaria de Desportos, em 28 de fevereiro de 1991, assinado por Antonio Simões da Costa, secretário interino, à CBDU, destaca que:

Reverendo a trajetória de dificuldades que precisamos vencer no presente exercício em função das medidas econômicas adotadas pelo governo, no combate à 'inflação', e, a partir daí, com as condições que se configuram extremamente difíceis para o presente exercício, obriga-nos a alertá-los para a adoção de caminhos alternativos que assegurem a regularidade dos compromissos assumidos com o Calendário Desportivo dessa Entidade para o ano de 1991. É importante, que essa Confederação busque, imediatamente, outras fontes de recursos para o exercício, pois, dificilmente esta Secretaria terá condições financeiras imediatas para apoiar eventos, promovidos pelas Entidades Nacionais Dirigentes do Desporto. cremos, portanto, que com as dificuldades ainda a vencer, a busca de patrocinador, é a saída mais viável para o financiamento do desporto no futuro imediato e deve ser utilizado, sobretudo, como instrumento eficaz de emancipação do esporte da tutela paternalista do Estado.²³³

Visualizamos aqui um avanço, já que a Secretaria de Desportos tomava uma posição de ruptura, alertando para a falta de recursos e entendendo a tutela do Estado como paternalista. Aponta o patrocínio como forma de captação de recursos às entidades nacionais dirigentes do esporte. Havia, no início da década de 1990, uma nova percepção com relação ao papel do Estado frente ao esporte. Isto pode ter sido influenciado pelas Legislações esportivas do final da década de 1980²³⁴, com as mudanças já citadas. Cabe verificar se esta política realmente se efetivou.

²³³ Ofício circular PR/SEDES/DEPRO/nº 006/91 da Secretaria de Desportos, em 28 de fevereiro de 1991, destinada a CBDU.

²³⁴ Portaria 236 do Ministério da Educação e Constituição Federal de 1988.

No início de 1992, uma nova diretoria assumiu a FPDU. Segundo ata de eleição e posse:

Aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e dois, reuniram-se na sede da Federação Paranaense de Desportos Universitários, sito à rua Desembargador Motta 3231, para a realização de eleição da nova diretoria da Federação Paranaense de Desportos Universitários, FPDU, para o triênio noventa e dois, noventa e cinco. Dando início a sessão, o Presidente da Entidade, Gerson Salibian, foi indicado para secretariar a Assembléia de eleição, conforme previsto no artigo 23 do Estatuto da Entidade e o Regimento Interno da FPDU no tocante a eleição. Apenas uma chapa apresentou-se e registrou-se para concorrer a Diretoria Executiva e demais cargos da FPDU, denominada Chapa Reconstrução, assim composta:

Presidente:	Tobias de Macedo
Vice-Presidente:	Ubirajara Custódio Filho
Secretário Geral:	Ramon de Medeiros Nogueira
1º Secretário:	Janelis Arins
Tesoureiro Geral:	Fabiano Archegas
1º Tesoureiro:	Winicius Valenza
Diretor Geral de Esportes:	Gerson Salibian
Tribunal de Justiça Desportiva Universitária:	Douglas Julio Toppel Reinaldim. ²³⁵

Destacamos a permanência do presidente da entidade na gestão 1988/90 (que se estendeu até 1992), Gerson Salibian, agora como Diretor Geral de Esportes, e de Douglas Julio Toppel Reinaldim, há muitos anos envolvido com o esporte universitário, ocupando cargos na FPDU, assim como na CBDU, contrariando o que havia relatado em entrevista, quando disse que deixou a FPDU em 1990.

Tão logo assumiu a direção, o grupo liderado por Tobias de Macedo preocupou-se em organizar os XL JUPs. O ofício nº 02/92, em 30 de abril de 1992, ao Secretario Especial de Esportes e Turismo, Sr. José Afonso Junior, assinado por Tobias de Macedo (presidente da FPDU), solicitava 68 lugares de alojamento no Ginásio do Tarumã para os JUPs e isenção da taxa referente a utilização do alojamento, uma vez que a FPDU não dispunha de recursos. Também o ofício nº 10/92, de 13 de maio de 1992, pedia a sessão de 300 colchões para alojamento, além de premiação para os XL JUPs: 360 medalhas e 14 troféus. No mesmo dia, mas um ofício ao Secretario de Esportes e Turismo, o de nº 11/92, solicitava apoio da Secretaria para a realização dos JUPs 1992.

²³⁵ FPDU. *Ata da assembléia geral extraordinária de eleição e posse, realizada em 03 de abril de 1992.* Curitiba.

Houve também acesso a outras Secretarias de Estado, além da Secretaria de Esporte e Turismo. O ofício nº 12/92, de 14 de maio de 1992, ao Secretario de Comunicação Social, Sr. Gilberto Serpa, assinado por Tobias de Macedo, requeria apoio da Secretaria para a realização dos XL JUPs. O ofício nº 14/92, de 20 de maio de 1992, ao Secretario do Trabalho e Ação Social, Dr. Djalma de Almeida César, solicitava a utilização dos alojamentos da Universidade Popular do Trabalho para o alojamento de atletas participantes dos JUPs, de 17 a 21 de junho de 1992, em Curitiba, que contaria com cerca de 1000 atletas.

Da mesma forma, a administração municipal de Curitiba foi chamada a auxiliar nos JUPs. O ofício nº 03/92, de 11 de maio de 1992, ao Diretor do Departamento de Educação Física da Prefeitura Municipal de Curitiba, Sr. Adilson Moraes Seixas, solicitava a utilização do Centro de Esportes Dirceu Graeser para a realização dos XL JUPs.

As ações da FPDU neste ano, ao que parece, se restringiram a organização dos JUPs, uma vez que não existe, no arquivo da FPDU, outros documentos datados de 1992, assim como não existem documentos referentes ao período de 1993 a 2000.

3.5. A FPDU PÓS 1993

Como já relatado não existem documentos referentes ao período entre 1993 e 2000 nos arquivos da FPDU. Os únicos relatos que temos sobre o período são orais. Quando perguntado se a FPDU teria fechado as portas após a gestão do presidente Tobias de Macedo, Luiz Orlando relata que:

Não, eu vou te dar o caminho que eu já descobri. Depois do Tobias, veio um tal de Babata, um japonês lá de Maringá, e ele era lutador de judô, tinha alguma ligação com a Federação de Judô. E ele pegou a FPDU e levou ela lá pra Maringá, organizou alguns eventos universitários da FPDU lá em Maringá, na área de judô. E em Curitiba ficou abandonado. Até onde eu sei, ele levou pra lá e a FPDU acabou morrendo, porque até os livros ele deixou aqui, tudo. Ele fez uma Federação mais desvinculada do passado. E aqui ela ficou mais enterrada. Daí o Adilson Seixas que era um camarada que antes também tinha um embate ideológico com a gente. Mas dentro da visão dele ele tava certo.

.....

Tá, então o Adilson Seixas, ele é alguma coisa da Católica, ele nos prejudicava muito na Federação, assim em coisinha boba. Nunca chegou a prejudicar assim de maneira como os outros. Mas a gente tinha divergências na forma de condução do esporte universitário, mas sempre gostou do esporte universitário. Então acho que ele sentiu falta, desse vácuo no esporte universitário. E ele tinha um aluno dele, o Marcelo, que trabalhava na Católica. E esse Marcelo acabou assumindo, reativando a FPDU aqui em Curitiba. Até que um grupo de pessoas que sucederam ele, que era um rapazinho de cor, não lembro o nome dele, ele é alguma coisa da Católica também, bem ativo ele. Eles pegaram uma turma e começaram a tocar os Jogos Universitários. Daí houve algum problema de pagamento, e foi aí que o Rodrigo entrou na Federação. O que me consta é que o Rodrigo fazia direito e era estagiário na promotoria, que faz a procuradoria das fundações e autarquias. E acho que foram prestar queixa contra a Federação lá na Promotoria. E como ele era estudante, ele começou a se envolver com aquilo. E como aquela denúncia contra a federação não deu em nada, o Rodrigo acabou se envolvendo e se tornando presidente. Eu não participei disso, só fiquei sabendo que houve uma cisão dentro do grupo, e o Rodrigo acabou se indispondo com parte do grupo. E daí o Rodrigo conseguiu o apoio da CBDU, que na época era o César presidente. O César apoiou o Rodrigo pelo trabalho que vinha sendo feito. Daí o Luizão de Guarapuava sabe onde o Marcelo está morando lá em Guarapuava. E o Marcelo acho que ficou 2 ou 3 anos aqui em Curitiba e ele se intitulava presidente da FPDU. O que me passaram.²³⁶

O prof. Douglas J. T. Reinaldim também atesta a paralisação do esporte universitário na década de 1990:

Daí isso a partir de 90 no Rio de Janeiro e dali pra frente que começou a fazer. E então o esporte universitário ficou parado, pelo que eu sei, não acompanhei assim pari passu, mas me parece que ficou meio parádão por um certo tempo e foi reativado só depois de 7,8 anos. O esporte ficou praticamente sem evento a nível nacional quase uma década. Parece que a década de 90 foi a década para o esporte universitário a década perdida.²³⁷

E no período pós 1993, se houve alguma movimentação da FPDU esta não foi relatada nem arquivada. Houve inclusive um descaso com a história da FPDU:

E tem outro detalhe, o acervo da FPDU tinha desaparecido. E o Rodrigo disse que não tinha mais nada. Mas quando eu passei pela diretoria nós tínhamos lá 160 agasalhos, jogos de camisa, e mais toda a parte de secretaria, móveis. Daí eu fiquei com aquilo na cabeça e quando eu estava de férias aqui em Curitiba eu fui lá onde era a sede da FPDU. Lá não tinha mais nada. A Federação de Pára-quedismo tinha ocupado. Daí eu lembrei que tinha uma portinha com cadeado no sótão. Abrimos a portinha e lá estava, todo empoeirado, todos os troféus da FPDU. E ficou lá 10 anos perdido. E aí eu pensei: onde estava a parte da secretaria, o arquivo. Daí a moça da secretaria das federações disse que tinha um arquivo morto na garagem. E achei lá o armário velho de aço da federação. E tava lá dentro todos os arquivos da federação que ficou pelo menos uns 7, 8 anos jogado. Eu falei pro Rodrigo. Ele pensou, pensou e não resistiu, foi lá e tirou todo esse material, que não sei onde está hoje. Mas eu acho que não tem nem metade do que eu consegui.²³⁸

²³⁶ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

²³⁷ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

²³⁸ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Em 2001, a FPDU retomou suas atividades através da direção do senhor Rodrigo Schmidt. Rodrigo Schmidt permaneceu no cargo até o final de 2003, quando uma chapa de consenso entre as Instituições de Ensino Superior de Curitiba e a Paraná Esporte assumiu a diretoria da FPDU, sob a presidência de Ney de Lucca Mecking.

Quando da permanência de Rodrigo Schmidt a frente da FPDU poucos documentos foram encontrados nos arquivos da FPDU. Em 2001, apenas a nota oficial nº 004/01, de 06 de julho de 2001, assinada por Rodrigo Schmidt, informando que conforme decisão anunciada na nota oficial nº 025/2001 da CBDU, os JUBs teriam sido transferidos para o período de 06 a 14 de outubro de 2001, em Brasília, diante da alegação da impossibilidade da Secretaria de Esportes do Governo do Distrito Federal assinar o convênio que repassaria os R\$ 450.000,00 destinados aos JUBs. Este documento já nos comprova que o Estado continuava a financiar o esporte universitário brasileiro.

Além desse, o relatório do Congresso Técnico para os JUPs 2002, realizado em 2001, apontava para um formato diferenciado dos Jogos Universitários Paranaenses, com a realização de regionais dos Jogos. Porém, devido ao número reduzido de inscritos, três regionais foram canceladas (Paranavaí, Toledo e Palmas), estando seus representantes automaticamente classificados para as finais. Segundo o relatório, estariam inscritas as seguintes Instituições de Ensino Superior nos JUPs 2002: FACEPAL, da cidade de Palmas, FACE, de União da Vitória, UTP, FEPAR, FACEL, PUC, FAE e FESP, de Curitiba, Dom Bosco, de Cascavel, FACILCAM, de Campo Mourão, UNIPAR de Toledo, UNIPAR de Paranavaí e Uniandradre de Ponta Grossa.

Em 2002, existe relatório dos XLII JUPs, realizados em Curitiba, no período de 1 a 5 de maio, nas modalidades de Atletismo, Basquetebol, Futsal, Handebol, Judô, Natação e Voleibol. Além desse, relatório dos L JUBs, realizado de 07 a 16 de junho, na cidade de Maceió, com as seguintes modalidades: Atletismo, Basquetebol, Futsal, Handebol, Judô, Natação, Beach Soccer, Karatê-Do, Vôlei de Praia e Voleibol.

No ano de 2003 os Jogos Universitários Brasileiros foram realizados em Curitiba. Não existe sequer um documento falando da competição. Porém ela foi

realizada, e marcada por problemas na organização, bem como pelo auxílio financeiro do governo do estado do Paraná. Também sobre este período apenas temos relatos:

Outra coisa que o pessoal não sabe é como eu entrei nos JUBs de 2003. Os JUBs iam cair na mesma data do Festival de Inverno de Antonina. Daí eu liguei pro Rodrigo 15 dias antes e perguntei se ia ter mesmo os JUBs porque eu não ouvia notícias. Senão eu ia pra Antonina. Daí eu liguei pra ele e ele falou que queria falar comigo. E ele foi lá em casa pra conversar e disse que o pessoal tava querendo desistir, que não tinha condições de fazer. Eu falei: como não tem condições? O Estado não tá no meio? Curitiba tem instalações, tem tudo pra fazer. Me levou numa reunião com uma menina da Paraná Esporte que disse que tinha que adiar. Que todo mundo tava envolvido com competição no interior. E um evento desse porte, que o último tinha acontecido em 78, nem sei como eles conseguiram trazer pra cá. E ele falou que no dia seguinte ia chegar o presidente da CBDU, e que ele tava sem carro pra buscar. E eu disse que ia no aeroporto buscar. Podia ser numa dessas um conhecido meu, que eu teria o maior prazer de recebe-lo. Daí era o Capitão Capelli, e eu conheci ele no aeroporto, e fui levar ele lá na sede, direto com o Gomyde, na Paraná Esporte. Eu não queria nem entrar, queria ficar no carro pra levar ele depois pro hotel. E ele falou pra eu entrar com ele, mas fiquei quieto no meu canto, ouvindo tudo que eles falavam, mas com toda a minha bagagem. Eles já tinham feito a vistorias dos locais, tudo. Quem ia dizer que o Estado não ia apoiar os Jogos? Ai na reunião eu vi os caras discutindo verba, e eu pensei: ainda discutindo isso? O negócio, o pessoal da Secretaria tava perdido e jogaram pro Ministério pagar. E eu acabei indo com a enchente, tava perto demais e fui levado. E o Gomyde nem sabia quem eu era. E eu acompanhei tudo. E eles queriam fazer os Jogos em 10 dias.²³⁹

Pelas palavras de Luiz Orlando Borges Albuquerque podemos ter uma idéia do nível de desorganização do evento e a aproximação das pessoas que organizavam o evento com o Estado. Douglas Julio Toppel Reinaldim faz coro com Luiz Orlando, quando perguntado se havia participado da organização dos JUBs de 2003, relata que,

Fui convidado. Fui em algumas reuniões como observador e eu frisei bastante que o que estivesse ao meu alcance eu colaboraria. Inclusive o presidente na época, o Rodrigo, veio aqui em casa uma, duas, três vezes aqui. Pediu alguns auxílios. Eu dei algumas indicações neste sentido de fazer os jogos, tudo. Mas eu não participei de nenhuma maneira como atuante dos Jogos. Não sai aqui de casa pra nada. Só através de algum telefonema e essas visitas do Rodrigo anteriormente aos Jogos. Eu não posso falar muito, mas perto dos nossos Jogos de 78, que foi um sucesso a nível nacional, um dos mais organizados da época, esse foi um fracasso.²⁴⁰

Luiz Orlando ainda faz mais alguns relatos sobre a organização dos Jogos:

Aqui o Requião liberou o dinheiro todo pro alojamento, pro hotel. Tentei reorientar as pessoas pela questão do transporte, mas eles não davam ouvido pra gente. Então eu coloquei um diretor antigo da FPDU pra organizar o alojamento, pra evitar o caos. Mas acabei tirando ele quatro ou cinco dias antes porque eu via que ia ser o caos. Era o Paulo Lopes, e eles não nos ouviam. Pra você ter uma idéia houve um movimento dos presidentes de federações quando chegaram a Curitiba.

²³⁹ Id. ibid.

²⁴⁰ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

Então o governo deu todo o alojamento, deu muito dinheiro. O Requião tinha a melhor vontade de... e o Mauricio Requião, que tava na Secretaria de Educação tava meio hesitante de fazer os Jogos. Então 10 dias antes ele falou que não ia ter os Jogos. Ele disse que não tinha condições de fazer os Jogos. Mas tinha as condições. O problema maior tava na alimentação. O nó da alimentação só foi desatado no dia que a primeira delegação chegou em Curitiba. Porque vontade tinha, mas não tinha prazo pra liberar a verba. Problema burocrático, licitação, esses negócios. Então acabamos resolvendo o problema da alimentação e da hospedagem. Daí não tínhamos transporte interno porque a prefeitura ia ficar de fora, não ia ajudar. Daí eu liguei pro procurador-geral do município de Curitiba na época, que hoje é secretário do município que é o Mauricio Ferrante. Ele foi meu diretor de futsal na FPDU e era colega meu na faculdade Curitiba. Eu disse daí pra ele que ele sabia como era, que não era uma competição política, que ele tinha ido a vários. E nós não podemos deixar a coisa morrer. Ele perguntou o que precisava? E eu disse que tinha entrado em contato com a Secretaria Municipal e eles disseram que não iam arrumar nada. Eu disse que só precisava de transporte interno e material humano, que são os professores que trabalham nas praças, preciso que liberem diária pra eles. E ele liberou. Daí o Mauricio me 'quebrou o galho', colocou a prefeitura na jogada, forneceu os ônibus. Eu não ia conseguir fazer se o Mauricio não me garantisse os ônibus e principalmente o pessoal. E olhe que trabalharam uns 14. Mas eram 14 camaradas que sabiam o que faziam a área deles lá. Indo adiante, qual foi o grande furo dos Jogos? Faltou combustível para carros pequenos pra transportar árbitros, dirigentes; faltou material de jogo, bolas, rede; e dinheiro pra pagar papel, impressora. Simplesmente porque o Ministério entrou na jogada 10 dias antes. Me reuni com o Rodrigo e com o Chicão e disse que não tinha condições de fazer os Jogos porque o Ministério tinha caído fora. O Mauricio Requião tava viajando. E a única coisa que tava certo era o alojamento, os hotéis, porque envolvia interesses da rede hoteleira. Até hoje eu não sei quanto eles gastaram com os hotéis. Então eu ia sair fora e tirei o Douglas que estava organizando a delegação do Paraná, que tinha colocado lá. Entretanto, eu não tinha legitimidade pra dizer se os JUBs seriam realizados ou não. Agora não contem comigo, porque se vocês fizerem vai ser coisa de estudante, e estudante é ousado. Agora tá na mão de vocês, mas tecnicamente eu acho que não tem condições. Daí to fora. Cheguei em casa e comentei com a minha mulher. E ela disse que eu era um irresponsável, que devia ter falado pros guris pararem com o negócio, ou se eles forem eu que fosse junto. Daí eu fiquei pensando de domingo pra segunda. E segunda o Rodrigo me liga dizendo que o Ministério ia ajudar, mas que tinha que fazer um plano de aplicação. E que ele não tinha experiência nisso e se eu podia ajudar. Daí eu voltei de volta pro negócio. Daí nós fizemos o plano e mandamos por fax pra Brasília. E daí voltou pedindo pra fazer cortes. Na terça mandamos de novo por fax e quem recebeu lá era um contemporâneo meu do esporte universitário, que foi presidente universitário lá na Paraíba que tava no Ministério. Daí eu falei por telefone com ele. E falei pro Rodrigo mandar de novo porque agora a gente tinha um cara nosso lá, que já foi presidente de federação, que já fez Jogos, e sabe como é. Daí o Rodrigo mandou na quarta-feira. E quarta eu sei que já tem gente na estrada. Quarta já tinha seis ou sete delegações na estrada, e não tinha nada. Daí quarta o Rodrigo me diz que ligaram de Brasília e disseram que não ia vir nada. E no dia seguinte ia chegar a primeira delegação. E o Mauricio Requião tava viajando, o Requião também viajando. Não tinha mais como. A única alternativa era a CBDU. Eles tão cobrando inscrição? Então eles vão ter que também pegar dinheiro de inscrição e meter nos Jogos para arbitragem, essas coisas. Então nós tínhamos casa, comida, ginásios, os locais, o transporte e pessoal. E bola? Bom, eu falei: pega o cara que tá tocando o voleibol que dá aula numa escola, pega as bolas da escola e depois devolve. Então eu acompanhei os Jogos até 2003.²⁴¹

²⁴¹ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Neste trecho da entrevista temos vários aspectos relevantes. Primeiro que o presidente da FPDU na época recorreu aos antigos diretores da Federação para organizar os JUBs. Segundo, reforça a falta de organização e profissionalismo dos organizadores, já que um dia antes das delegações chegarem a Curitiba ainda havia problemas com relação à alimentação, assim como com materiais esportivos, que foi resolvido da seguinte forma: “pega o cara que ta tocando o voleibol que dá aula numa escola, pegas bolas da escola e depois devolve”²⁴².

Segundo os pressupostos de Bourdieu é importante visualizar que cada manifestação esportiva tem seu espaço, porém as diferenças estão cada vez mais bem pontuadas. Em específico com relação ao esporte-espetáculo x esporte-amador, não se admite mais no âmbito do esporte-espetáculo traços de amadorismo, uma vez que isso representa desvantagem na concorrência interna, altamente profissional.

E nos JUBs de 2003 ficaram claros traços de amadorismo em uma manifestação esportiva dita de alto nível. Talvez por isso que Renato Marques relatou que: “O ano de 2003, em especial, foi um claro exemplo de que as coisas não andavam bem... [...]. A situação se agravou bastante durante o mês de julho, em que se realizou a 51ª edição do JUBs (Jogos Universitários Brasileiros). Os graves problemas vividos na organização resultaram no abandono de diversos atletas, quase levando a competição ao fracasso.”²⁴³

Além disso, podemos verificar que o governo estadual do Paraná e o governo municipal de Curitiba estiveram juntos apoiando o evento. É importante ressaltar que principalmente a ajuda da Prefeitura veio somente por conta dos agentes, em especial Luiz Orlando Borges Albuquerque e o então procurador-geral do município Mauricio Ferrante, que através de suas redes de relações e seu capital adquirido conseguiram com que as providencias fossem tomadas para que os JUBs fossem realizados.

Talvez a própria falta de organização dos JUBs de 2003 em Curitiba possa ter sido um dos fatores determinantes para a intervenção branca do governo federal na

²⁴² Id. *ibid.*

²⁴³ MARQUES, R. *Após ano com sérios problemas, Governo Federal articula nos bastidores e reestrutura esporte universitário para reagir em 2004*. Publicado em 26/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

CBDU e do governo estadual na FPDU. No caso do Paraná, no final do ano de 2003, uma nova diretoria assumiu a direção da FPDU, fruto de um aparente acordo envolvendo as Instituições de Ensino Superior (IES) de Curitiba²⁴⁴ e o governo do Estado do Paraná, através de sua autarquia Paraná Esporte²⁴⁵, que formaram uma chapa de consenso. Pessoas que estiveram envolvidas com a FPDU na década de 1980 retornaram em 2003, com destaque para o presidente Ney Mecking (na década de 1980 era diretor técnico de judô da FPDU) e Roberto Cavagnani.

²⁴⁴ Que vinham organizando os Jogos Metropolitanos Universitários nos últimos anos.

²⁴⁵ Autarquia do Governo estadual para o desenvolvimento do esporte e lazer do Estado do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o poder público e o esporte universitário foi o tema e ponto de partida deste trabalho. Elegemos como fio condutor da pesquisa o financiamento público do esporte universitário, uma vez que o financiamento mostrou-se como o grande ponto de aproximação entre o esporte universitário e o poder público.

No desenvolvimento da pesquisa pudemos constatar que o esporte universitário passou por várias fases. A princípio podemos destacar pelo menos quatro etapas. É importante visualizar que cada transição de uma fase a outra, teve como ator principal o Estado.

Vamos aqui relatar brevemente cada uma dessas etapas e transições. Há de se ressaltar que este não é o nosso objeto de estudo. Porém este relato nos ajudará a compreender a relação entre o esporte universitário paranaense e o poder público no período entre 1982 e 2004, principalmente com relação ao financiamento.

A primeira fase do esporte universitário no Brasil foi iniciado junto as primeiras manifestações do esporte nas Universidades, que datam do final do século XIX, no *College Mackenzie* em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Clubes como Botafogo, Flamengo e Fluminense, na época, contribuíram para o início do esporte universitário, já que detinham em suas fileiras numerosos universitários²⁴⁶.

As primeiras competições universitárias foram realizadas dentro dos próprios Estados. Em 1916 estas disputas saíram para níveis interestaduais, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros a se defrontarem.

A criação das primeiras federações universitárias deu-se nos anos de 1933 e 1934, no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. No ano de 1935 realizou-se em São Paulo a I Olimpíada Universitária do Brasil e em 1940 a segunda edição da competição, também em São Paulo. Antes, porém, ocorreu a fundação da

²⁴⁶ Histórico de todos os JUBs. *Jornal Diário do Pará*, Belém, 18 de julho de 1987. Caderno de Esportes, p. 03.

Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário, em 09 de agosto de 1939.

Esta fase é caracterizada pela organização esportiva universitária sem uma participação mais efetiva do Estado. Nota-se que o esporte universitário teve sua gênese dentro das Instituições e se organizou em um sistema federativo, sem uma interferência do Estado, ou seja, era realizado de forma independente pela sociedade.

O esporte universitário no Brasil, assim como outras manifestações do esporte na sociedade, já era praticado em suas Instituições muito antes do poder público vir a regulamentá-lo.

A primeira transição do esporte universitário no Brasil, que caracteriza a passagem da primeira para a segunda fase do esporte, se deu quando, em 1941, acompanhando um movimento geral da política nacional, o esporte foi regulamentado através de dispositivos legais²⁴⁷. A Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU), assim foi fundada em 19 de setembro de 1941, quatro dias após a assinatura do Decreto n. 3.617, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas.²⁴⁸

O modelo de desenvolvimento do esporte no Brasil foi pensando de forma a privilegiar o sistema de esportes escolar e universitário, bem como as competições esportivas de alto nível. Com isso, o Estado passou a investir no esporte universitário, principalmente com repasse de verbas a realização de disputas regionais e nacionais no âmbito universitário.

Neste período a atuação da FPDU transcendia as manifestações esportivas no meio universitário, permeando a vida acadêmica de forma geral, pois,

era comum ver a FPDU envolvida em diversas outras atividades, como promotora ou participante, tendo inclusive, em 1956, inscrito uma atleta de voleibol, Ivoni Lour – Rainha dos Desportos Universitários de 1955, como candidata ao concurso de Missa Paraná, a qual acabou por vencer o certame, sem falar em concursos, como um curioso, em 1948, de músicas, promovido em um programa de rádio intitulado ‘Quarto de Pensão’, eventos esses que mobilizavam a população da bucólica Curitiba²⁴⁹

As competições esportivas, por sua vez, só envolviam alguns cursos da Universidade Federal do Paraná. Com o passar dos anos e com a expansão do sistema

²⁴⁷ Decreto-Lei nº 3.199/41 e Decreto-Lei nº 3.617/41

²⁴⁸ ALBUQUERQUE, 2003, p. 03.

²⁴⁹ Id. ibid.

de ensino superior no Brasil, e especialmente no Paraná, as competições cresceram em tamanho e importância. Tanto que em 1975, através da Lei nº 6.251, de 8 de outubro, as Associações Atléticas Acadêmicas passaram a representar as Instituições de Ensino Superior e não mais os cursos isolados.

A estrutura do esporte nacional, porém, não sofreu alterações significativas durante as décadas de 1940 a 1980. O esporte em geral, e o universitário em particular, continuaram a se desenvolver sob a tutela estatal, recebendo verbas e auxílio por parte do Estado.

Esta é a principal característica da segunda fase do esporte universitário no Brasil: o financiamento e controle por parte do Estado, que em geral era centralizador das ações.

A segunda transição do esporte universitário começou a ocorrer, no Paraná, no início da década de 1980. Mais precisamente no ano de 1983, quando o regime militar deixa de governar o Estado, e o poder passa às mãos dos políticos do MDB. Esta questão temporal pode ter variado um pouco de Estado para Estado, mas a segunda transição foi completada no ano de 1993 com a entrada em vigência da Lei Zico²⁵⁰.

Este início da segunda transição foi relatado pelos agentes pesquisados:

Nós tivemos um prejuízo enorme logo depois que o MDB ganhou. Na verdade tinha muita gente lá, de política estudantil que de certa forma não ajudaram mais a Federação de Esporte Universitário. Eles vincularam o esporte universitário a alguma coisa que era do governo militar. Então tinha um certo estigma.

.....
Depois de 83 não vinha mais nada.²⁵¹

Ou seja, por conta do apoio dos militares ao esporte universitário, talvez por receio da capacidade de mobilização dos estudantes universitários ou pela própria característica do plano de desenvolvimento do esporte no país, os agentes de oposição que assumiram o governo relacionaram o esporte universitário aos militares e deixaram de apoiá-lo.

Douglas J. T. Reinaldim corrobora desta opinião:

²⁵⁰ BRASIL. Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993.

²⁵¹ Entrevista do Sr. Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Eu creio que houve uma mudança entre o período militar e depois (*com relação ao financiamento*). Eu esqueci de dizer um detalhe. Em 1978 nós fizemos em Curitiba ou Jogos Universitários Brasileiros, onde que participaram cerca de 3000 pessoas e o governo federal, através da ditadura mesmo, que eu acho que tinha um pouco de receio do meio universitário então sempre incentivou, como eu frisei anteriormente.²⁵²

Por conta dessas questões, bem como por questões pessoais dos agentes que estiveram no governo estadual após o ano de 1983, a participação do poder público no esporte universitário passou a diminuir, ano após ano.

Além disso, houve mudanças conceituais e legais do esporte na década de 1980 que consolidaram a separação entre o esporte amador e o esporte profissional: “Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observando: [...] III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não-profissional”²⁵³.

O esporte universitário foi caracterizado enquanto manifestação esportiva de performance. Segundo a Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987, que define normas para o desporto universitário:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A organização e o funcionamento do Desporto Universitário obedecerão ao disposto na Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, no Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, nesta portaria e nas resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos e na Legislação educacional universitária.

Parágrafo único – o Desporto Universitário tem seu campo de atuação adstrito à manifestação esporte-performance no âmbito do Sistema Desportivo Nacional, vedada qualquer interferência nas duas outras manifestações (esporte-educação e esporte-participação) definidos na Recomendação 01/86 do CND.²⁵⁴

Ou seja, o esporte universitário passa a ser caracterizado como uma manifestação esporte de alto nível, mais próxima ao profissionalismo. Porém, não havia uma organização profissional no meio que desse conta deste novo momento. Era necessária a aproximação junto à iniciativa privada, uma vez que o Estado daria prioridade de repasse de recursos ao esporte educacional.

²⁵² Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR. (grifo nosso)

²⁵³ BRASIL. Constituição Federal art. 217. 1988.

²⁵⁴ BRASIL. Portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987 (grifos nossos).

A consolidação desta segunda transição do esporte universitário se deu com a Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico, que consolidou algumas das mudanças presentes na Constituição Federal de 1988.

Douglas J. T. Reinaldim pontua as diferenças entre as décadas de 1970 e 1980 e o período pós 1993 no esporte universitário paranaense:

Olhe, eu como eu lhe falei, eu fiquei meio fora, meio desmotivado porque o grupo que nós tínhamos na FPDU era essencialmente por amizade. Um gostava do outro. Um gostava do que fazia. Um levava o outro. Nós tínhamos uma enormidade de pessoas porque um levava o outro. Então, essencialmente amigos.

.....
A exceção do Roberto que foi por causa da Federal, não era interesse financeiro e o Ney, que acredito que é a mesma coisa, os demais que eu vi lá, todos interessados em dinheiro. Recompensa pelo esforço despendido. E na nossa época não havia. Era essencialmente amador. E agora infelizmente é mais profissional. Inclusive nós fomos uma vez ajudar o Rodrigo em uns Jogos Paranaenses, que inclusive foi uma esculhambação, mas todos os diretores ganhando pra isso. Todo mundo ganhando. E na nossa época... A diferença da nossa época, década de 70, 80 e a posterior foi essencialmente amadorismo e depois profissionalismo.²⁵⁵

Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 as pessoas estavam envolvidas com o esporte universitário por conta do amadorismo, do gosto pelo esporte, na década de 1990 as pessoas se envolviam com o esporte universitário por conta do lucro financeiro decorrente do trabalho exercido. Como a estrutura do esporte universitário ainda não estava preparada para este novo momento, as pessoas acabaram se afastando. A partir daí inicia-se uma nova fase do esporte universitário brasileiro (terceira fase), onde pouca coisa foi realizada e ainda menos foi relatada e documentada:

Daí isso a partir de 90 no Rio de Janeiro e dali pra frente que começou a fazer. E então o esporte universitário ficou parado, pelo que eu sei, não acompanhei assim pari passu, mas me parece que ficou meio parado por um certo tempo e foi reativado só depois de 7,8 anos. O esporte ficou praticamente sem evento a nível nacional quase uma década. Parece que a década de 90 foi a década para o esporte universitário a década perdida.²⁵⁶

Houve tentativas de realizações no meio universitário. Porém, a falta de preparo e profissionalismo dos agentes levou ao quase desaparecimento do esporte universitário, que não conseguiu se adaptar ao novo momento, mais profissional. Tudo

²⁵⁵ Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

²⁵⁶ Id. ibid.

isso culminou com a situação caótica que se encontrava o esporte universitário em 2003:

O descrédito vivido hoje é resultado, principalmente, do péssimo ano vivido em 2003. Sem um calendário minimamente organizado, eventos foram cancelados dias antes de sua realização e os JUBs (Jogos Universitários Brasileiros), carro-chefe da entidade, sofre com problemas de hospedagem e organização. Para completar, problemas financeiros da CBDU não permitiram que o Brasil levasse as modalidades coletivas para a Universidade, a olimpíada universitária.²⁵⁷

Notemos que o período pesquisado neste trabalho (1982 a 2004) representou a segunda transição do esporte universitário no Paraná, bem como a terceira fase do mesmo, caracterizada pela falta de movimentação do esporte universitário, fruto da crise de identidade gerada pelas mudanças conceituais e legais ocorridas no final da década de 1980 e início da década de 1990.

Com relação ao período estudado (1982 a 2004), temos como principais conclusões:

- houve mudanças na relação entre o poder público e o esporte universitário paranaense, fruto das mudanças ocorridas na estrutura do subcampo e pela ação dos agentes nele inseridos;
- o Estado foi o grande financiador do esporte universitário paranaense no período, mantendo com este uma relação quase paternalista, que foi se alterando com o decorrer dos anos e de acordo com a tomada de decisão dos agentes inseridos no campo da administração pública;
- o subcampo do esporte universitário, apesar de ter sua lógica própria e estar inserido no campo esportivo, adquire características e leis de funcionamento próprias dos campos político e da administração pública, que, no limite, vão determinar as ações dos agentes no interior do subcampo;
- o capital dos agentes inseridos no subcampo do esporte universitário paranaense foram fundamentais para determinar as redes de relação e para a manutenção das posições, e os lucros decorrentes delas.

²⁵⁷ MARQUES, R. *Novo presidente da CBDU assume com a dura missão de reerguer a entidade e retomar sua credibilidade*. Publicado em 17/01/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005.

Com relação às conclusões sobre o período pesquisado, relacionando com os pressupostos teóricos de Bourdieu, entendemos que cada campo, ou subcampo tem suas particularidades e, com relação ao esporte, “a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo sendo articulada com os grandes acontecimentos da história, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica”.²⁵⁸ E isso está presente no subcampo do esporte universitário. Existe uma cronologia e uma lógica de funcionamento próprias, que não é a mesma observada, por exemplo, nas modalidades de voleibol e futebol.

Para Bourdieu, uma das tarefas mais importantes da história social do esporte é interpretar sua realidade específica, irreduzível a qualquer outra. Buscar entender porque esta prática corporal surgiu da forma que surgiu, desenvolveu uma lógica própria e hoje se apresenta como uma atividade de grande relevância no contexto social. E foi esta busca da história própria do subcampo do esporte universitário que balizou toda nossa pesquisa.

Apesar de apresentar uma lógica própria, o espaço dos esportes não é um universo fechado em si mesmo. Ele está inserido em um sistema de práticas e consumos. Ou seja, o estabelecimento de relações entre espaço da oferta – delimitado historicamente pelas práticas possíveis – e da procura – espaço destinado às disposições para as práticas. Na oferta encontra-se o espaço para os programas esportivos, no qual caracterizam-se as propriedades intrínsecas e técnicas do esporte; e na procura destaca-se o espaço das disposições esportivas – entendidas como *habitus* marcados pelas respectivas posições sociais – que, em determinada instância, são definidas pela particularidade do estado atual da oferta²⁵⁹.

Assim, o esporte universitário tem sua lógica própria de funcionamento, mesmo seguindo algumas normas gerais de funcionamento dos campos. São as posições dos agentes, seus capitais, seu potencial de poder simbólico e suas redes de relações que determinam o funcionamento do subcampo. Tudo isso influenciado por lógicas próprias do campo esportivo, mas também do campo político, do campo educacional e do campo da administração pública.

²⁵⁸ BOURDIEU, 1983a, p. 137.

²⁵⁹ MARCHI JR., 2001, p. 49.

E o último ano pesquisado (2004) foi um ano fundamental para o início da mais recente transição do esporte universitário no Brasil, mais próximo ao profissionalismo e as questões referentes ao campo levantadas por Bourdieu. Isso, porém teve início um ano antes, em 2003. Com o início do mandato do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, o esporte alcançou *status* de Ministério²⁶⁰. Dentro do recém criado Ministério dos Esportes, por sua vez, foi criada a divisão do Esporte Universitário, com a finalidade de gerenciar esta manifestação esportiva, sob a direção do Sr. Ricardo Capelli. A política adotada pelo governo federal foi a de intervir nas instituições, a fim de buscar reorganizar o esporte universitário brasileiro:

Pouca coisa mudou no cenário do desporto universitário em 2003. As mudanças, porém, principalmente as ocorridas no final do ano, trouxeram um novo alento para a organização do esporte praticado nas universidades. Pela primeira vez em muitos anos, o governo voltou, efetivamente, os olhos para as IES e decidiu criar, dentro do ministério do Esporte, um departamento para cuidar dos atletas universitários. Em dezembro, graças a uma intervenção 'branca' do ministério, a eleição da CBDU (Confederação Brasileira do Desporto Universitário) registrou a vitória de uma chapa única, de consenso, apontando para o fim dos conflitos na entidade.²⁶¹

Este fato caracterizou a mais recente transição do esporte universitário brasileiro. Apesar de a idéia inicial não ser exatamente esta²⁶², o governo federal buscou reorganizar a CBDU e vinculá-la ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a fim de viabilizar uma fonte de recursos (que já estava prevista em lei, através da Lei nº 10.264²⁶³, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Piva), e apontar para um novo modelo de financiamento do esporte universitário, que vamos chamar aqui de modelo híbrido, que alia os recursos de financiamento público a verbas provenientes da iniciativa privada.

Esta nova transição iniciou-se com a vitória de uma chapa única, de consenso, na eleição de dezembro de 2003 na CBDU. A preocupação inicial do presidente eleito da CBDU foi resgatar a credibilidade do esporte universitário:

²⁶⁰ Medida provisória 103, de 1º de janeiro de 2003.

²⁶¹ MARQUES, R. *Após ano com sérios problemas, Governo Federal articula nos bastidores e reestrutura esporte universitário para reagir em 2004*. Publicado em 26/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

²⁶² O projeto inicial previa a reorganização da CBDU, bem como ações que fomentariam as práticas esportivas no interior das Universidades Públicas, coisa que não se efetivou.

²⁶³ Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

O maior desafio é resgatar a entidade, em todos os sentidos. O descrédito da confederação hoje é grande. Veja, a eleição ocorreu no dia 19 com a posse logo em seguida. No dia cinco já estávamos em Brasília para tomar consciência da situação da confederação. A confederação, atualmente, tem dívidas no comércio, no Serasa, no SPC (*Serviço de Proteção ao Crédito*), tem cheques devolvidos. A situação é complicada do ponto de vista financeiro. E isso causa descrédito da entidade com as federações, com as IES, com os atletas e com o Governo Federal, além de afastar a iniciativa privada, os patrocinadores que dão apoio. É um momento muito delicado.²⁶⁴

O passo seguinte foi a aproximação da CBDU com o COB, que iniciou-se nos JUBs de 2004, em São Paulo:

... explica o presidente da FUPE (Federação Universitária Paulista de Esportes), Tarso Olinto. 'Depois, conseguimos fechar o tripé entre hospedagem, alimentação e transporte interno. O COB (*Comitê Olímpico Brasileiro*) disponibilizou uma parte das verbas da Lei Agnelo Piva e ajudou a custear a estrutura. Assim, todas as delegações vão ficar em hotel, evitando o problema que houve no ano passado'.

.....
A disponibilidade das entidades em participar do evento como parceiras já mostra uma mudança no panorama do esporte universitário brasileiro. Antes sem credibilidade, a CBDU conseguiu apoio governamental e de empresas privadas para concretizar a competição. 'Este JUBs de São Paulo é uma vitória de uma equipe. É uma vitória do Ricardo Capelli (*diretor do Departamento de Esporte Universitário do Ministério dos Esportes*) no ministério, vitória do apoio do Estado, da Secretaria Municipal e também pela chegada do COB, que foi muito importante', afirma Olinto.²⁶⁵

E efetivou-se através da reformulação do estatuto da CBDU, em dezembro de 2004. A reformulação representou a vinculação da Confederação junto ao Comitê Olímpico Brasileiro:

Art. 1º - A Confederação Brasileira do Desporto Universitário, designada pela sigla CBDU, filiada à Federação Internacional de Desporto Universitário, designada pela sigla FISU, e vinculada ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, criada pelo Decreto Lei no. 3.617, de 15 de setembro de 1941, em substituição à Confederação Universitária Brasileira de Desportos, fundada em 09 de agosto de 1939, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, e constituída pelas Entidades filiadas de administração estadual do desporto universitário, todas com direitos iguais, no território brasileiro.²⁶⁶

Os JUBs, então em 2005 passaram a se chamar Olimpíadas Universitárias e consolidou a parceria entre a CBDU e o COB:

²⁶⁴ Luciano Cabral (presidente da CBDU) citado por MARQUES, R. *Com a CBDU vivendo uma das piores crises de sua história, nova diretoria já começa a se movimentar*. Publicado em 17/01/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005. (grifos no original).

²⁶⁵ MARQUES, R. *JUBS 2004 é prova de fogo para nova CBDU*. Publicado em 09/07/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005. (grifos no original).

²⁶⁶ CBDU. *Estatuto*. Porto Alegre, 11 de dezembro de 2004.

A partir de 2005, as Olimpíadas Universitárias inauguraram uma nova era para o esporte universitário brasileiro. Fruto de uma parceria de oito anos (dois ciclos olímpicos) entre o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), o evento passou a substituir os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Até a 52ª e última edição dos JUBs, em São Paulo, em 2004, a competição era realizada pela CBDU e pelo Ministério do Esporte, com apoio dos Governos e das Federações Universitárias dos estados que recebiam as disputas.

As Olimpíadas Universitárias, reunindo atletas entre 18 e 28 anos, são um evento anual, com etapas estaduais e nacionais. A organização nacional do evento é de responsabilidade do COB e da CBDU. As etapas estaduais são organizadas pelas Federações Universitárias de cada estado, com apoio do COB e da CBDU. Nas seletivas estaduais, são definidas quais universidades representarão seu estado em cada uma das modalidades a serem disputadas na etapa nacional. Para a realização da etapa nacional, o Comitê Olímpico Brasileiro utiliza os recursos da Lei Agnelo/Piva, com base no percentual destinado ao desporto universitário.²⁶⁷

Além dos recursos provenientes da Lei Piva (que tem um caráter estatal), o COB designou como parceiro da iniciativa privada a empresa Golden Cross, ligada ao ramo de saúde. O evento teve ainda cobertura intensa da mídia, através da rede Globo de televisão. Isto veio a concretizar o modelo chamado aqui de híbrido, caracterizado pela comunhão de verbas provenientes do Estado e da iniciativa privada.

E este é o mais novo momento (quarta fase) vivido pelo esporte universitário no Brasil. Acreditamos que este modelo, apesar de não ser o ideal, representa um avanço em termos de relação entre o público, o privado e o esporte. Este avanço se dá pela aproximação com a iniciativa privada, pela presença da mídia e dos agentes financiadores.

A implantação de uma gestão profissional e a valorização das IES²⁶⁸ nos Jogos pode fazer com que o esporte universitário passe a viver um momento condizente com as novas tendências do esporte mundial: a aproximação com o mundo dos negócios e desvinculação do Estado.

²⁶⁷ Comitê Olímpico Brasileiro. *Olimpíadas Universitárias*. Publicado em 12/10/2005. Disponível em <www.cob.org.br>. Acesso em 15/09/2005.

²⁶⁸ “Em relação aos jogos, a CBDU optou por implantar uma alteração no regulamento. A partir desse ano, não será mais permitida a participação de seleções. Todos os jogos serão disputados por equipes diretamente ligadas à instituições de Ensino Superior. ‘O regulamento mudou um pouco. Ainda não é o ideal, não é o que queremos para a CBDU. Mas nessa edição, o JUBs já será feito por instituição. Apenas universidades, não serão mais permitidas seleções estaduais’, afirma Cabral.

No caso de modalidades que serão seletivas para torneios mundiais, 50% dos atletas podem pertencer a outra instituição. Quando a modalidade não for seletiva, esse número cai para 30%. Com isso, a CBDU pretende fortalecer as equipes que representam o país em competições internacionais ao mesmo em que preserva a imagem da instituição.” MARQUES, R. *JUBS 2004 é prova de fogo para nova CBDU*. Publicado em 09/07/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005.

Por outro lado, o dinheiro público continua a financiar o esporte universitário, via repasse de verbas ao COB. Neste sentido que o modelo ainda não é o ideal, mas que gradativamente pode vir a ser caso desvincule-se totalmente do Estado, que atuaria apenas como regulador.

Faz-se necessário visualizar as características mais recentes inerentes ao campo esportivo, como a consolidação progressiva de profissionais na produção de bens, serviços e espetáculos esportivos, marcados por interesses específicos, concorrência e correlações de força. A lógica relativamente autônoma do campo da produção de bens e serviços esportivos e, mais precisamente, o desenvolvimento, no interior deste campo, de uma indústria do espetáculo esportivo que, submetida às leis da rentabilidade, visa maximizar a eficácia e o lucro²⁶⁹. Isso acarreta a necessidade de um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar e racionalizar o processo de treinamento dos atletas e venda do produto, do espetáculo. Esse fato tem levado a um considerável distanciamento entre profissionais e amadores, esporte-espetáculo e esporte-comum²⁷⁰. Não há mais espaço para o amadorismo dentro de um universo altamente profissional.

Importante frisar aqui que apesar de Bourdieu levantar a questão de que não há espaço para o amadorismo dentro do esporte profissional, isso ainda ocorre no esporte brasileiro. Devemos interpretar que este é um processo que está em rumo, mas que não se efetivou completamente ainda. E isto está presente na mais nova transição do esporte universitário brasileiro. É uma fase de mudança com o foco na aproximação com o mundo dos negócios, altamente profissional.

Visualizando as quatro etapas do esporte universitário no Brasil, bem como as transições de uma fase a outra verificamos que o Estado sempre esteve presente na organização do esporte universitário no Brasil, sendo o principal responsável pelas mudanças na estrutura e na transição de uma etapa a outra.

Com relação à direção eleita para compreender a relação entre o poder público e o esporte universitário – o financiamento –, pudemos constatar que este é o grande ponto de aproximação entre ambos. Durante o período estudado o

²⁶⁹ BOURDIEU, 1983a, p. 145.

²⁷⁰ MARCHI JR., 2001, p. 51.

financiamento público não deixou de existir; apenas apresentou nuances decorrentes das relações estabelecidas entre os agentes envolvidos no sub-campo do esporte universitário, bem como os agentes dos campos político e da administração pública.

Podemos concluir então que o Estado esteve e está diretamente relacionado com o desenvolvimento do esporte universitário no Brasil, principalmente por manter com este uma relação de interdependência, representado principalmente pela questão econômica, através do financiamento público. Porém, este não é o único fator de aproximação entre ambos, haja vista que esta relação é permeada por interesses pessoais e políticos dos agentes envolvidos na relação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. O. B. A. **As manifestações do desporto universitário paranaense no período 1975-1993**. Curitiba, 2003. Monografia (Especialização em Administração Esportiva) – Universidade do Esporte.

_____. **Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo**. Curitiba, 28 de setembro de 2005.

ARQUIVO DA FPDU, Curitiba. **Ofícios e documentos enviados e recebidos pela Instituição (1982 a 2004)**.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983b.

_____. **Pierre Bourdieu: sociologia / organizador [da coletânea] Renato Ortiz; (tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi)**. – São Paulo: Ática, 1983c.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983d.

_____. O capital social: notas provisórias. *In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. Os três estados do capital cultural. *In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. **O poder simbólico / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 421**, de 11 de maio de 1938.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199**, de abril de 1941.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.617**, de 15 de setembro de 1941.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.342**, de 25 de março de 1943.

BRASIL. **Lei nº 6.251**, de 8 de outubro de 1975.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 80.228**, de 25 de agosto de 1977.

BRASIL. **Portaria nº 236 do Ministério da Educação**, de 08 de abril de 1987.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

BRASIL. **Lei nº 8.672**, de 06 de julho de 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.264**, de 16 de julho de 2001.

BRASIL. **Medida provisória 103**, de 1º de janeiro de 2003.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1986.

CBDU. **Estatuto**. Porto Alegre, 2004.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1987.

ELIAS, N.. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 1980.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V. 1 – 2. Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. V. 2 - 2. Ed. - Rio de Janeiro: J. Zahar 1992.

FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

FPDU. **Estatuto**. Curitiba, 1977.

_____. **Ata da reunião da Diretoria realizada em 09 de agosto de 1983**. Curitiba, Livro de Atas, p. 30 verso.

_____. **Ata da reunião da Diretoria realizada em 12 de dezembro de 1983**. Curitiba, Livro de Atas, p. 33 verso.

_____. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 1985**. Curitiba, Livro de Atas, p. 46 verso.

_____. **Ata da assembléia geral extraordinária de eleição e posse, realizada em 03 de abril de 1992**. Curitiba.

GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Norbert Elias: A política e a história**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 2001.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LUCENA, R. **O esporte na cidade**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. **Elias – individualização e *mimesis* no esporte** in *Esporte, História e Sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARQUES, R. **Após ano com sérios problemas, Governo Federal articula nos bastidores e reestrutura esporte universitário para reagir em 2004**. Publicado em 26/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

_____. **Com a CBDU vivendo uma das piores crises de sua história, nova diretoria já começa a se movimentar**. Publicado em 17/01/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005.

_____. **Governo toma a frente e coordena reforma do esporte universitário brasileiro. Mudanças animam setor para 2004**. Publicado em 31/12/2003. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 10/09/2003.

_____. **JUBS 2004 é prova de fogo para nova CBDU**. Publicado em 09/07/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005.

_____. **Novo presidente da CBDU assume com a dura missão de reerguer a entidade e retomar sua credibilidade**. Publicado em 17/01/2004. Disponível em <<http://www.universiabrasil.net>> Acesso em 20/09/2005.

MARTINS, D. J. de Q. **O processo decisório na formulação e implementação de políticas públicas no campo do esporte no estado do Paraná**. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos** / Tim May: trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO FILHO, A.. **Nova lei de desporto comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais.** Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1994.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social** / Louis Pinto; tradução Luiz Alberto Monjardim. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo futebol-empresa.** Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

PRONI, M. W.; LUCENA, R. de F. **Esporte: história e sociedade** / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas: Autores Associados, 2002.

REINALDIM, D. J. T. **Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo.** Curitiba, 22 de outubro de 2005.

TUBINO, M. J. G. **Uma visão paradigmática das perspectivas do Esporte para o início do século XXI** in MOREIRA, W. W. *Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI.* Campinas: Papius, 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos – 9 vol.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

APÊNDICE 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS

Como estudante de mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte, sendo orientado pelo professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri, estou conduzindo o trabalho intitulado: **“ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE E SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO”**.

A problemática central do trabalho é entender a relação entre o esporte universitário paranaense e o poder público, tendo como base o período compreendido entre 1982 e 2004.

A opção por entrevistá-lo (a) se deu a partir do levantamento que fiz com relação às pessoas que estiveram envolvidas na diretoria da Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) no período mencionado.

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri e Fernando Augusto Starepravo

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo **“ESPORTE UNIVERSITÁRIO PARANAENSE E SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO”**. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento para participar ou não do estudo. Qualquer dúvida sobre o estudo ou sobre este documento pergunte ao pesquisador com que você está conversando neste momento.

- **OBJETIVO DO ESTUDO**

Entender como se deu a relação entre a Federação Paranaense de Desporto Universitário (FPDU) e o poder público no período de 1982 a 2004, a partir do viés do financiamento público para o esporte universitário.

- **PROCEDIMENTOS**

Ao participar deste experimento, você se compromete a responder as questões referentes ao período que esteve envolvido com a Diretoria da FPDU. Caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado. O registro da entrevista será feito com o uso de gravador, que *a posteriori*, será transcrito pelo próprio entrevistador-pesquisador, utilizando as mesmas palavras dos entrevistados, sem resumo, mas considerando, para a redação do texto final da dissertação, exclusivamente partes da entrevista que possam ser exploradas em relação ao conteúdo do trabalho. Para efeito de registro, disponibilizaremos em anexo ao trabalho, o texto integral das entrevistas.

- **BENEFÍCIOS**

Este projeto visa melhorar a compreensão sobre o desenvolvimento do esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público via financiamento do esporte.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA**

A sua participação neste estudo é *voluntária* e você terá plena e total liberdade para desistir do estudo a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo para você.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Você pode e deve fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Fui informado que este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas e que no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores deste projeto, poderei procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná.

Diante do exposto acima eu, _____ abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se eu assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

Curitiba, ____ de _____ de 2005

Sujeito

RG

Pesquisador

RG

APÊNDICE 3 – TEXTO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM EX-MEMBROS DA DIRETORIA DA FPDU

Entrevista com Luiz Orlando Borges Albuquerque, em 28 de setembro de 2005, em Curitiba – PR.

Nome completo do senhor?

Luiz Orlando Borges Albuquerque

Qual a formação que o senhor tem?

A minha formação é em direito, eu me formei em direito, jurídico.

Qual o período que o senhor esteve na FPDU, envolvido?

Estive de... fui presidente em 82 e 83, mas entrei na FPDU em 78, 1978 e fiquei das mais diversas formas até 1990. Eu nesse período estive vinculado a Federação porque eu quando deixei de ser presidente, eu fui para o Superior Tribunal de Justiça da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, depois por mais dois jogos brasileiros, acho que foi em 87 em Belém e 89 em São Luiz do Maranhão, participei da Junta Disciplinar Temporária, da comissão, faziam o tribunal dos Jogos. Então eu fiquei até 90. 90 eu... houve uma renovação da diretoria da CBDU e naquela época eu não tive mais interesse em estar vinculado por questão de interesses particulares.

E anteriormente o senhor já estava na FPDU e em 82...

Eu entrei na FPDU através da minha faculdade, a faculdade de Direito de Curitiba e nós tínhamos o esporte interno, pra uma faculdade do porte dela, na época tinha mil alunos, né? Nós tínhamos um esporte universitário bem atuante e... e nós mantínhamos os campeonatos internos, uma ou outra modalidade, nós participávamos dos eventos esportivos na cidade e em função disso o, em 1978 ia haver a eleição para diretoria da FPDU e naquela época uma das poucas faculdades com direito a voto era a Direito Curitiba e... na época eu participei da formação da chapa, mas o presidente da Atlético, na época era o Eraldo Kischter, que participou da reunião com os pretendentes à formação de uma chapa única e eu fui colocado como 1º tesoureiro. Fiquei como 1º tesoureiro durante três anos da Federação. O mandato da diretoria na época eram três anos. Então quando terminou o mandato na condição de 1º tesoureiro, como não tinha outro para assumir a Federação, não havia muitos pretendentes, inclusive com condições de dirigir a Federação, acabaram sugerindo meu nome e eu acabei aceitando, sem saber que isto iria tomar mais oito anos da minha vida. E eu pensei, quando aceitei, em ficar somente um ano e depois pra sair e entrar o vice-presidente, passar a transição porque era uma fase política difícil. Porque em 82 iria ter a eleição para governador do Estado, direta, né? E era quase que, digamos assim na época, a idéia que o MDB iria ganhar a eleição. Então como eu tinha um trânsito bom na política estudantil em todos os partidos eu até na ocasião, eu achei que seria boa, recomendável para tentar fazer com que a Federação de Esporte Universitário não acabasse se politizando e trazendo prejuízo mais tarde para entidade é, coisa que não aconteceu. Nós tivemos um prejuízo enorme logo depois que o MDB ganhou. Na

verdade tinha muita gente lá, de política estudantil que de certa forma não ajudaram mais a Federação de Esporte Universitário. Eles vincularam o esporte universitário a alguma coisa que era do governo militar. Então tinha um certo estigma. E por outro lado o pessoal não entendia nada de coisa nenhuma. Então era difícil saber enfim, o que era o esporte universitário no contexto desportivo. Até descobrir iria terminar o mandato. Pode fazer outra pergunta.

Neste sentido, passando um pouco esta questão do funcionamento da FPDU. Consta nos documentos muita coisa relacionada aos JUPs e JUBs. Além disso, existiam outras ações da FPDU. Até porque o senhor escreve que anteriormente...

É, existiam tentativas, né? Na verdade o esporte universitário tem um problema muito grande que é o seguinte: que como ela é uma federação eclética, ela lida com todas as modalidades de esporte, então a... na verdade, pra FPDU funcionar de maneira, assim ideal, ela teria que ter um quadro de pessoas vinculado a ela muito grande. E como trata-se sempre de voluntários, a FPDU nunca remunerou ninguém. As únicas pessoas que foram remuneradas a... pela Federação em eventos de esporte universitário são os árbitros contratados para tocarem as partidas e tirando os árbitros, uma pessoa ou outra que a modalidade exige, né? A circunstancia da modalidade exige. O resto, os diretores, as pessoas todas que trabalham na infra-estrutura sempre trabalham de maneira voluntária. O que sempre foi possível fazer o esporte universitário, a... nessa proporção que era, era justamente pelo número enorme de voluntários que nós tínhamos, assim de pessoas que se entregavam aos eventos, as realizações assim tem.

Só retomando o do porque o senhor assumiu naquela época e a questão partidária, mas então os partidos estiveram presentes na FPDU?

Não, não houve. O problema é o seguinte, que na época, eu estudei na época do regime militar e você não tem nem idéia do que é hoje, então pra você ter uma idéia da situação quando nós fazíamos qualquer atividade não desportiva, mas política, eu participei de várias reuniões políticas, de formar opinião, umas reuniões com relação às coisas que existiam na época, nós a cada reunião que nós saíamos, nós tínhamos medo de não voltarem para casa, de sermos seqüestrados aí por algum órgão, alguma coisa por estarmos em atividades em alguma área não permitida pelo Estado mais. Então isso aí foi, pra você ter uma idéia, a reconstrução da UNE e da UPES remonta a 1979. a eleição da UNE em 1979, o general Figueiredo, que era presidente da República, baixou um decreto meses ou semanas antes da eleição da UNE ameaçando de quem participasse da eleição da UNE estaria correndo o risco de ser expulso da faculdade e pra mim naquela época foi realizado a eleição da UNE, foi eleita a diretoria, e até um dos que disputou a eleição da UNE é até o Aldo Rebelo, que tá aí presidente da Câmara, devia ser estudante, eu não recordo. Ele era presidente por uma das chapas, não foi o que ganhou, não me recordo, mas o... dentro do esporte não existia a politização. Então pra você ter uma idéia de quem foi da minha diretoria da FPDU, as pessoas tinham suas tendências, eu tinha um vínculo mais forte com a corrente do MDB, o vice-presidente, se não me engano era PFL e, que era direita na época, o secretário-geral era do PFL, o 1º secretário era filiado ao PT, o tesoureiro-geral não se

interessava por política, o 1º tesoureiro era MDB também. O diretor geral de esportes também não tinha. Só pra você ter uma idéia do quadro. Cada um tinha sua preferência política, sua tendência ideológica, mas nós não trazíamos para dentro da Federação esta questão ideológica justamente porque nós sempre trabalhamos ali na Federação e a Federação sempre depende de quem está no poder. E não e nem por vontade da Federação, mas porque a lei determinava. Uma coisa muito importante de pessoas que não viveram aquela época e tem dificuldade de entender hoje, acontece que até a Lei Zico a atividade desportiva no Brasil era regulamentada pela lei de 1975, e pelo decreto 80228 de 77, só era considerado esporte aquela atividade que o Estado reconhecia como esporte. Então pra você ter condições de fazer qualquer evento relacionado àquele esporte, ele precisava ser reconhecido pelo Conselho Nacional de Desporto e tinha que ter uma estrutura de organização é... determinada pela lei. A partir do momento que a lei reconhecia determinada entidade como organizadora de uma atividade esportiva, ela tinha o monopólio sobre aquela atividade. Então você não poderia fazer outra atividade paralela. Não é como hoje que você pode ter duas federações de uma mesma modalidade. Até podia ter alguma coisa pirata, mas se dependesse de algum financiamento público, caberia a entidade que tinha monopólio sobre aquela modalidade esportiva. Isso até a década de 80, quando isso passou a ser relaxado, né? Naturalmente relaxado porque não existia... quando mudou a política no país, quando entrou a turma do PMDB, eles não tinham noção de como as coisas funcionavam, eles queriam mudança, mas não sabiam exatamente porque as coisas eram como eram anteriormente. Então eles inviabilizaram uma série de coisas. Você fazer esporte universitário envolve uma logística muito grande. Então não é como você organizar um campeonato qualquer. Você tem envolvimento de pessoas, de arbitragem, locais, você tem que ter, enfim... já perdi o foco do que estávamos falando.

Estávamos falando da questão política, e o senhor estava falando que era necessário ter um certo afastamento...

Justo, justo até pra não afetar esta questão de retaliação, porque sempre existia e existe até hoje, e hoje mais do que antes, né? Sempre se procurou se instrumentalizar pra finalidade políticas. O político vai lá muito mais pra aparecer do que com uma finalidade que traz benefício aos participantes e inclusive nessa época de 1980, eu brincava com as pessoas do governo que o critério para apoiar eventos era aquele que se transformasse em diária para aqueles que organizavam o esporte no estado. Quer dizer, só funcionava aquilo que tinha diária. O que não tinha diária eles não apoiavam. Então estas entidades que ficava fora das pessoas, eles marginalizavam, então porque não tinha interesse financeiro e nem político pra eles. Não tinha como os eventos sem estes interesses sobrevivessem paralelamente, assim como entidades que de certa forma, elas tiravam alguma fatia do bolo orçamentário que eles detinham.

Mas a FPDU sempre teve uma forte relação com o Estado.

Não, ela teve relação. O desporto universitário foi organizado no Brasil, depois de 1941, no governo de Getúlio Vargas, um governo forte, uma ditadura, o desporto universitário, assim como o estudantil, eles tiveram um tratamento privilegiado por parte do Estado. O Estado tinha interesse em desenvolver forte este segmento. Isso tem a ver como o

esporte se desenvolveu no mundo, que a grosso modo existiam dois modelos de desenvolvimento da atividade hoje considerada esporte. O modelo alemão, continental, do continente europeu, que eles incentivavam o esporte através dos clubes. Nós temos aqui em Curitiba, ou tínhamos o Centro de Cultura Física Duque de Caxias. Foi uma sociedade criada nos padrões que tinha na Alemanha, cujo objetivo era a pratica do desporto e da educação física. E o modelo inglês ou americano que desenvolve o esporte na sociedade através do esporte escolar, nas escolas e nas universidades. Então a partir do momento o Brasil que de certa forma adotou, em 1941 também a criação desse tipo de esporte no meio estudantil, o Estado passou a se interessar de maneira forte. Então foi criado ali em 1941, e teve que se organizar o desporto universitário e se garantir uma canalização de recursos. Então sempre existiu. Essa lei de 41 não sofreu alteração, porque se criava uma lei ou outra que não mudava muita coisa, principalmente com relação a financiamento. Até chegarmos a 1975, que vai ser revogada aquela lei de 41 e estabelece um novo sistema no Brasil. Ele de novo dava prioridade ao desporto estudantil, que seria o esporte escolar e o esporte universitário, e ao mesmo tempo garantiu o financiamento público. Então, a vinculação da Federação a verba pública, ao financiamento público, ela vem mais por força de lei do que por interesse dos universitários que estavam envolvidos com o esporte. O desporto universitário, ele não era feito só pela FPDU. A FPDU era uma entidade que organizava os universitários para os Jogos Universitários Brasileiros. Ele era feito de maneira muito forte dentro das Instituições. Então por exemplo, eu estudei em duas faculdades. Eu fiz administração na FAE e fiz a faculdade de Direito Curitiba. A faculdade de Direito Curitiba na minha época, nós tínhamos lá um torneio de futebol de salão, nós tínhamos uma média de quinze, dezesseis equipes para uma faculdade com mil alunos. E destes mil alunos, 400 eram mulheres. Então nós éramos em 500, e era um torneio que todo final de semana, todo ano o pessoal montava lá as equipes e era uma tradição, tanto que nós nunca deixamos de participar de Campeonato Universitário Paranaense na modalidade de futebol de salão. E a FPDU obviamente não tinha nada a ver com isso. O torneio a gente organizava através do diretório acadêmico e ia lá, pendurava uma faixa, e o diretório ajudava um pouco com alguma verba, e a coisa funcionava. Nós não disputávamos noutras modalidades porque não tinha material humano. Não era como na Federal que você tinha 15 mil alunos, que daí você tinha xadrez, basquete. Nós, as vezes “mal e porcamente”, nós mal conseguíamos montar um time de vôlei masculino e de basquete porque nós não tínhamos 15 alunos com um nível competitivo, e o pessoal não tinha uma habilidade muito grande nessas modalidades. Por exemplo, a Faculdade Católica de Administração e Economia, a FAE, nós chegávamos a ter um campeonato, não me recordo se em 75, 76 com 32 equipes de futebol de salão. E a média que nós tínhamos lá era entre 20 e 30 equipes. Nós disputávamos os jogos sábado porque tinha turma de manha e a noite. Tinham times formados por alunos da manhã e da noite. Existia então a ECONOMÍADES, a ECONOMÍADES era uma, um evento que acha que até hoje tem. E a única vez que a ECONOMÍADES regional aqui do Paraná foi apoiada pela FPDU, foi quando eu fui presidente, e eu tinha um transito muito grande nos cursos, eles me conheciam, e como era em Curitiba eles me procuraram. E eu acabei ajudando eles por fora, só uma orientação como conseguir local, alimentação, alojamento, essas coisas todas, setor técnico. E a INTERMED, que era paralela a

Confederação, nível nacional, a ECONOMÍADES, nível nacional. Na minha época mesmo tinha o JUPEF, que era os Jogos Paranaenses entre as escolas de Educação Física, que iniciou no período que eu estava na Federação. E aí teve sete ou oito edições e talvez existe até hoje. Existe também outros jogos tradicionais, como os jogos internos da Faculdade de Ponta Grossa, jogos que a cidade parava, né? Jogos da Primavera. A faculdade ficava sem aula por uma semana e os Jogos acontecendo. Em Londrina também tinha, e a Federação não, não atuava nesse segmento, até porque não tinha condição.

O senhor falou que a aproximação entre a FPDU e o Estado se dava pela questão legal, então essa aproximação se deu até o final da década de 80?

Olha, foi. E só não continuou porque o pessoal que assumiu o governo na época, até não sei se devo abordar isso numa fita gravada, mas eu vou... depois tem detalhes que eu não gostaria que gravasse, vou falar de pessoas. Acontece que não podemos falar de coisas, temos que falar da realidade concreta. O que aconteceu foi o seguinte: em 83 assumiu o MDB, e todo governo que assume é “quem nem cachorro que cai da mudança”, não sabe pra onde ir. Não sabe nem o local. E a atividade esportiva não pára, o calendário não pára. Então, vamos supor que o governador lá do MDB que assumiu em março. Os nossos Jogos estavam marcados para maio, dois meses. E não existia, mesmo que existisse um orçamento, o governo novo que entrou libera se quiser e pra quem quiser. E você nem sabe o que tem em caixa. O primeiro ano é o caos. Obviamente que quem tinha maior proximidade com quem entrou no governo conseguia mais fácil. Mas nós na época, eu não tive uma boa introdução com o governo novo, porque na época o secretário de esportes, o secretário de cultura e esporte que assumiu foi o Fernando Bora. Hoje ele é um político aí ligado ao PSDB. Ele nunca entendeu de esporte, ele entende de futebol de campo, que nem a gente, né? Agora da organização, da implicação de você organizar o esporte amador é muito complicado, muito difícil, depende de uma logística, de recursos que você inclusive é... você não consegue da noite pro dia. E ele reuniu todos os presidentes de federações para saber, foi lá no prédio, na sede do PMDB, e nós presidentes falamos que precisávamos de mais verbas para despesas, outro falava que precisava de uma pista para desenvolver a patinação, outro que tinha que ter uma ciclovia, não velódromo pra ser feita alguma coisa lá pra competição mundial, outro queria é, necessidades. E eu falei pro secretário o que nós precisávamos pro Estado, era a política estadual de esporte. E olhe, digo pra você o seguinte: nós não temos uma política estadual de esporte desde 82. uma política legitimada por todos os interesses das entidades esportivas do Estado. O que existe é política estadual de esportes baseado nos interesses do governo do Estado, ou seja, os eventos eles manipulavam, instrumentalizam, que são os Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, porque envolve repasse de dinheiro a prefeitura, os prefeitos envolvidos, essa coisa toda. Agora o segmento do esporte comunitário que pega os esportes federados foram marginalizados e estão marginalizados. To meio afastado do meio, mas pelo que a gente vê aí, eu acho que desde 82. o Estado olha este segmento como um segmento marginal. Vocês vão se virar do jeito que vocês bem entenderem. E estas coisas são discutíveis. Obviamente um avanço que houve aí nos últimos anos foi a questão da lei

Piva, justamente para apoiar o esporte. Agora nós caímos no mesmo esquema da lei anterior a Lei Zico. Mas veja, pra você tem um tratamento financeiro privilegiado tem que ser considerado esporte olímpico, senão você tá fora. Ai cai naquele esquema de antigamente, ou o Estado reconhece sua modalidade como esporte, se enquadra no plano nacional, ou você tá fora. Então o que eles fizeram com a Lei Piva. A lei Piva, ela reproduziu o governo militar, fortalecendo um numero x de modalidades que, me parece, fica mais a critério do Nuzman do que... recentemente, houve na Universidade do Esporte um curso de administração esportiva, anos atrás e num desses eventos, que foi tema de palestra e tudo mais, realizado pela Universidade do Esporte, eles trouxeram o Carlos Arthur Nuzman. E ele tava lá, dando uma palestra sobre o Comitê Olímpico e eu estava, o presidente da Federação na época era o Rodrigo Schmidt e ele me conheceu lá. E quando chegou na fase dos debates, curiosamente o Rodrigo tava sentado do meu lado, sem me conhecer, ele me conheceu lá. E o Rodrigo levantou e perguntou pra ele se existia no Brasil um projeto nacional de esporte e se existia, qual era ele? E o Nuzman respondeu para ele o seguinte: que isso era uma bobagem, né? E que em pais nenhum do mundo existia política nacional de esporte. E tinha lá um outro estudante de jornalismo lá, que naquela época dava assessoria para a diretoria da FPDU, ele levantou o dedo e falou: existem países onde existem projetos nacionais de esporte. Daí o Nuzman disse: cite um. E ele respondeu: Cuba. Daí o Nuzman disse: Cuba não vale. Há, há, há. Quer dizer, tem países que tem política nacional de esportes. Agora o projeto nacional no Brasil é o projeto pessoal do Nuzman, do COB. Agora pra quem não está no esporte olímpico ou que não... que está marginalizado do modelo do Nuzman. É separar uma “elitizinha”, não em termos de qualidade, no sentido de quantidade, né? Uma elite de poucas pessoas, onde é investido todo dinheiro, o dinheiro público. Qual o dinheiro que vai para fomentar a prática na comunidade, ou no nosso caso específico, no meio universitário? Quase nenhum. Porque não adianta transformar o cidadão em expectador de poltrona ou arquibancada. O investimento público aqui no Brasil tem que ser de tirar o camarada da poltrona, da arquibancada e ele ir praticar o esporte. Daí sim a atividade física traz benefício ao cidadão. Agora colocar dinheiro público para o esporte de entretenimento, daí é uma coisa incabível. Eu não sou contra o esporte de entretenimento, mas aí é coisa pra iniciativa privada. Agora não pode ter dinheiro publico, nem subsidio, porque subsidio é dinheiro público que deixa de arrecadar para alguém ganhar dinheiro. Quer dizer, o esporte escolar, assim como o universitário passa por estas questões. E foi bem o que você levantou, qual a fonte de recursos? Porque o esporte, assim como qualquer atividade humana, passa pela fonte de recurso. Agora a questão que tem que ser levada é o que é interesse público e o que não é.

Então o senhor acha que as ações da FPDU ajudavam a fomentar a prática?

Não tenha duvida. Porque as pessoas que disputavam os nossos campeonatos sonhavam em disputar o Campeonato Paranaense, integrar a seleção da Escola para depois talvez disputar o Brasileiro. Nós tivemos atletas nossos vários anos disputando o Brasileiro. Isso era estímulo para os atletas de mais baixo nível. Porque estes sofrem mais que os que tem nível.

A questão do repasse de dinheiro público às federações universitárias e a Confederação, tinha alguma coisa a ver com os universitários envolvidos constituírem uma elite?

Bom, nos estamos entrando num campo muito complexo, que envolve outras áreas e outras questões, de filosofia, política e outras coisas mais. A minha opinião é que os modelos, as teorias e os conceitos são passados para a sociedade de maneira estática e generalizada. Então, a vida não é estática e as questões não podem ser generalizadas. Então eu te pergunto: de que ponto de vista é uma elite? Eu não posso analisar o esporte universitário que existiu e que existe dentro de uma realidade que não existe. Então eu parto do pressuposto que a Universidade é uma elite intelectual por uma evolução da civilização. Ela não é uma elite econômica e financeira. Não necessariamente. Eu acho que a civilização é obra do acaso. Se por um acaso aqui no Brasil nós descobrirmos uma matéria prima de combustível renovável, nós seremos a nação mais poderosa do mundo. Nós estamos fugindo totalmente da questão. Então você pode, aqui no Brasil, o esporte universitário foi fruto do sistema, mas ele não foi criado. O esporte universitário existia antes de 41. Pra você ter uma idéia a própria CBDU foi criada antes de 41. a FPDU se você pegar jornais de 37, por aí, você já vai encontrar competições esportivas. É... matérias de jornais aí falando de competições esportivas entre universitários. E a FPDU ainda não tinha sido oficialmente fundada, você tá entendendo? Então eu divido o esporte universitário em quatro etapas. Antes de 1941; de 41 a 1975; de 75 até a Lei Zico em 93, e depois da Lei Zico. Então é um mesmo fenômeno influenciado em quatro etapas distintas e ele continua existindo, assim como o futebol, o basquete, a Federal aí continua com seu campeonato interno.

Eu falo no sentido de que o senhor, em sendo presidente da FPDU, que tinha uma ligação com a elite, tinha maior facilidade em conseguir recurso do que um presidente de federação que não estivesse ligado a essa elite?

Era questão política. Se você tivesse alguma ligação com o governo militar, você não tinha. Por mais que a mesma lei que dava apoio ao esporte universitário veio de 1975 a 1993. Então ela, a lei do período de 83 a 93 sequer foi respeitada. Ela era ignorada pelos políticos. Ela seria usada de acordo com o feitio que eles queriam para o esporte. Eu acho inclusive que no esporte escolar, o trabalho do pessoal do MDB, a partir de 83 foi espetacular. Eu acho que nunca foi feito um projeto de tanta garra como foi feito no esporte escolar. Pena que foi só no esporte escolar. E eu vou explicar pra você porque não foi feito no universitário.

.....
Então nesse sentido, eu não acho que o Álvaro Dias tinha conhecimento do que estava sendo feito no esporte escolar. Nem ele, nem o Gradia. Ele comia pelas mãos dos outros e não sabia direito. Então essa pessoa que eu citei pra você era quem trabalhava dentro da secretaria e por questões pessoais dele, antigas. Posso até estar enganado, mas a história de todos nós que vivemos esta época foi esta. Agora não foi só o governo Álvaro Dias que aniquilou com aquele trabalho que vinha sendo feito há décadas. O governo Álvaro Dias foi fundamental para acabar com algumas gerações. Agora, junto a isso veio o processo de reformulação do esporte no Brasil que culminou com a Lei do Passe, que era aquela turma que queria ganhar dinheiro com o esporte.

Então enquanto o esporte estivesse regulamentado, com federações, amarrado, eles não tinham como ganhar dinheiro. Então tinha que esculhambar. Só no caos essas pessoas iam se organizar pra ganhar dinheiro. O que acabou. Agora você vê que quem mais ganha dinheiro é empresário de jogador de futebol. Os clubes aí estão a mingua. E isso começou na década de 90, dizendo que aquilo era uma coisa retrógrada, que era coisa de fascista, coisa disso e de aquilo. E até hoje está tudo desorganizado. Eu não vejo nenhuma federação organizada. Eu não vejo aqui em Curitiba nenhum campeonato consistente, organizado. As federações, pelo que me consta, algumas pessoas se apossaram delas, como se fosse algo deles. Não abre. É um grupo e forma-se esses feudos. Hoje mais do que na época do governo militar. Porque na época do governo militar, através do CND, tinha intervenção, era proibido a reeleição, e a CND podia intervir se houvesse manobra. Hoje você tem mandato de quatro, cinco anos, e naquela época isso não existia. Então quando veio a Lei Zico, ela trouxe em seu corpo toda essa formatação que acabou desorganizando tudo. E então acho que acabou até com os Jogos Escolares aí na década de 90, e a CBDU que foi a última a capitular, ela capitulou por volta de 93, 94 e só foi retomado os Jogos Brasileiros, desorganizados, no final da década de 90, ali por 98, mas com as Federações esfaceladas. E agora que o esporte universitário está renascendo agora, eu vou ser sincero pra você, não é porque Papai Noel existe, é porque existe dinheiro lá no COB. A Lei Piva prevê um percentual, pra ser aplicado no esporte universitário que o COB reteve desde que a Lei Piva entrou, alegando que a CBDU estava com as contas sem ser aprovadas no Tribunal de Contas da União. Daí não aprovam as contas não sei porque “cargas d’água”, pra não liberarem dinheiro pra CBDU, fica no COB. Então eu lembro quando foi feito os JUBs aqui em 2003, e eu tive a oportunidade de conversar com alguns dirigentes a nível nacional aí, eles falaram que o Nuzman detinha cerca de oito milhões que pertencia ao esporte universitário, que o COB queria usar pra fazer competições nas federações, montar um esquema paralelo a CBDU pra fazer competições universitárias. Não porque eles tinham um plano de governo, mas porque eles queriam botar a mão na grana. Não queriam dar dinheiro aos universitários, com aquela história que universitário não quer nada com nada, quer brincar, fazer festa, essa coisa toda. E isso é besteira, porque nós só nos sacrificávamos. Nós éramos os que mais se sacrificavam. Você pedia 100, vinha 50. Nós tivemos um caso, se você pegar o caso do Administrador do Restaurante Universitário, que gostava muito do pessoal da FPDU. Quando tinha Jogos ele trabalhava com taxas menores do que ele tinha normalmente lá. Um conhecido lá, a gente conseguia lá com a Secretaria de Agricultura 20 sacos de arroz de doação, 10 sacos de feijão, tantos quilos de carne em outra Secretaria. E nós mandávamos direto pro RU. Daí ele fazia um cálculo lá e diminuía. E era assim que fazíamos os Jogos, o dinheiro que vinha não cobria metade dos custos dos eventos. Nós íamos pra Jogos Universitários Brasileiros, e o Estado do Paraná ajudava com muito pouco. Por exemplo, o Mauricio Fruet, no tempo que ele ficou como prefeito de Curitiba, durante dois anos, cada ano pra ir pros JUBs ele fornecia ônibus pra nós. A prefeitura de Curitiba disponibilizava ônibus para transportar atleta, né? Então porque nunca foi de uma fonte só. A gente tinha que pegar em vários lugares porque senão a coisa não acontecia. Pra você ter uma idéia, em 83 nós íamos pros JUBs, e esse ano foi fatídico, quando o MDB assumiu e eles não sabiam nada. Eu até nem culpo eles assim, porque

não era por maldade, mas por pura ignorância. Eles não sabiam como aquilo funcionava. Deviam pensar que esporte universitário era sexo, drogas e *rock n'roll*. Mas nós tínhamos bons eventos, o nível era altíssimo. O que tínhamos de melhor de atletas foram nos JUBS. Então aqui no Paraná, o que tinha de melhor estavam nos Jogos Universitários. E então o que acontecia, só pra você ter uma idéia. Cada Jogos, cada evento era uma historia diferente. As pessoas pensam que vinha financiamento, mas não era bem assim. Eles davam o mínimo pra gente começar a se virar. E ai entrava a experiência, os macetes, no sentido de saber onde fazer com menor custo, saber utilizar as pessoas que na época estavam na Universidade. Por exemplo, na minha época, na Direito Curitiba, na minha sala, estava um italiano que era presidente da Liquigás, que controlava todo o gás do Paraná e Santa Catarina. Então era um executivo que, se você chegasse do lado dele e, pra ajudar, isso ai era brinquedo. Mas no caso deles nós não usamos, não precisamos. Mas a gente tinha muitas facilidades de contatos. Talvez no esporte universitário tinha muita gente ligado, que tínhamos influencia em determinada área. Então facilitava, por exemplo, você baixar o preço de ônibus. Pra você conseguir facilitação de um custo ou outro. Por exemplo, quando eu assumi a presidência da Federação, a Gazeta do Povo, quem fazia o esporte amador lá era o Dias Lopes, e tinha lá um cantinho do jornal lá onde ele escrevia. Então conversamos com ele na época e coisa e tal, com o presidente da Gazeta, o Cunha Pereira, pra ele dar um apoio ao esporte amador, pedindo pra ele dar um espaço maior no jornal para o esporte amador. Você entende como são as coisas? Eu falei que o esporte amador precisava de maior destaque, apoio. Depois o Dias tinha quase uma página inteira lá.

Então a relação era muito mais entre as pessoas do que...

Perfeito. Então, por exemplo, a gente ia ter Jogos, mandava a planilha de custos, com arbitragem, alimentação, premiação. Enfim, vamos dizer que dava uns 500 mil. Nós mandávamos pra Secretaria e vinha 250 mil. Mas a gente sabia que vinha 250. Depois de 83 não vinha mais nada.

Mas você tinha uma verba de subvenção social, certo?

O crivo que era passado a verba na época eu não sei qual era utilizada. Mas, entrava no orçamento e, quando chegava os Jogos Paranaenses e Brasileiros, que eram os mais importantes.

Então as verbas vinham direcionadas para os Jogos?

É, pros Jogos Paranaenses e pro Brasileiros. Na época do governo militar, antes de 83, a organização nem se compara. E olha que nós éramos contra. Há, há, há. E a transparência até era maior do que hoje. Tinha uma época que tinha uma verba de subvenção de manutenção, pra correspondência, telefone, essas coisas. Mas na minha época não existia mais. Não tinha nada. Tanto é que peguei a transição. Em 82 era o governo militar e 83 era o MDB. Então no meu mandato eu estive no céu e no inferno. Eu provei das duas situações. Minha origem e tendência política era MDB no movimento estudantil. Então pro governo militar eu era oposição. E pro MDB quando assumiu, pro governo eu era ligado aos militares, por causa do esporte universitário.

Então, o negócio era o seguinte: o governo militar que o ultimo ano foi ali em 82, eu era presidente da FPDU e no movimento estudantil eu era identificado com a esquerda, na época o PMDB. E o pessoal, na época o pessoal me via com tendência política contrária a eles, inclusive porque eu não iria apoiar-os na eleição para governador do Estado. E mesmo assim eles ajudaram a Federação, com um projeto que ajudavam todas as federações. Daí em 83 quando eles assumiram, apesar de eu ter vários conhecidos no MDB que sabiam da minha tendência política, e dentro do MDB era uma briga de quadrilha, porque eles brigavam entre eles. Daí os meus conhecidos do MDB não podiam falar com a outra ala porque eles estavam em guerra por espaço no governo. Então eu de certa forma fiquei sozinho, e como o pessoal que assumiu lá da área do esporte era completamente leigo. Voltando no que eu tava te dizendo, eu pra levar o pessoal pra Belo Horizonte em 83, eu consegui um ônibus com o Mauricio Fruet (que era prefeito de Curitiba) e tinha os ônibus da Federal, esses que transportam alunos, e que inclusive não tinham condições de fazer uma viagem interestadual. Eu consegui na época convencer o pró-reitor da Universidade, na época era o Guilherme Braga Sobrinho, que havia sido presidente da Fundepar na época do governo militar. E na Fundepar ele tinha ajudado muito o esporte universitário, porque ele sabia do que se tratava. E ele conseguiu com o reitor na época os ônibus, desde que a gente pagasse as diárias dos motoristas e o combustível. Ai a CBDU que tava organizando os Jogos em Minas... a federação de Minas conseguiu o patrocínio da Coca-Cola, que eles estavam fazendo o lançamento da cerveja Kaiser. Mas acabou sendo o patrocínio da Coca porque seria antiético. Como a Kaiser era da Coca-Cola, a Coca-Cola providenciou os uniformes completos e agasalhos para todas as federações do Brasil. E eles iam entregar nos Jogos. O dono do restaurante aqui, conseguiu aqui, com a Coca-Cola daqui, uma doação de dinheiro porque a gente não ia pros Jogos. Ele conseguiu uma quantia que deu pra pagar umas 22 passagens de ônibus de linha. E eu tinha os ônibus mas não tinha dinheiro. Daí eu peguei o pessoal no norte do Paraná, reuni eles em Londrina, que dava uns 40 mais ou menos. Então como era fretado, a gente conversou pra passar por Londrina até Belo Horizonte. Então foi o Ney Pacheco, já falecido, do atletismo, ele foi com a relação dos atletas e embarcou os atletas lá em Londrina, e seguiu pra Belo Horizonte. Daí o pessoal pra sair daqui, antes eu mandei o Lincoln, que era o vice-presidente ir antes, pra chegar em Belo Horizonte e pegar os agasalhos com a comissão organizadora três, quatro dias antes, porque a última saída nossa era vender os agasalhos pra pagar o transporte. Ai a gente acertou de pagar a diária dos motoristas lá, e a Universidade encheu o tanque dos ônibus “até a boca”. E alguma coisa a gente fazia vaquinha. E lá venderíamos os agasalhos. Então eu recebi a informação que o Lincoln recebeu os agasalhos lá e soltei o ônibus daqui. Mas isso pouca gente sabe. Os atletas nem imaginam isso. Então nós fomos com um ônibus cedido pela prefeitura de Curitiba, alguns atletas foram em ônibus de linha, e os ônibus da Federal. Outra coisa que facilitou a gente lá foi que a Federação lá de Minas, eles receberam um dinheiro para pagar o transporte interno das delegações. E eles iam contratar, mas eu disse que o Paraná já tinha seu esquema. Então a gente monta o nosso esquema e vocês nos dão o dinheiro. Daí eles nos deram parte do dinheiro que iam gastar lá com o nosso transporte interno. Era pouco dinheiro, mas já pagava algumas despesas. E tinha outra coisa, muita gente no Estado não gostava da forma

com que nós trabalhávamos, porque nós fazíamos os mesmos eventos que os outros faziam, né? E o nosso custo operacional, o que o Estado gasta num Jogos é o que nós gastamos, pra mandar uma delegação pra algum lugar. Só que era o seguinte: nós gastávamos 10 e eles gastavam 200. Então a “vista grossa” sempre existiu no serviço público. Então como é que eles gastam tanto? E isso nos prejudicou. Não havia interesse que nós existíssemos porque nós éramos um pouco, do símbolo real do custo das coisas. Porque nossas viagens custavam 10% do custo que gastava o Estado na mesma viagem, e isso nos prejudicava. Agora se a gente fosse superfaturar, talvez a gente fosse forte hoje.

E com todas essas dificuldades, porque o grupo ligado ao senhor, as pessoas, o Douglas, o próprio Ney Pacheco, e o senhor, porque estiveram tanto tempo envolvidos com a FPDU?

O gosto pela coisa. Nós gostávamos de fazer aquilo, das disputas universitárias. O Douglas inclusive foi meu grande adversário dentro da Federação, mas era um adversário intelectual, até porque nossas idéias nunca bateram, mas era um debate sadio. Ele tinha uma visão e eu tinha outra. Mas ele tem um currículo como atleta e como dirigente, que aqui no Paraná eu não conheço um. Ele jogava futebol de campo no Ferroviário, daí foi fazer faculdade de Educação Física e começou a participar do esporte universitário como atleta. Ele foi vice-campeão universitário brasileiro em 71, em Porto Alegre. Então ele tem um currículo como atleta, um vencedor. Agora como dirigente ele tem uma visão mais ampla. Então nós entrávamos em discussão. Nós discutíamos.

Já que o senhor tocou no nome do Douglas, ele era membro da Federação Desportiva Paranaense e isso ajudava...

Ele não era membro da Federação Desportiva Paranaense. Ele deve ter colocado só o nome na chapa, mas não participava.

Mas eram pessoas que tinham prestígio no meio esportivo?

Não, eu não era uma pessoa com prestígio no meio esportivo. Eu entrei pela política estudantil. Eu era muito mais prestigiado na política estudantil do que no esporte universitário. Apesar de participar bastante, de gostar bastante. Então quando eu entrei, eu era desconhecido, não tinha currículo no meio esportivo.

Porque o senhor veio a renunciar a Federação?

Então, você tocou num assunto que tem a ver com o que aconteceu em 83. Em 83, quando fomos pra Belo Horizonte. A renúncia, na verdade foi uma soma de fatores. Eu me desgastei muito. Na primeira reunião com o secretário de esportes, que era o Ghignone, nós já tivemos... ele já criou uma antipatia com a minha pessoa. Totalmente por fofocas que fazem, fui taxado até como membro da direita infiltrado no movimento estudantil pra dedurar gente, e tinha essas coisas. Então nós fomos a Belo Horizonte, e eu tinha dado uma orientação pra reter os uniformes porque depois que desse pro pessoal ia ser duro vender. Como eu não sabia se os ônibus da Federal iam chegar lá, podia quebrar o ônibus, algum acidente, acontecer alguma coisa na estrada, e aí eu

não fui com a delegação. Eu só saí de Curitiba quando os ônibus chegaram lá. Porque eu era mais útil aqui do que lá no meio da estrada. E eu passei a orientação de não mexer em nada até que eu chegasse, porque era pouca gente que sabia da questão da venda dos agasalhos, porque poucas pessoas sabiam das circunstâncias. Era eu que sabia e mais uma ou duas pessoas. Mas eu tava com a situação na mão, sabia a quem recorrer em caso de algum problema. E não foi dito pro pessoal que não podia receber o material que a gente ia vender. Há, há, há. E quando cheguei lá eles tinham distribuído os agasalhos. E aí eu fiquei “puto da cara”.

Isso teve a ver com a ida do senhor para a diretoria da CBDU?

Então o processo foi... depois que aconteceram esses fatos todos em 83, uma série de coisas, eu tava meio esgotado por passar por tantas adversidades e pra própria FPDU minha renúncia seria boa, porque o vice-presidente era bem visto na Secretaria de Esportes. Ele jogava basquete e tinha algumas pessoas ligadas ao basquete na Secretaria na época que até gostavam dele. Então era bom pra todo mundo. Eu fui com o meu mandato até dezembro de 83, daí eu renunciei e em 84, mais ou menos em fevereiro, no Campeonato Mundial de Futebol de Salão, em São Paulo, eu fui convidado pelo pessoal da CBDU pra estar lá. E lá seria formada a chapa que iria dirigir a CBDU nos próximos três anos. E eu tive meu nome lançado por várias federações de outros estados, que me conheciam por ter sido presidente da Federação. E me foi oferecido fazer parte do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Eu que me formei em direito, e eu achei interessante. E os membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva eram, o Álvaro Mello Filho fazia parte, contemporâneo meu, mas era uma turma boa de juristas na área do direito esportivo que formavam o Tribunal da CBDU. Então eu achei profissionalmente bom pra mim, e, além disso, me colocava numa posição privilegiada nos JUBS porque nós tínhamos muitos problemas com a arbitragem. E nós do Paraná não tínhamos ninguém na CBDU. Então eu achei que eles sabendo que existia lá na CBDU alguém do Paraná, eles agiriam de forma diferente, porque eles poderiam ser julgados por mim. Então nos Jogos tinha a Comissão Disciplinar Temporária, e ter alguém do nosso estado lá era muito importante. A arbitragem daí não comete nenhum abuso sobre o teu estado. Então eu achava que estava estrategicamente bem colocado. E obviamente, o Lincoln na época que era o vice. Na verdade tinha uma ala na Federação que queria me derrubar, mas na verdade a Federação, a diretoria era toda minha. A chapa que eu montei que ficou o último ano do mandato. Inclusive eu fui pra CBDU apoiado pelo Lincoln, presidente da Federação. A diretoria da Federação continuou toda a mesma. Só entrou o Toca-fundo como vice-presidente. E aí entrar na CBDU foi política minha, né?

Consta na ata de uma reunião que o Douglas veta o seu nome para a CBDU alegando que o senhor estava trabalhando em benefício próprio.

.....

E outros paranaenses foram pra CBDU depois que o senhor assumiu lá?

Então, o que acontece. Eu fui pra CBDU com a idéia de ser “ponta de lança”. Eu ia lá pra abrir espaço, e tentar forçar pra levar diretores de modalidades, principalmente

handebol. Porque nós vínhamos sendo seguidamente campeões brasileiros com o handebol feminino e no masculino estávamos sempre entre os cinco primeiros. Então eu achava que por uma questão de, digamos, resultado, nos tínhamos que ter no mínimo uma diretoria de handebol, porque nós tínhamos o handebol muito forte aqui no Paraná. Mas a política dos estado é complicada. Você tem lá 22 estados brigando por um espaço pequeno. Mas eu fui nesse primeiro momento. E o que que eu consegui na CBDU. Na próxima eleição, já quando o Chicão era presidente (da FPDU), eu mandei o Chicão trocar a minha posição na CBDU por dois, Dois cargos. Porque eu não precisava de mais nada na CBDU. Eu tinha trânsito bom com todos os presidentes de federação. Porque eu, eu lembro de uma entrevista do Pelé uma vez na televisão, que perguntaram pro Pelé porque ele nunca foi capitão dos times onde jogou? E o Pelé respondeu: então, porque eu era o Pelé. E o único que pode chegar no árbitro pleitear alguma coisa é o capitão e eu era o Pelé e eu fazia isso. Então nosso time tinha sempre dois. Não que eu fosse um Pelé, mas eu tinha um trânsito bom pra pleitear alguma coisa na CBDU. Porque eles me respeitavam lá, assim como respeitavam o presidente. Eu tinha voz ativa com os outros presidentes de federação e com o pessoal da CBDU. Então eu não precisava de cargo. Eu precisava me firmar na CBDU e eu me firmei. Fiquei lá por uma gestão. E daí na outra eu mandei o Chicão trocar. Ele ia numa assembléia e eu falei pra ele: você barganha meu nome lá com o pessoal. Daí entrou o Douglas no Tribunal e o Lincoln como suplente. Isso na eleição de 86. Mas daí eles não ocuparam o espaço. Eles ficaram mais ligados a Federação e eu fiquei ligado a CBDU, porque nesse período que eles estavam no tribunal, eu nos JUBs fazia parte da Comissão Disciplinar Temporária. Porque daí não podia ser membro do Tribunal efetivo. Então nós éramos em 3 paranaenses na justiça esportiva. Então em 87, quer dizer, bem antes disso eu tentei conseguir e consegui, aqui pro Paraná, a diretoria de futebol de campo da CBDU. Porque eu tinha um compromisso “de boca” com o Munir Caluf, e ele ia ser o diretor de futebol de campo da CBDU. Ele sempre teve projeto nessa área, era um entusiasta disso. Só que quando eu consegui a diretoria da CBDU, o Munir, ele assumiu o Coritiba, acho. Ele recebeu uma proposta para ser técnico do Coritiba. Era do Coritiba ou do Colorado, não me recordo. Daí eu fui na CBDU e eu abri mão porque eu não tinha outro pra colocar. Eu não ia indicar outro pra ir lá e “quebrar a cara”. Tinha que ser um sujeito que fosse lá e desse conta do recado. Então depois, quando o Gerson Salibian assumiu aqui na FPDU, já em 89, eles me convidaram pra fazer parte da diretoria executiva da CBDU. Mas ali eu vi que se eu assumisse minha vida particular ia “pro espaço”. Então eu tinha que sair pra ganhar a vida, porque isso nunca trouxe rendimento pra ninguém. Só dá prejuízo. Então o Douglas, o Gerson conseguiu colocar ele como diretor geral de esportes da CBDU. Então essa foi a passagem da década de 80. e não continuamos lá porque eu me afastei da Federação aqui em 87, por causa dos JUBs em Belém, fiquei fora em 88 e voltei a ajudar a federação quando o Gerson assumiu em 89.

Na gestão depois do Gerson, que foi do Tobias de Macedo como presidente, o senhor esteve envolvido?

Eu não. porque eu mudei de Curitiba em 91, fui morar no interior. Então quando eu sai da Federação em 91, quando o presidente ainda era o Gerson, e daí eu não

acompanhei mais. Ai eu só voltei a ter contato com a Federação quando o presidente era o Rodrigo, o Rodrigo Schmidt. E casualmente, porque eu vi na TV que ia ter uma abertura de JUPS, que eu nunca mais tinha ouvido falar e fui pra lá matar a saudade. E foi ai que eu fiquei sabendo que a Federação tinha ficado, tinha desaparecido. Na minha cabeça, pra mim, ela ainda existia. E tem outro detalhe, o acervo da FPDU tinha desaparecido. E o Rodrigo disse que não tinha mais nada. Mas quando eu passei pela diretoria nós tínhamos lá 160 agasalhos, jogos de camisa, e mais toda a parte de secretaria, móveis. Daí eu fiquei com aquilo na cabeça e quando eu estava de férias aqui em Curitiba eu fui lá onde era a sede da FPDU. Lá não tinha mais nada. A Federação de Pára-quedismo tinha ocupado. Daí eu lembrei que tinha uma portinha com cadeado no sótão. Abrimos a portinha e lá estava, todo empoeirado, todos os troféus da FPDU. E ficou lá 10 anos perdido. E ai eu pensei: onde estava a parte da secretaria, o arquivo. Daí a moça da secretaria das federações disse que tinha um arquivo morto na garagem. E achei lá o armário velho de aço da federação. E tava lá dentro todos os arquivos da federação que ficou pelo menos uns sete, oito anos jogado. Eu falei pro Rodrigo. Ele pensou, pensou e não resistiu, foi lá e tirou todo esse material, que não sei onde está hoje. Mas eu acho que não tem nem metade do que eu consegui. Não sei se o Ney Mecking pegou, se ele deu atenção a isso ou não. Se ele dá valor a isso.

Então depois do Tobias de Macedo a Federação fechou?

Não, eu vou te dar o caminho que eu já descobri. Depois do Tobias, veio um tal de Babata, um japonês lá de Maringá, e ele era lutador de judô, tinha alguma ligação com a Federação de Judô. E ele pegou a FPDU e levou ela lá pra Maringá, organizou alguns eventos universitários da FPDU lá em Maringá, na área de judô. E em Curitiba ficou abandonado. Até onde eu sei, ele levou pra lá e a FPDU acabou morrendo, porque até os livros ele deixou aqui, tudo. Ele fez uma Federação mais desvinculada do passado. E aqui ela ficou mais enterrada. Daí o Adilson Seixas que era um camarada que antes também tinha um embate ideológico com a gente. Mas dentro da visão dele ele tava certo.

Nós estávamos falando do Babata e do Adilson...

Tá, então o Adilson Seixas, ele é alguma coisa da Católica, ele nos prejudicava muito na Federação, assim em coisinha boba. Nunca chegou a prejudicar assim de maneira como os outros. Mas a gente tinha divergências na forma de condução do esporte universitário, mas sempre gostou do esporte universitário. Então acho que ele sentiu falta, desse vácuo no esporte universitário. E ele tinha um aluno dele, o Marcelo, que trabalhava na Católica. E esse Marcelo acabou assumindo, reativando a FPDU aqui em Curitiba. Até que um grupo de pessoas que sucederam ele, que era um rapazinho de cor, não lembro o nome dele, ele é alguma coisa da Católica também, bem ativo ele. Eles pegaram uma turma e começaram a tocar os Jogos Universitários. Daí houve algum problema de pagamento, e foi ai que o Rodrigo entrou na Federação. O que me consta é que o Rodrigo fazia direito e era estagiário na promotoria, que faz a procuradoria das fundações e autarquias. E acho que foram prestar queixa contra a Federação lá na Promotoria. E como ele era estudante, ele começou a se envolver com

aquilo. E como aquela denuncia contra a federação não deu em nada, o Rodrigo acabou se envolvendo e se tornando presidente. Eu não participei disso, só fiquei sabendo que houve uma cisão dentro do grupo, e o Rodrigo acabou se indispondo com parte do grupo. E daí o Rodrigo conseguiu o apoio da CBDU, que na época era o César presidente. O César apoiou o Rodrigo pelo trabalho que vinha sendo feito. Daí o Luizão de Guarapuava sabe onde o Marcelo está morando lá em Guarapuava. E o Marcelo acho que ficou dois ou três anos aqui em Curitiba e ele se intitulava presidente da FPDU. O que me passaram. Depois dele, veio esse rapazinho que devia ser vice dessa turma do Marcelo, da PUC. A FPDU depois do Babata ela foi reativada na PUC.

Quando o Ney Mecking assumiu a FPDU, o senhor teve alguma influência?

Não, não tive pelo seguinte. O tempo todo que estive na Federação, ele foi meu diretor de judô da FPDU. Ele até é membro honorário da FPDU por indicação minha. Ele sempre foi um colaborador grande da FPDU na modalidade de judô. Foi atleta de judô da FPDU e é um sujeito que tem raízes. Eu soube na época pelo Rodrigo que tinha um grupo de professores querendo derrubá-lo. Eu acho essa palavra derrubar meio sem sentido. Na verdade estavam querendo destitui-lo porque ele não tava fazendo um trabalho e coisa e tal. Citou inclusive o Mezzadri, porque ele fazia parte do grupo de professores, o Ney, o Cavagnari também estavam envolvidos no meio. Na época que o Ney Mecking entrou, o Rodrigo tava fazendo pressão pra eu seu presidente de novo. Porque não dava pra entregar pra esses caras. E eu falei que meu tempo já tinha passado. A gente acompanha, gosta. Inclusive dia 19 fizemos uma reunião para comemorar o aniversário da Federação e apareceu 30. Gente que eu não via a quatro, cinco anos. Teve ano que a gente se reuniu em 3, mas nunca deixamos de nos reunir no dia 19, todo ano. Eu tava envolvido com o Rodrigo porque eu ajudei nos JUBs. Outra coisa que o pessoal não sabe é como eu entrei nos JUBs de 2003. Os JUBs iam cair na mesma data do Festival de Inverno de Antonina. Daí eu liguei pro Rodrigo 15 dias antes e perguntei se ia ter mesmo os JUBs porque eu não ouvia notícias. Senão eu ia pra Antonina. Daí eu liguei pra ele e ele falou que queria falar comigo. E ele foi lá em casa pra conversar e disse que o pessoal tava querendo desistir, que não tinha condições de fazer. Eu falei: como não tem condições? O Estado não tá no meio? Curitiba tem instalações, tem tudo pra fazer. Me levou numa reunião com uma menina da Paraná Esporte que disse que tinha que adiar. Que todo mundo tava envolvido com competição no interior. E um evento desse porte, que o último tinha acontecido em 78, nem sei como eles conseguiram trazer pra cá. E ele falou que no dia seguinte ia chegar o presidente da CBDU, e que ele tava sem carro pra buscar. E eu disse que ia no aeroporto buscar, podia ser numa dessas um conhecido meu, que eu teria o maior prazer de recebe-lo. Daí era o Capitão Capelli, e eu conheci ele no aeroporto, e fui levar ele lá na sede, direto com o Gomyde, na Paraná Esporte. Eu não queria nem entrar, queria ficar no carro pra levar ele depois pro hotel. E ele falou pra eu entrar com ele, mas fiquei quieto no meu canto, ouvindo tudo que eles falavam, mas com toda a minha bagagem. Eles já tinham feito a vistorias dos locais, tudo. Quem ia dizer que o Estado não ia apoiar os Jogos? Ai na reunião eu vi os caras discutindo verba, e eu pensei: ainda discutindo isso? O negocio, o pessoal da Secretaria tava perdido e jogaram pro Ministério pagar. E eu acabei indo com a enchente, tava perto demais e fui levado. E o

Gomyde nem sabia quem eu era. E eu acompanhei tudo. E eles queriam fazer os Jogos em 10 dias.

Mas então o Governo do Estado liberou o dinheiro?

Aqui o Requião liberou o dinheiro todo pro alojamento, pro hotel. Tentei reorientar as pessoas pela questão do transporte, mas eles não davam ouvido pra gente. Então eu coloquei um diretor antigo da FPDU pra organizar o alojamento, pra evitar o caos. Mas acabei tirando ele quatro ou cinco dias antes porque eu via que ia ser o caos. Era o Paulo Lopes, e eles não nos ouviam. Pra você ter uma idéia houve um movimento dos presidentes de federações quando chegaram a Curitiba.

.....
Então o governo deu todo o alojamento, deu muito dinheiro. O Requião tinha a melhor vontade de... e o Mauricio Requião, que tava na Secretaria de Educação tava meio hesitante de fazer os Jogos. Então 10 dias antes ele falou que não ia ter os Jogos. Ele disse que não tinha condições de fazer os Jogos. Mas tinha as condições. O problema maior tava na alimentação. O nó da alimentação só foi desatado no dia que a primeira delegação chegou em Curitiba. Porque vontade tinha, mas não tinha prazo pra liberar a verba. Problema burocrático, licitação, esses negócios. Então acabamos resolvendo o problema da alimentação e da hospedagem. Daí não tínhamos transporte interno porque prefeitura ia ficar de fora, não ia ajudar. Daí eu liguei pro procurador-geral do município de Curitiba na época, que hoje é secretário do município que é o Mauricio Errante. Ele foi meu diretor de futsal na FPDU e era colega meu na faculdade Curitiba. Eu disse daí pra ele que ele sabia como era, que não era uma competição política, que ele tinha ido a vários. E nos não podemos deixar a coisa morrer. Ele perguntou o que precisava? E eu disse que tinha entrado em contato com a Secretaria Municipal e eles disseram que não iam arrumar nada. Eu disse que só precisava de transporte interno e material humano, que são os professores que trabalham nas praças, preciso que liberem diária pra eles. E ele liberou. Daí o Mauricio me “quebrou o galho”, colocou a prefeitura na jogada, forneceu os ônibus. Eu não ia conseguir fazer se o Mauricio não me garantisse os ônibus e principalmente o pessoal. E olhe que trabalharam uns 14. Mas eram 14 camaradas que sabiam o que faziam a área deles lá. Indo adiante, qual foi o grande furo dos Jogos? Faltou combustível para carros pequenos pra transportar árbitros, dirigentes; faltou material de jogo, bolas, rede; e dinheiro pra pagar papel, impressora. Simplesmente porque o Ministério entrou na jogada 10 dias antes. Me reuni com o Rodrigo e com o Chicão e disse que não tinha condições de fazer os Jogos porque o Ministério tinha caído fora. O Mauricio Requião tava viajando. E a única coisa que tava certo era o alojamento, os hotéis, porque envolvia interesses da rede hoteleira. Ate hoje eu não sei quanto eles gastaram com os hotéis. Então eu ia sair fora e tirei o Douglas que estava organizando a delegação do Paraná, que tinha colocado lá. Entretanto, eu não tinha legitimidade pra dizer se os JUBs seriam realizados ou não. Agora não contem comigo, porque se vocês fizerem vai ser coisa de estudante, e estudante é ousado. Agora ta na mão de vocês, mas tecnicamente eu acho que não tem condições. Daí to fora. Cheguei em casa e comentei com a minha mulher. E ela disse que eu era um irresponsável, que devia ter falado pros guris pararem com o negocio, ou se eles forem eu que fosse junto. Daí eu fiquei pensando de domingo pra

segunda. E segunda o Rodrigo me liga dizendo que o Ministério ia ajudar, mas que tinha que fazer um plano de aplicação. E que ele não tinha experiência nisso e se eu podia ajudar. Daí eu voltei de volta pro negócio. Daí nós fizemos o plano e mandamos por fax pra Brasília. E daí voltou pedindo pra fazer cortes. Na terça mandamos de novo por fax e quem recebeu lá era um contemporâneo meu do esporte universitário, que foi presidente universitário lá na Paraíba que tava no Ministério. Daí eu falei por telefone com ele. E falei pro Rodrigo mandar de novo porque agora a gente tinha um cara nosso lá, que já foi presidente de federação, que já fez Jogos, e sabe como é. Daí o Rodrigo mandou na quarta-feira. E quarta eu sei que já tem gente na estrada. Quarta já tinha seis ou sete delegações na estrada, e não tinha nada. Daí quarta o Rodrigo me diz que ligaram de Brasília e disseram que não ia vir nada. E no dia seguinte ia chegar a primeira delegação. E o Mauricio Requião tava viajando, o Requião também viajando. Não tinha mais como. A única alternativa era a CBDU. Eles tão cobrando inscrição? Então eles vão ter que também pegar dinheiro de inscrição e meter nos Jogos para arbitragem, essas coisas. Então nós tínhamos casa, comida, ginásios, os locais, o transporte e pessoal. E bola? Bom, eu falei: pega o cara que ta tocando o voleibol que dá aula numa escola, pega as bolas da escola e depois devolve. Então eu acompanhei os Jogos até 2003. E no final de 2003 vinha a eleição pra FPDU e o Rodrigo insistiu lá. E eu falei pra ele que ajuda o esporte universitário. Eu não ajudo quem está no esporte universitário. Se você acha que tem condições de montar uma chapa pra disputar com o Ney, você vai lá, ganha, que eu continuo te apoiando. Agora se o Ney montar uma chapa e precisar de apoio nós vamos lá e apoiamos. O Roberto ainda me convidou pra colaborar na chapa, mas aí eu falei pra ele que era pra vocês ficarem lá por um tempo até se encher. Quando vocês se encherem eu pego e toco lá. E eu não me iludo, uma hora o pessoal vai se cansar. E o importante é não deixar morrer. Então eu não apoiei o Ney nem desapoiei. O pessoal que está fazendo o esporte universitário é que deve dizer quem está no melhor momento pra tocar. Eles acharam que tava no melhor momento esse grupo que assumiu. E levaram a sorte porque o Gomyde também tem interesse aí no esporte universitário, interesses obviamente políticos. O Ney tem a oportunidade que nenhum presidente teve, que é o Estado trabalhando junto pra organizar uma faixa de 500 mil universitários no Estado. Eu só tive o Estado contra mim. E hoje todos estão indo na mesma direção. E ele tem a obrigação de estruturar o esporte universitário. Eu não vou intervir, mas “corneteando” sempre. Porque a turma que ta lá é auto-suficiente. Não sei qual o projeto do Ney pra Federação e se tem projeto, porque ele ta lá há dois anos e eu ainda não vi nada, viu Ney?

Entrevista com Douglas Julio Toppel Reinaldim, em 22 de outubro de 2005, em Curitiba – PR.

Nome completo do senhor?

Douglas Julio Toppel Reinaldim

Qual a formação que o senhor tem?

Professor de Educação Física.

Qual o período que o senhor esteve na FPDU, envolvido?

1971 a 1990.

Como se deu este envolvimento?

Comecei em 1971 como atleta, representando o Paraná nos Jogos Universitários Brasileiros em Porto Alegre. Fui atleta de futebol. Do qual, inclusive, fomos vice-campeões brasileiros.

E depois...

Daí, na continuidade, em 1972 eu fiquei na FPDU como diretor de futebol de salão. Participamos dos Jogos Brasileiros em Fortaleza. E a partir de 73 eu fiquei até 1990 como diretor técnico da FPDU. Diretor técnico geral, coordenando todos os departamentos dos diversos esportes que a FPDU oferecia.

Qual a relação entre a FPDU e o Estado?

Nós praticamente não tínhamos uma relação estreita, era independente, a não ser quando nós precisávamos principalmente de viagens para participação dos Jogos Universitários Brasileiros, que obtemos um auxílio dos órgãos governamentais. Tipo na Fundepar, principalmente através do Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho, que muito fez pelo esporte universitário, através da Fundepar. E as secretarias de esportes, que dependendo dos secretários, havia algum estímulo por parte delas no setor financeiro. E as universidades, principalmente a Federal, no sentido de participação nos Jogos, assim, é... diminuição de custos no restaurante universitário, empréstimo de determinados locais como a CEU, tínhamos alojamento dos participantes, a CELU, a CELC e várias entidades que ajudavam a FPDU.

Quem financiava a FPDU?

Era autofinanciada nos Jogos Paranaenses. Nós tivemos sempre a taxa que era cobrada de participação por modalidade de esporte. E no caso esse dinheiro nós sustentávamos o próprio evento. A própria arrecadação. E as medalhas, que eram oferecidas ou compradas a preço mais vantajoso. Arbitragem que as federações faziam pacotes. Era cobrado, no início da minha participação, era cobrado ingresso. Cobrava ingresso, e esse dinheiro também ajudava nos eventos. A nível de Paraná, nós sempre obtivemos o financiamento do próprio evento. E também nos fizemos vários Jogos, que interiorizamos pela primeira vez, no esporte universitário, fazendo em Londrina, em Maringá, Ponta Grossa, Arapongas, Apucarana. Então nesses eventos, a própria

cidade que bancava os custos. Tivemos Jogos no interior que a Federação inclusive fez caixa para a própria sobrevivência. E nem um diretor, inclusive, todos colaboravam do próprio bolso, como não tinha nada de finanças praticamente. Então todos colaboravam. Agora, quando da participação no Brasileiro, que havia viagens, que normalmente era em 4 ônibus que nós íamos, algumas vezes, por exemplo, em 72 foi o sesquicentenário da independência, o governo federal bancou para todo o Brasil avião. Então daí a gente foi de avião. Em 73 o governo do estado também bancou 45 passagens para Belém do Pará, também a Federação foi de graça. E nos demais anos nós íamos pela ajuda da Secretaria de Estado do Esporte, de alguma entidade federal que cedia ônibus pagando combustível. E assim fomos indo. Com dinheiro próprio, através dos eventos que davam lucro, venda de uniformes que nós ganhávamos, daí a gente vendia. Esse negocio todo para que a gente pudesse fazer o pagamento do transporte. Em síntese mais ou menos isso.

Houve alguma mudança na forma de financiamento durante o período que o senhor esteve na FPDU?

Eu creio que houve uma mudança entre o período militar e depois. Eu esqueci de dizer um detalhe. Em 1978 nós fizemos em Curitiba os Jogos Universitários Brasileiros, onde que participaram cerca de 3000 pessoas e o governo federal, através da ditadura mesmo, que eu acho que tinha um pouco de receio do meio universitário então sempre incentivou, como eu frisei anteriormente. Os Jogos de Fortaleza, onde levou todo o Brasil para participar, em Belém do Pará, esse negócio todo. Então o pessoal colocava dinheiro pra que o universitário tivesse essa participação nos Jogos. Depois quando diminuiu, quando foi sendo tirada a ditadura pra fora e vindo a democracia, automaticamente mudou totalmente o esquema. Agora voltando a 78, quando nós fizemos em Curitiba os JUBs, se não me falhe a memória, o 28º ou 29º, e naquela oportunidade a verba do MEC veio para tudo, colchão, beliche, é... alimentação, transporte, tudo, tudo, tudo. E daí a partir de 78 nós tivemos lucro no próprio evento de 78 com a cobrança que foi de ingresso nos diversos locais, no ginásio do Circulo Militar, do Tarumã, tudo lotado, no colégio Bom Jesus. Então nós arrecadamos bastante na época e também como ficou muito caro pra alugar o armazém pra estocar o próprio colchão e os beliches, nós começamos a vender e fazer parceria com a Sociedade Duque de Caxias. Esses clubes, nós emprestavamos pra eles um determinado num de beliche e colchão, em troca de futura, futuro uso desses materiais para que esses Jogos pudessem ser realizados. E a gente colocasse tanto pra treinamento pros JUBs quanto aqui em Curitiba quando realizava os Jogos. E o pessoal ficava alojado lá sem custo. Então a gente arrecadava dinheiro e economizava a parte de alojamento que a gente colocava o pessoal nesses lugares. Então com esse dinheiro nós pudemos realizar n eventos, inclusive os Jogos Universitários do Sul, que nós trouxemos São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um monte de evento. A própria PUC, apesar que aquele professor, que até agora é vice-reitor, o Adilson Seixas, que nunca colaborou com o esporte universitário paranaense, nós conseguimos em 78 toda a pista de atletismo prof. Caldeira, e mais todos os implementos para a realização de uma competição de atletismo: sarrafos, suportes, colchões, dardo e tudo mais. Então nós fizemos uma parceria e deixamos tudo na PUC. Então a PUC ficou com tudo em troca

da sessão quando nós precisássemos. Depois de um certo ponto o professor Adilson Seixas, que nunca colaborou com o esporte universitário paranaense, ele simplesmente foi descartando, e dá-lhe coisa. Nunca fez nada pelo esporte universitário paranaense. Pelo menos pela FPDU nunca foi. Nunca foi uma pessoa, como professor de educação física deveria ter ajudado, mas nunca ajudou. Até hoje.

Então quando acabou o regime militar as verbas da FPDU diminuíram? Antes tinha uma verba mais certa?

É, não era uma verba específica porque a Federação praticamente nunca recebeu verba, mas era através de, tipo condições de levar a Federação a nível nacional, porque estadual praticamente era auto-sustentável, através do próprio... auto-sustentável. Só quando era a nível nacional que existia essa facilidade porque o regime militar auxiliava não só a FPDU, mas todo o Brasil. Todas as federações para que pudesse se fazer presentes nos Jogos né? Então nós praticamente não tínhamos verbas, era muitas vezes canalizada. Por exemplo, se fosse a VASP que fosse levar a gente já era acertado direto com eles. Nem passava pela gente essas verbas. A Federação era sustentada, realmente, pelas entidades que participavam dos Jogos, através das taxas e principalmente pelos diretores. Todos diretores eram pessoas que iam porque gostavam, e normalmente tiravam do bolso o dinheiro. E “güentavam” as despesas e não cobravam. Até porque não tinha de quem cobrar. Hehehe. Então é isso aí mais ou menos. Agora 78 pra frente nos tivemos acho que uns cinco anos sustentados pelo dinheiro que obtivemos pela cobrança de ingresso e a venda ou parceria desses colchões ou beliches. Isso aí foi, não me lembro valores, mas foi feita a prestação de contas lá que era o Ministério, lá no Rio de Janeiro ainda. Foi entregue lá na Educação tudo certinho. Inclusive devolvemos dinheiro. Lembro bem que o tesoureiro devolveu dinheiro. Eles mandaram a verba pra fazer os Jogos e nós devolvemos. Foi inédito na história. Até naquela época ninguém nunca havia devolvido dinheiro pra... pro MEC, que era o órgão responsável por esta verba.

O senhor disse que as verbas eram repassadas a todas as federações, mas o senhor acredita que a FPDU tinha algum privilégio por ser constituída por uma elite que tinha acesso a Universidade?

Olha, eu não posso dizer que era só a FPDU porque acho que no Brasil inteiro os universitários eram tratados de uma maneira diferente. Não posso falar dos outros estados. Mas o que a gente via dos outros estados que participavam, eram apoiados pelo regime, visto que como eu disse em 72 foi um negócio assim fabuloso em Fortaleza, onde que cada delegação foi com um ou dois aviões, né? Então acho que o governo militar tinha um pouco de receio né? Então tratava um pouquinho melhor, mas aqui no Paraná nós tínhamos uma pessoa, eu volto a me referir a ela, o Dr. Guilherme Cortes Braga Sobrinho que era uma pessoa que gostava do esporte universitário, sabe? Eu sentia que não era só pelo regime ditatorial, mas simplesmente porque ele gostava também do esporte universitário. Então ele sempre foi, inclusive, na época ele era superintendente da Fundepar e ele abriu portas do governo estadual para que nós pudéssemos obter o que era necessário. E principalmente através da sua influência que na época era irmão do Governador, depois ele foi irmão do Ministro da Educação, ele

arranjou pra nós o... a pista de atletismo daqui pra que pudesse ser realizado o evento, que era o Ministro da Educação na época. Então através do próprio Ney e do Dr. Guilherme. O Dr. Guilherme que fazia os contatos com a Federal, com os diretores, com o Eudes Brandão, que era reitor da PUC, e assim foi indo. Ele abria os contatos, o Luiz Roberto Soares que era Secretário de Esportes do Paraná. Então ele abria portas. O Guilherme abria portas. Então até por isso nós entregamos um diploma de benemérito do esporte universitário pra ele. Falecido ele hoje. Mas ele abria portas. Mas eu acho que havia um pouquinho de receio.

Mas não era nada sistemático, mesmo depois do regime militar? Eram as pessoas que gostavam, ajudavam, eram pelas pessoas?

No meu entendimento sim, era mais pelas pessoas que gostavam. Nos temos por exemplo hoje secretários de Estado, estaduais e municipais que foram todos da FPDU. O Dr. Nizan foi atleta, o Mauricio Fernandes, e é secretário de governo do Beto Richa, Juraci Barbosa Sobrinho que é diretor da CIC. Todos os órgãos governamentais, todos tinham os contatos, entende? Então daí o pessoal gostava. Tinham vários profissionais liberais já atuando na época, que nem universitários eram, mas trabalhavam na FPDU porque gostavam. Então sempre tinha contatos. Todos tinham contatos. Um tinha contato aqui, outro tinha contato com o outro. Só fazendo um adendo, todo dia 19 de setembro nós fazemos um jantar pra comemorar o aniversário da FPDU. Este ano inclusive o presidente atual não foi. A gente convida. Esse ano não foi ninguém atual. Mas este ano tinha 28. Isso porque a gente não espalhou tanto, 28. Dos 28, todos com algum cargo na administração federal, políticos, e tudo que é atividade que nós temos aí, nós temos alguém do universitário, que participou aí de algum evento. O diretor financeiro da COPEL atual foi goleiro de futebol de salão da FPDU em Jogos. E assim se formos colocar todos que hoje tem espaço nas administrações municipais, estaduais e federais, esses ajudam quando são solicitados. Estes ajudam. E na época mesma coisa. Várias pessoas que passaram pelo esporte universitário tinham conhecimento e iam ajudando. Isso que foi o básico. Era essencialmente amador, porque ninguém ganhava nenhum centavo. As pessoas, toda terça-feira nós nos reuníamos, batia papo, saía, ia comer na pizzaria, beber e dá-lhe coisa. Então o pessoal ia porque gostava. Nunca recebia um centavo sequer pra participar do... da FPDU. Pelo menos na nossa época, os 20 anos que estive lá. Nunca houve pagamento. As despesas todas, gasolina, essas coisas todas eram pagos por cada pessoa. Não tinha ressarcimento.

O que aconteceu depois de 1990 que o senhor deixou a FPDU?

Olha eu... não sei porque. O que acontece é o seguinte: em 1990 eu fui diretor técnico da CBDU, daí em 91 também. Acho que foi 89, 90 e 91. Mas daí tinham as Universiades em Wodslow, na Inglaterra. E daí era pra que eu fosse. Mas o problema que só ia eu do Paraná. Daí eu não quis ir. Só pra ir pra lá e voltar não valia a pena. Daí eu abri mão e dali em diante eu não quis mais. Depois eu fui pra Europa por minha conta. Daí acho que meio que desmotivou e dá-lhe coisa. Inclusive uma das causas foi que em 1990 que teve os Jogos lá no Rio de Janeiro, na Universidade Castelo Branco, foi muito mau. Já começou ali a decadência. O esporte universitário com a Lei Zico, o Zico que era ministro da... não era ministro, era quem mandava no esporte nacional,

não sei qual era a sigla. O Zico que era, e ele foi vaiado na universidade Castelo Branco no dia do desfile, que era o governo Collor. E daí em diante começou meio de o esporte universitário ser relegado. Aquela vaia no Zico infelizmente prejudicou o esporte universitário. Apesar que o esporte universitário tava com a razão. Ele não estava sendo visto com bons olhos e dali em diante parece que eu também me desmotivei um pouco. Já fazia 20 anos e daí eu deixei.

Como foi sua passagem pela CBDU?

A CBDU eu fui em 81 como assistente do diretor técnico dos Jogos em São Luiz do Maranhão, e depois a partir de 89 como eu citei anteriormente. Aconteceu o fato que a CBDU passou a não ter mais acesso as verbas. Aqueles Jogos Universitários no modelo antigo, onde todos os estados levavam suas seleções é... pra um determinado lugar, acabaram fazendo com que fossem feitos torneios em determinados lugares para diminuir despesas e a participação não foi assim unânime. Foram poucas federações participando. Então eu fiz jogos de futebol em Vitória, em Curitiba era xadrez, fiz em Florianópolis tênis de mesa, atletismo também em Florianópolis, não lembro mais. Em alguns lugares que foram sendo feitos os Jogos assim de uma maneira não total como tinha antigamente. Determinadas entidades faziam determinadas modalidades. Daí isso a partir de 90 no Rio de Janeiro e dali pra frente que começou a fazer. E então o esporte universitário ficou parado, pelo que eu sei, não acompanhei assim pari passu, mas me parece que ficou meio parado por um certo tempo e foi reativado só depois de 7,8 anos. O esporte ficou praticamente sem evento a nível nacional quase uma década. Parece que a década de 90 foi a década para o esporte universitário a década perdida.

E a presença de paranaenses na CBDU ajudava de alguma forma a FPDU?

Olha, eu não tenho lembrança de outros paranaenses na CBDU. Antes de eu entrar o ultimo tinha sido o Baralova em 1966. mas nessa década que estive, nesses 20 anos infelizmente não tivemos nenhum representante do Paraná. Nenhum representante do Paraná participou da diretoria da CBDU. Nenhum.

A sua entrada na CBDU teve alguma coisa a ver com a presença do Luiz Orlando, não na diretoria, mas no tribunal da CBDU?

Não... a partir de 1973, como diretor técnico da FPDU eu levava nas reuniões, nas assembléias que eu participava no Rio de Janeiro. E eu levava planos para a modificação de modos das fórmulas de disputa. Ia aperfeiçoando e dá-lhe coisa e fui indo. Assim, assim, assado até que chegou numa assembléia do Rio de Janeiro foi apresentado meu nome por algumas federações pra derrubar o diretor técnico do Rio de Janeiro, o Quintanilha. E daí quando foi feita a votação, sem eu fazer campanha, eu perdi por diferença de um ou dois votos. Daí o pessoal da CBDU sentiu que eu tinha força. E que o Paraná estava a favor e tudo. E daí o pessoal já me convidou para que eu participasse, até que uma hora me convidaram pra diretor técnico pra essa diretoria. E também que o Antonio Salin Filho que caiu o avião, morreu, desastre aéreo do Ceara. E daí a diretoria convidou. E o negocio foi assim. Não teve... o Luiz Orlando entrou em 86 se não me engano, mas já foi no tempo do Roberto Caldas. Então eles já empurravam eu pra dentro da CBDU. Então vamos dizer que foi um processo de uns 10

anos pra que eu chegasse lá. Foram vários presidentes, inclusive este do Rio que eu perdi por um ou dois votos, que quem me apresentou foi o Luiz Orlando e o Juraci, também vice-presidente da Federação. Então os dois que apresentaram a proposta de que eu fosse o diretor técnico da CBDU. Foi assim um processo lento, de uns 10 anos. E diferentes pessoas que foram empurrando até que eu consegui chegar lá no cargo de diretor técnico.

Dando um salto no tempo, indo para 2003, quando foram realizados os JUBs em Curitiba. O senhor participou de alguma forma?

Fui convidado. Fui em algumas reuniões como observador e eu frisei bastante que o que estivesse ao meu alcance eu colaboraria. Inclusive o presidente na época, o Rodrigo, veio aqui em casa uma, duas, três vezes aqui. Pediu alguns auxílios. Eu dei algumas indicações neste sentido de fazer os jogos, tudo. Mas eu não participei de nenhuma maneira como atuante dos Jogos. Não sai aqui de casa pra nada. Só através de algum telefonema e essas visitas do Rodrigo anteriormente aos Jogos. Eu não posso falar muito, mas perto dos nossos Jogos de 78, que foi um sucesso a nível nacional, um dos mais organizados da época, esse foi um fracasso.

No ano de 2003 houve o retorno de algumas pessoas da sua época a FPDU como o Ney Mecking e o Roberto Cavagnani. O senhor não teve interesse em retornar a FPDU?

Olhe, eu como eu lhe falei, eu fiquei meio fora, meio desmotivado porque o grupo que nós tínhamos na FPDU era essencialmente por amizade. Um gostava do outro. Um gostava do que fazia. Um levava o outro. Nós tínhamos uma enormidade de pessoas porque um levava o outro. Então, essencialmente amigos. E neste de 2003, o Ney Mecking e o Roberto Cavagnani. O Ney foi diretor do departamento de judô por muitos anos. Ai levava junto o Paulo Micorski. O Roberto de basquete. Mas os dois, quero crer que foram ajudar porque estavam, um na Tuiuti como chefe de departamento e o outro, o Roberto, porque fazia parte do departamento de educação física da Federal, que ele é funcionário. Então por isso que foram os dois. Agora o resto do pessoal você praticamente não viu ninguém. Então por isso que foram os dois. Porque os outros que foram lá foram pelo financeiro. Não vou citar nomes pra não melindrá-los, mas numa das reuniões que fui, eram todas pessoas que na nossa época não foram componentes ali da nossa diretoria, dos nossos departamentos, porque não é... o nosso pessoal ia porque gostava, sem interesse financeiro. E esse pessoal, todos com interesse financeiro. Então houve uma... foi diferente. A exceção do Roberto que foi por causa da Federal, não era interesse financeiro e o Ney, que acredito que é a mesma coisa, os demais que eu vi lá, todos interessados em dinheiro. Recompensa pelo esforço despendido. E na nossa época não havia. Era essencialmente amador. E agora infelizmente é mais profissional. Inclusive nós fomos uma vez ajudar o Rodrigo em uns Jogos Paranaenses, que inclusive foi uma esculhambação, mas todos os diretores ganhando pra isso. Todo mundo ganhando. E na nossa época... A diferença da nossa época, década de 70, 80 e a posterior foi essencialmente amadorismo e depois profissionalismo.